

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HUGO AUGUSTO VASCONCELOS MEDEIROS

AMORES DE ONTEM, AMORES DE OUTRORA:
EMOÇÃO E GÊNERO NO RECIFE DOS ANOS 1920 E 1930

RECIFE
2010

HUGO AUGUSTO VASCONCELOS MEDEIROS

AMORES DE ONTEM, AMORES DE OUTRORA:
EMOÇÃO E GÊNERO NO RECIFE DOS ANOS 1920 E 1930

Dissertação apresentada objetivando a obtenção
do grau de mestre em História à Universidade
Federal de Pernambuco, na área de História
Cultural

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de
Morais Rezende

RECIFE

2010

Medeiros, Augusto Vasconcelos

Amores de ontem, amores de outrora : emoção e gênero no Recife dos anos 1920 e 1930 / Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros. – Recife: O Autor, 2010.

178 folhas ; il., fig., tab., foto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. História social. 2. Amor. 3. Análise de discurso. 4. Gênero. 5. Modernismo – Classes sociais. I. Título.

**981.34
981**

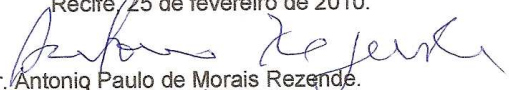
**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/10**



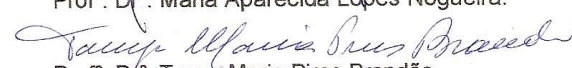
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO HUGO AUGUSTO VASCONCELOS MEDEIROS.
Às 09:00h do dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno, **Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros**, intitulada **“Amores de Ontem, Amores de Outrora: emoção e gênero no Recife dos anos 1920 e 1930”** em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Moraes Rezende (orientador), Geraldo Barroso Filho e Maria Aparecida Lopes Nogueira. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 25 de fevereiro de 2010.


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.


Prof. Dr. Geraldo Barroso Filho.


Profª. Drª. Maria Aparecida Lopes Nogueira.


Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque.

*Dedico este trabalho a Célia e João pelas alegrias
até aqui*

E a Tomás e Teresa, pelas alegrias do porvir

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Antonio Paulo pela oportunidade com o PIBIC e pela confiança no meu trabalho para me orientar no mestrado.

Agradeço à banca pela ajuda e aconselhamento.

Agradeço aos(às) funcionários(as) da Fundação Joaquim Nabuco, da Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco e da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Agradeço aos amigos e às amigas do mestrado pelos momentos em que divididos as alegrias e as angústias, tanto intelectuais quanto pessoais.

Agradeço aos meus alunos e alunas que contribuíram direta e indiretamente para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço a minha família, Célia, João, Teresa, Tomás, Silvio e Sinésio, que me deram apoio, suporte e carinho.

Agradeço aos amigos e às amigas por todas as festas, caminhadas, jogos de RPG, peladas e horas e mais horas no MSN, que ajudaram a tornar o mestrado menos árduo.

A todos vocês deixo o meu muito obrigado!

RESUMO

O objetivo do nosso trabalho é analisar os discursos construídos sobre o amor nos periódicos recifenses durante os anos 1920 e 1930, época em que a cidade viveu mudanças no cotidiano provocadas pelo contato com a modernidade, que se expressava, sobretudo, através das invenções modernas, como a geladeira ou o telefone. O amor pode também ser inserido na onda das invenções modernas e na relação entre o antigo e moderno, pois nesse período são propostas novas formas de amar, concernentes com as novas práticas de sociabilidade e espaços que surgiam, como, por exemplo, o *flirt*, o *footing*, a chegada do carro, do cinema, ou do fortalecimento da atuação feminina na vida pública e na imprensa. Para empreendermos nosso estudo, utilizaremos como fontes **A Pilhéria**, a revista de variedades mais longeva da época, o **Diário de Pernambuco**, o **Jornal do Commercio**, e o **Jornal Pequeno**, jornais de maior circulação na cidade; o que privilegiará a análise das classes médias urbanas, principais “consumidoras” dos periódicos e das informações e práticas que eles revelam. Contudo, entendemos que a chegada destas invenções e o contato com a Modernidade deram-se de formas diferentes para cada um dos grupos que compunham a cidade, de acordo com as possibilidades que eles tinham de se apropriarem das novidades. Assim sendo, aqui, nos preocuparemos com os diversos significados que o amor assumia para os homens e as mulheres da cidade, notando como diferentes modelos são confeccionados de acordo não somente com as distintas temporalidades (moderno x antigo) presentes em uma época, mas também de acordo com as disputas inseridas nas relações de gênero.

Palavras-chave: Amor. Análise do discurso. Gênero. Modernidade. Recife.

ABSTRACT

The aim of our work is to analyze the construction of the discourses about love in newspapers and magazines published in Recife during the 1920' e 1930', when the city went through several changes in its daily life, provoked by the contact with the modernity, expressed, overall, throughout the “modern inventions”, such as refrigerator or telephone. Love can also be considered as part of the wave of “modern inventions” and in the ambiguous relationship between the old and the new, because, at that moment, we can see new types of love being proposed, which were linked to new social practices and new spaces, like, for example, the *flirt*, the *footing*, the car arrival, the cinemas, or the growing participation of women in the press and in the public life. To perform this task, we're going to utilize sources as **A Pilhéria**, the most important magazine at that time, and the **Diário de Pernambuco**, the **Jornal do Commercio** and **Jornal Pequeno**, newspapers of great circulation in the city; which will clearly favour the analysis of the urban middle classes, the most important consumers of the newspapers and the practices and information revealed by them. However, we understand that the arrival of the “modern inventions” and the contact with the modernity and the modernization represented different things for each of the social groups that altogether constituted the city, in accordance to the possibilities of appropriation possessed by each one of them. Therefore, here, we will also concern the different meanings that love assumed for men and women of Recife, noticing how distinct emotional regimes were made according not only to the temporalities (new x old) in those decades, but also according to the conflicts in gender relations.

Keywords: Discourse analysis. Gender. Love. Modernity. Recife.

SUMÁRIO

Introdução	p. 08
1. A “paquera” ou “do contato com o tema”.	p. 08
2. O amor e as Ciências Humanas.	p. 12
3. Fontes & metodologia: roupas & sapatos.	p. 23
Capítulo 1:	
Entre o antigo e o moderno: O Recife no “teimoso e irrequieto século vinte.”.	p. 32
1. Anos de medo, anos loucos, anos de desconfiança.	p. 51
Capítulo 2:	
Força e doçura: imagens do masculino e do feminino	p. 71
1. Rosa Branca e seu Manduca: babados e <i>blackties</i> .	p. 78
2. Melindrosas e almofadinhas num fim de tarde na Aurora	p. 89
3. “Páginas Femininas”: <i>mulheres modernas</i> repensando a feminilidade	p. 103
Capítulo 3:	
O coração quer o que o coração quer	p. 115
1. A construção do regime emocional recifense e as disputas entre o amor moderno e tradicional	p. 119
2. <i>Flirts</i> , <i>footings</i> , cinemas, telefones e baratinhas: descobrindo novas formas de amar	p. 132
Considerações finais	p. 153
Fontes e bibliografia	p. 157
Anexos	p. 165

INTRODUÇÃO

Saberás que não te amo e que te amo
posto que de dois modos é a vida,
a palavra é uma asa do silêncio,
o fogo tem uma metade de frio.

Eu te amo para começar a amar-te,
para recomeçar o infinito
e para não deixar de amar-te nunca:
por isso não te amo ainda.

Te amo e não te amo como se tivesse
em minhas mãos as chaves da fortuna
e um incerto destino desafortunado.

Meu amor tem duas vidas para amar-te. Por isso te amo quando não te amo
e por isso te amo quando te amo¹.

O caminho de Neruda não foi feito apenas por suas pegadas: todos nós somos solidários ao poeta em sua tentativa, sempre tangencial, de tocar o amor.

Conceituar uma emoção, escrever sobre ela uma dissertação parecem tarefas ainda mais difíceis quando os ensaios de vivê-la são quase sempre tão árduos quanto recompensadores.

Assim, antes de iniciar o(a) leitor(a) nos percussos da nossa pesquisa acerca do que teria sido o amor para homens e mulheres de um Recife com mais de meio século de distância, faz-se necessário o esforço para situá-lo(la) no ambiente de conceitos que estruturam a discussão, bem como dividir consigo os caminhos, as expectativas e as dificuldades que encontrei durante a trajetória que me conduziu até aqui. Este é o objetivo da introdução, que espero tornar tão breve quanto possível. Sem mais, passemos a ela.

1. A “paquera” ou “do contato com o tema”

Em 2005, quando iniciei meu contato com a pesquisa em História, no PIBIC, meus interesses estavam voltados para as discussões acerca da modernidade no Recife dos anos 1930, tendo, inicialmente, os jornais e as revistas da época como acervo documental principal. Deste contato com as expectativas e os receios que formavam os diferentes projetos de futuro/passado dos homens e mulheres do

¹ NERUDA, P. Poema XLIV, in NERUDA, P. **Cem sonetos de amor**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

Recife trintista, meu olhar foi deslocado para questões mais específicas dentro do grande espectro da Modernidade. O amor, que se nos mostrava na imprensa como uma questão relevante para a época, tornou-se uma temática bastante atraente; que mais tarde se revelaria difícil de ser trabalhada, na mesma proporção.

A dificuldade estava relacionada sobretudo à barreira (possivelmente auto imposta) de trabalhar com uma emoção, algo que consideramos tão próximo, tão cotidiano, tão “da vida”, e que ganhava corpo não somente nas minhas limitações pessoais de percepção e produção textual acerca do tema, mas nos silêncios dialógicos com outros historiadores, dada a pouca (ou nenhuma) presença da temática em seus trabalhos; das negativas dos entrevistados de assinarem seus depoimentos; da árdua e muitas vezes mal sucedida tarefa de conseguir documentos de tipologia diferente, que não a imprensa. As tão sonhadas cartas e diários, exaustivamente trabalhados por Peter Gay, na sua coleção sobre a era vitoriana (1988, 1995, 1999, 2000, 2001), por exemplo, nunca vieram.

Com base nas minhas experimentações, acredito que a barreira citada acima se desdobra, no caso dos documentos, na perspectiva de boa parte dos entrevistados e das pessoas que doam seus materiais aos centros de documentação pessoal, que transcorre no sentido de acharem “bobos” ou “não importantes” estas temáticas. A isto, acrescento, sem receios, as limitações que temos em descrever certas emoções a partir de nossas lembranças, pois a evocação desta memória traz de volta dores e prazeres que pareciam perdidos, silenciados. O que considero ser também uma motivação pertinente para a recusa e o desinteresse da academia por trabalhar temáticas assim: fica a impressão de que um tema tão “subjetivo” (como se política e escravidão não fossem) gera uma ansiedade e desperta um temor que imobiliza a escrita e desvia o olhar.

Portanto, algumas das restrições do nosso trabalho, a começar pela eleição da imprensa como acervo documental principal, passando pela organização da estrutura da dissertação (escolha e divisão dos capítulos) e pela construção de direcionamentos teórico-metodológicos, tem a ver com as dificuldades ligadas não ao tema em si, mas a forma como ele tem sido encarado pela academia, pelos organizadores de acervos documentais, etc. Meu esforço, no entanto, será sempre no sentido de fazer o melhor dentro do *possível* permitido no jogo de minhas

próprias limitações e das citadas acima, que terminam por tornarem-se minhas. Feitas estas considerações, continuemos com a discussão teórico-metodológica.

Ao longo das investigações nos arquivos, percebi que a construção da modernidade deu-se de uma forma bastante plural, atingindo de maneira bastante diversa os diferentes grupos sociais, políticos, religiosos etc., conforme o capital cultural que esses grupos dispunham e que lhes possibilitava variadas utilizações e apreensões da modernização. Durante as leituras, uma das questões que ficou mais evidente foi a do “sentimento de crise”² que parecia ter-se apoderado desses homens e mulheres, especialmente depois de 1929. Homens e mulheres falavam sem muitos pudores que o mundo caminhava para uma crise inaudita, resultante de uma individualização e de um materialismo sem precedentes. Sobretudo aqueles(as) mais ligados ao conservadorismo e que mantinham um pé na religião demonstravam um medo incomum de certas coisas modernas. Dentre elas estava o amor. Criticado exaustivamente devido ao seu pretenso esvaziamento, que ameaçava destruir a família, sustentáculo maior do mundo como conhecido; um resultado nefasto que os setores mais tradicionais atribuíam às mulheres e a sua tomada dos espaços públicos. Enfim, a questão da crise mostrava-se tão desvelada para aqueles homens e mulheres que parecia se condensar, quase tomando corpo.

Nos livros dos psicanalistas, dos psico-historiadores, antropólogos, etnólogos e mesmo de historiadores menos “ortodoxos”, encontrávamos a menção a uma “revolução amorosa” que se aprofundara no início do século XX, com o advento de novos espaços e demandas – de uma nova mentalidade, proveniente das alterações provocadas pelas invenções modernas e pelos passos femininos além da porta da sala de casa. Seguindo este rastro, me deparei com as motivações que levaram o amor passar a ser atrelado ao casamento e ao sexo, ligação que, até lá, não existia, senão timidamente. Onde adveio outra questão: como teria se dado a constituição desse superego cultural, dessa conduta, hábito, que tinha se internalizado em nossas mentes, assumindo o poder assombroso de nos fazer sentir culpados, quando do não atendimento de suas demandas?

² Freud chama esse sentimento de “mal-estar”, no seu célebre livro escrito justamente na tensão do entre-guerras. Embora, para Freud, o mal-estar seja uma característica persistente ao longo da história e presente em todos os seres humanos, é inegável que o principal alimento para as conclusões que expõe vieram do que Freud viveu e viu durante estes anos agitados. FREUD, S. **Civilization and its discontents**. London: Penguin Books, 2004.

Assim, penso que, trabalhando o amor, rastreando os discursos presentes nos periódicos, teríamos uma visão deste processo, que historiadores estrangeiros e pensadores de outros campos denunciavam, mas sobre o qual os historiadores brasileiros ainda não se detiveram a contento.

Revisitar a “revolução amorosa” permitiria rever os conflitos entre os diferentes modelos, percebendo as novas práticas a eles atreladas, e como se deu a escolha por um ou outro modelo, que tendeu a tornar-se hegemônico. Traremos então uma ampliação da compreensão sobre os anos 1920 e 1930 e a modernidade recifense, já bastante estudada em relação a diversos temas culturais, mas nunca no tocante a uma emoção³.

Atendendo aos nossos objetivos de análise neste trabalho, dividiremos os capítulos de acordo com a expectativa de facilitar a leitura. Assim, na introdução, abordaremos a relação entre a nossa temática e as Ciências Humanas, com uma preocupação sobre a forma como o amor tem sido tratado pelos historiadores, procurando demonstrar quais as contribuições das obras para o nosso trabalho e onde ele se insere nas atuais discussões, bem como quais novos caminhos esta dissertação pode apontar. Em seguida, abordaremos com brevidade a metodologia e as fontes que servirão de base às partes seguintes da dissertação, falando um pouco da imprensa recifense à época da nossa pesquisa. Ademais, construiremos com o(a) leitor(a) uma conceituação a respeito do amor que pretendemos lidar nesta pesquisa, e dos conceitos a respeito de emoções e sentimentos – importados de outros campos saber – que nos auxiliarão ao longo da escrita.

Desta forma, na introdução o nosso cuidado será na direção de riscar os contornos de um breviário que posso situar o(a) leitor(a), uma vez que voltaremos às questões teórico-metodológicas durante os capítulos, sempre que necessário for.

Para o primeiro capítulo, reservamos a discussão sobre a modernidade e o Recife, de maneira que possamos localizar o(a) leitor(a) no tempo e no espaço onde se passará a dissertação, fazendo-o perceber como o debate sobre o amor se insere numa discussão mais ampla sobre o moderno e o antigo, tendo em vista a percepção de que as movimentações e disputas entre os dois se fazem de maneira

³ A emoção é tratada como uma “navegação” por uma William Reddy, no seu “The navigation of feeling: A framework for the history of emotions” (2001) devido ao caráter flutuante e negociável que ela possui, garantindo-lhe possibilidades históricas, culturais e sociais de modificação e criação. Acompanharemos melhor esta discussão no transcorrer da dissertação, especialmente desta seção introdutória.

complexa, exigindo um olhar atento para evitar cair no julgamento fácil da dicotomização.

No segundo momento, sairemos da “paquera” nos aproximando mais da discussão acerca do amor, das relações de gênero e como essas duas categorias influenciam, reciprocamente, a formação da outra por meio da associação de condutas amorosas e emocionais a classificações de gênero, contribuindo para a tentativa de naturalização, quer do amor em um sentimento, quer do gênero em um sexo. Lembro que ambas as categorias de análise – emoção e gênero – não tem na sua definição um ponto pacífico dentro da ciências humanas. Temos muitas formas de ver as duas categorias, havendo inclusive os que discordam da necessidade de distinção rigorosa entre gênero e sexo (PEDRO, 2005); entre sentimento e emoção (ROSENWEIN, 2002; RÖTTGER-RÖSSLER, 2008; REDDY, 2001). Ao longo deste trabalho, procurarei esclarecer a minha forma de entender estes conceitos, com base nos autores e documentos que fundamentam minha escolha.

Por fim, o terceiro capítulo será o espaço onde nossa escrita se deterá sobre as mudanças históricas por que o amor passou durante as três décadas de análise da pesquisa, dando especial atenção para as alterações nas práticas discursivas e nos discursos que aparecem nos periódicos.

2. O amor e as Ciências Humanas

Não há muitos livros publicados em história sobre o amor. Existem vários sobre a sexualidade, o gênero, a higienização, etc., que terminam por tangenciar o tema. Contudo, apesar do apelo de Lucien Febvre para que uma história sobre o amor fosse escrita (BURKE, 1997, p.83), os esforços não parecem ter ido muito além de poucas obras, publicadas principalmente na França e nos E.U.A.

Falar sobre o amor, escrever sobre o amor, pensar o amor permanecem atividades mais íntimas para filósofos, psicólogos, psicanalistas e antropólogos. E aí pesemos não só o problema de conceituar e lidar com uma emoção, vista normalmente como ontológica, perene, de difícil análise histórica, mas o desconforto criado pelo encontro entre sujeito e objeto, o que gera um reconhecimento por vezes doloroso, evitado por alguns historiadores. Por isso, será necessário visitar alguns dos pensadores de outros campos que fizeram do amor o seu objeto de estudo.

O amor de que trataremos aqui é uma crença emocional, que assumiu diferentes justificativas e motivações, e relacionou-se a diferentes práticas, concernentes a cada cultura e sociedade (bem como diferentes grupos dentro da mesma) em que tal crença era criada. Por isto, qualquer definição mais fechada do que é o amor incorre em uma contrariação à compreensão deste termo como uma “crença emocional”. De qualquer forma, minha preocupação aqui estará próxima da interpretação do amor enquanto uma emoção que surge dentro de uma relação entre duas pessoas, envolvendo troca de carinho e cuidado, sem haver, contudo, a necessidade de consumação do amor na dimensão do sexo.

Não trataremos, conseqüentemente, da “busca por amor” (*search for love*) que aparece em muitos psicanalistas e psico-historiadores como um “dato” (*givens*) (YALOM, 1996, citado por MATTAR, RODRIGUES, SÁ, 2006) da existência humana.

A busca por amor dar-se-ia devido ao desamparo primitivo a que todo ser humano é exposto quando da sua entrada na cultura. Como atenuante ao desamparo estaria o carinho que o outro nos dá e que se expressa igualmente no amor fraternal, maternal, paternal etc.; e não somente no amor sexual, entre dois que se encontram e se amam.

Dizer isto não corresponde a afirmar que as emoções são “puras”, como quiseram por muito tempo os membros das correntes universalistas – hidráulicas e cognitivistas, por exemplo (ROSENWEIN, 2002; RÖTTGER-RÖSSLER, 2008). Do contrário: elas são extremamente cambiáveis, ocorrendo muitas vezes carregadas de conflitos e ambiguidades, como aponta Reddy com o seu conceito de navegação (2001). Portanto, o amor pode ou não vir acompanhado do sexo (algumas comunidades emocionais reforçam a separação entre amor e sexo, por exemplo); pode ou não vir acompanhado da raiva ou do ódio, não sendo incomum os pares que nutrem sentimentos de preocupação e de destruição em sua relação. Os crimes passionais estudados por Chalhoub (2001), no Rio de Janeiro, e por Filgueiras (2008), no Recife, são exemplos desta duplicidade.

Antes de prosseguir com a introdução e a apresentação dos conceitos que nos ajudarão nesta dissertação, acho importante fazer algumas ressalvas. A definição dos conceitos aqui, e ao longo do resto da introdução, não quer dizer que nós tenhamos partido de uma concepção teórica para adequar os documentos

analisados. Do contrário, como os leitores familiarizados com a discussão acerca do amor na antropologia e na psicologia mais facilmente perceberão, nossa escolha pelos teóricos aqui presentes parte do sentido de procurar um diálogo – sempre por refazer, como em Sísifo – entre o que observamos nos documentos e as (muitas) opções teórico-metodológicas existentes. Arrisco-me a dizer, inclusive, que, graças aos poucos trabalhos sobre o tema e às raras possibilidades de diálogo com outros historiadores que trabalham esta temática, acabei partindo da experiência com os documentos para procurar livros teóricos sobre o assunto.

Para empreender nossa análise, é preciso definir bem os seguintes conceitos: sentimento, sensação e emoção. Embora nós tendamos a considerar o amor um sentimento, para o psicólogo Mark Pettinelli o sentimento (*feeling*) aproxima-se da sensação (*sensation*) devido a sua rapidez de processamento, pois “Sentimentos são mais parecidos com sensações, quando você toca alguma coisa, você recebe um sentimento” (s/d)⁴, o que lhe permite identificar rapidamente a sensação e exprimi-la em linguagem; ao passo em que a emoção (*emotion*) exige um apuramento, um decantamento do sentimento anteriormente obtido, quase que instantaneamente, para que chegue ao nível inconsciente, formando uma marca mais perene do que a tenuidade do sentimento. Marca esta que passa por um processo mais complexo de reconhecimento e elaboração

Sentimentos são mais diretos que emoções e pensamentos porque eles são mais sensoriais – quando você toca alguma coisa, recebe um sentimento. O que demonstra que emoções estão ligadas a coisas no mundo real, embora, normalmente, você esteja pensando naquela coisa e não sentindo-a naquele momento. Coisas que vem da memória serão emoções e/ou pensamentos e não sentimentos porque estes são mais tangíveis. Memórias podem gerar novos sentimentos, mas as memórias, por serem pensamentos, não são sentimentos em si. (PETTINELLI, s/d)⁵

De maneira contrária a muitos de seus colegas filósofos, Martha Nussbaum (s/d) traz historicidade ao tema quando pensa o amor como uma emoção com diferentes concepções e modelos presentes em diferentes sociedades, por vezes com mais de um modelo lutando arduamente pela sua institucionalização dentro da

⁴ “Feelings are more like sensations, when you touch something you get a feeling”, no original.

⁵ “Feelings are more direct than emotions and thought because they are more sensory – when you touch something you get a feeling. That shows further how emotions are really about things in the real world, only it more like you are thinking about them instead of feeling them in real time. Things that come from memory are going to be emotions and/or thoughts, not feelings because feelings are things which are more tangible, those memories might result in new feelings, but the memories themselves are not feelings because they are just thoughts”, no original.

mesma sociedade: “Muitas sociedades conhecem diferentes tipos e concepções de amor. Mas variações entre diferentes culturas também complicam a análise”⁶ (NUSSBAUM, s/d).

Os vários tipos de amor (ou qualquer outra emoção) podem condensar-se no inconsciente e internalizar-se em modelos super-egóicos⁷, constitutivos de um parecer para determinada conduta, que, contudo, é passível de reflexão, alteração e teorização. Esta perspectiva permite pensar o amor como uma emoção com variações históricas, analisáveis segundo o estudo da formação do modelo eleito por determinada sociedade como hegemônico.

A aproximação realizada por Nussbaum, e por outros filósofos e antropólogos, da interpretação dos psicólogos que sugerem ser o amor uma emoção é importante, pois, na visão de boa parte dos psicólogos, a emoção traz um componente sócio-cultural, sujeito, portanto a mudanças históricas, que não está presente na definição do amor como um sentimento, por exemplo, já que, dado ao seu rápido processamento, no sentimento o componente biológico seria mais determinante/importante do que o cultural. Grosso modo, poderíamos dizer que, ao tocar o fogo, nosso corpo recebe uma informação de troca de calor positiva no nosso sentido, de receptor. A isto corresponderia o *sentimento*. A nossa interpretação desta informação como “quente”, e por sua vez de que o “quente” machuca e é ruim seria uma *emoção*⁸.

Pensar a emoção como algo cultural não suprime a inegável dimensão biológica que a comporta. O que acredito, contudo, é que, como demonstraram diversas pesquisas no campo da psicologia e da antropologia da emoção, perceber as implicações naturais/biológicas das emoções – especialmente em outras culturas

⁶ “Most societies contain many different types and conceptions of love. But cross-cultural variation also complicates analysis”, no original.

⁷ Para Gay (1989), o superego é uma espécie de “criticismo cultural” (op. cit., p. 44), reforçado a partir de uma série de estímulos externos e internos durante a infância, de acordo com a sociedade em que se vive (op. cit., passim), e que “emite recordações desagradáveis de que os outros também tem reivindicações legítimas e de que as próprias são no mínimo suspeitas” (op. cit., p. 97)

⁸ Esta discussão é mais seria do que brevemente apontamos aqui e passa pelos conflitos dos universalistas e culturalistas/historicistas a respeito dos *sentimentos/emoções*, visto que, para os primeiros, não haveria sentido discutir a relação *sentimento/emoção*, pois todos os povos teriam os mesmos *sentimentos/emoções*, variando somente a forma de expressá-lo e entendê-lo. Para os segundos, contudo, a discussão é pertinente, em virtude das pesquisas práticas apontarem para povos/culturas que não possuem no seu sistema simbólico nem linguístico ideias e palavras para determinadas *emoções*. Considero esta segunda interpretação mais coesa dada a sua historicidade e esforço por respeitar/entender o outro. Dentro desta discussão, indico os trabalhos de Rosenwein (2002), Röttger-Rössler (2008), Jankowiak (1997) e Reddy (2001).

e em outros tempos históricos – é uma atividade muito restrita, arriscada e eticamente problemática, ao menos com o instrumental atualmente disponível. Digo isto porque, por exemplo, as pesquisas envolvem a classificação em discurso das sensações percebidas, por parte dos analisados e, em seguida, dos cientistas, está muito sujeita a erro, já que envolvem dois esforços de tradução, que nem sempre envolve material linguístico oriundo dos analisandos, valendo-se, muitas vezes, o cientista de termos próprios para diagnosticar suas pesquisas, como afirma Röttger-Rössler a partir das pesquisas de Robert Levys:

Um exemplo a partir dos estudos de Robert Levys (1973: 1984), no Taiti, deve servir para concretizar esse ponto: Levy verifica que, no Taiti, o domínio do sentir-se triste/deprimido/só (por ex., após a perda de um ente querido) encontra-se subdesenvolvido, ou como Levy assim o denomina, está “hipocognitivado”. Levy não encontrou termos evidentes que representassem sentimentos como tristeza/solidão (Levy 1984: 227). Sempre que os taitianos se encontravam em situações que Levy definiria como sendo de tristeza, eles utilizavam para a descrição de seus sentimentos conceitos muito vagos, imprecisos, como “estar inquieto, incomodado, sentir-se pesado ou sem vontade de nada”. Esses conceitos não contêm qualquer indicação de causas sociais externas para a emoção e dessa forma possibilitam que tais estados possam também vir a ser interpretados como doença ou como resultado de ações mágicas (RÖTTGER-RÖSSLER, 2008, p. 9-10).

Ora, como vimos acima, esperando pesquisar a emoção “tristeza” no Taiti, Levys depara-se com uma cultura que não tem expressão linguística para isso, tampouco considera a tristeza uma emoção (pode ser uma doença ou o resultado de ações mágicas). A hipótese de Levys – de que o sentir-se triste/deprimido/só encontra-se “hipocognitivado” entre os taitianos – não parece eticamente adequada para tratar a diferença cultural percebida, uma vez que, a seguir este raciocínio, os taitianos poderiam classificar a cultura na qual Levys se insere de “hipercognitivada”, exagerada, no tocante a sentir-se triste/deprimido/só. O que nos conduziria a uma encruzilhada etnocêntrica e perigosa.

A constituição de determinado modelo em uma estrutura de superego não quer dizer que os outros sejam abandonados, ou que, em um mesmo indivíduo resistam resíduos de outros modelos, como nos diz Lyndal Roper “culturas conflitantes [podem ser percebidas num] mesmo homem [ou mulher]”⁹ (ROPER apud ROSENWEIN, 2002, p. 9), o que nos mostra que os regimes emocionais apresentam variações não somente extra-culturais, como intra-culturais, podendo

⁹ “competing cultures [may be seen in the] same individual man [or woman]”, no original.

existir, para além dos comportamentos individuais “desviantes”, modelos contraditórios dentro de uma mesma cultura (ROSENWEIN, 2002, p. 9).

Com concepções teóricas semelhantes¹⁰, Jurandir Freire Costa partiu da inquietação provocada pelos dissabores amorosos narrados por seus analisandos, para empreender uma análise psico-histórica na qual constatou que seus pacientes sofriam por não conseguirem seguir as pegadas do modelo de amor que tinha tomado força no Ocidente como atributo imprescindível à felicidade, cuja efetivação se daria em um relacionamento estável, duradouro, cujo fundamento estava no amor romântico, na escolha nobre do cônjuge somente pelos desejos do coração.

Armado com a pesquisa histórica e os conceitos psicanalíticos, Costa saiu em busca das histórias do modelo romântico de amor, numa caça que o levou aos fundamentos do amor entre os gregos, passando pelo medievo – onde ele colocou o surgimento tímido do amor tal qual conhecemos –, chegando enfim à modernidade e à construção do amor romântico, promovendo uma leitura de vários dos pensadores que lidaram com o tema.

Muito embora a análise de Costa, por estar centrada em impressões coletadas no divã de análise e em leituras de fontes secundárias, careça de maior fundamentação teórica no que concerne à dimensão histórica (apesar da citação abaixo *parecer* indicar o contrário para o leitor que a toma em isolado¹¹) e trato histórico com os documentos, sua hipótese desperta a atenção para a possibilidade

¹⁰ Nós sentimos a obrigação de alertar: diferente do que pode sugerir nossa narrativa, a concepção historicista do amor não é a única aceita por estudiosos do assunto; muito pelo contrário, me arriscaria. Há trabalhos de autores extremamente importantes onde o amor aparece como uma espécie de “arte”, de “saber, a ser desenvolvido, como em Fromm (2000), Ovídio (2001), Comte-Sponville (2006), entre outros. Além disso, há trabalhos em história, psico-história e antropologia histórica que tenderam a enfatizar a “dimensão universal” do amor, percebendo-o como existente em todos os grupos históricos e apresentando apenas variações históricas. Para ver mais a respeito, consulte os trabalhos de Rosenwein (2002) e Röttger-Rössler (2008).

¹¹ A minha ressalva em relação a esta obra de Costa parte 1) da sua análise bastante centrada nas obras dos filósofos 2) na sua simplificação do amor romântico como “culpado” pela idealização do amor na sociedade por ele analisada. Bem, acredito que: 1) não é porque hoje consideramos Platão ou Agostinho cânones do pensamento filosófico que suas propostas reflitam a crença emocional da sua época; penso que as suas propostas sejam uma no mar de tantas; 2) a simplificação da idealização do amor por ele verificado em romântico (apesar do próprio autor prever outras possibilidades de amar) não parece resolver a questão, pois não problematiza nem o que seria romântico, nem o que seria o amor. Ademais, a busca por suas “raízes” em momentos extremamente recuados na história – como a Idade Média e o amor cortês e cátaro, que, para outros especialistas, como Duby, apontam muito mais para uma expressão ideal e artística – conduz a uma dupla dificuldade, qual seja assumir o código cortês como algo mais praticado do que outros historiadores apontam ter sido, bem como confiar demais na permanência histórica deste modelo emocional através dos séculos e dos continentes.

de historicizar a questão, como revela o alerta logo nas primeiras páginas do seu livro:

O amor é uma **crença emocional** e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. Nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza (COSTA, 1998, p. 12, grifo nosso).

Em história, a primeira obra que se propôs a tratar do tema foi a **História do Amor no Ocidente**, de Denis de Rougemont (2003), lançada originalmente em 1939. Trabalhando o amor como um mito criado pelo Ocidente durante a Idade Média, a partir do conjunto de histórias em torno de Tristão e Isolda, e na religiosidade cátara, Rougemont busca traçar a formação do amor em sua própria época, que tinha como norte a aliança entre o casamento e o bem-querer, o casamento e o amor, instituições que para o autor eram incompatíveis.

Apesar de o texto de Rougemont, para os padrões atuais, ter-se tornado por demais subjetivo, carecendo de melhor análise documental e maior criticidade com a pesquisa, a sua tentativa de pensar a construção do “mito” do amor, e a sua visão das mudanças na sociedade de sua própria época são importantes pelo pioneirismo e pela riqueza do material: reflexão de um intelectual que viveu durante os anos entre as guerras e publica seu livro no ano de 1939, fazendo corpo ao coro daqueles que criticam a conexão romântica entre amor e casamento.

Depois de Rougemont, surgiram outros escritos que procuravam o amor como tema de pesquisa. Os trabalhos de Anne-Marie Sohn, Barbara Rosenwein, Georges Duby, Jean-Louis Flandrin e Theodore Zeldin, são exemplos dessa tentativa, realizada por historiadores especialistas em grandes períodos históricos, e/ou em temas afins, que procuravam adequar a pesquisa do amor aos seus trabalhos “maiores”.

Entretanto, estes estudos não nos serão de muita utilidade aqui, uma vez que seus recortes e opções metodológicas estão muito distantes do que pretendemos e podemos executar dentro de um mestrado acadêmico, com a análise dos periódicos recifenses de princípio do século passado.

Outros autores trouxeram em seus escritos sobre os temas afins, contribuições interessantes ao amor. Talvez o exemplo mais notável da empreitada

seja Philippe Ariès, de quem destacamos dois artigos no livro por ele organizado em parceria com André Béjin (1987).

Em *O amor no casamento* e *O casamento indissolúvel*, Ariès procura mostrar como se deu a inserção do amor na instituição do casamento a partir das manifestações em prol do amor “romântico”, que aconteceram no final do século XIX e no início do século XX, em contraponto ao casamento “arranjado”, para fins reprodutivos e econômicos, dos períodos anteriores.

A hipótese de Ariès é basilar para trabalharmos a nossa pesquisa, pois os conflitos descritos pelo autor em muito se assemelham àqueles que encontramos durante nossa pesquisa do PIBIC e do mestrado nos periódicos recifenses dos anos 1920 e 1930.

No Brasil, trabalhos no “estilo” deste de Ariès e Béjin são os de Chalhoub (2005) e Rago (1997), para ficarmos em poucos nomes. Estudando os processos criminais das ações movidas em virtude de crimes passionais, Chalhoub busca no segundo capítulo do seu livro rever as relações que se davam nos lares das classes populares no início do século XX, enfatizando as alterações provocadas pelo início da tomada dos espaços públicos pelas mulheres, que, trabalhando e recebendo salários para tanto, tinham agora a possibilidade de escolher seus amásios.

Já Rago empreende uma análise dos discursos feministas publicados no início do século XX, em periódicos e em livros mais famosos, como o da feminista Maria Lacerda de Moura. Rago demonstra como as reivindicações trabalhistas dessas mulheres estiveram próximas de brigas pelo direito ao controle do corpo, da escolha do amásio e da forma de amar, refletindo, assim, as idéias de amor “livre” de algumas feministas, como Alexandra Kollontai, que encarava o amor monogâmico como mais uma instância de poder (masculino) burguês para controlar os trabalhadores (e as mulheres).

Os escritos dos dois historiadores são interessantes para pensarmos nosso tema de estudo, pois ambos lidam com as mudanças que aconteceram no cotidiano quando da modernização no início da república, enfatizando as relações construídas entre o tradicional e o moderno, que provocaram mudanças e permanências no cotidiano das cidades, conformes às formas que homens e mulheres tinham de se relacionarem com o novo.

Recentemente, o jornalista Dominique Simonnet (2003) convidou vários historiadores franceses bastante conceituados para falarem sobre o amor, numa empreitada audaciosa que prometia abordar a questão desde os primeiros casamentos na Pré-História até a Revolução Sexual no século XXI. Alguns nomes foram escolhidos pelos seus trabalhos com temas afins (Alain Corbin, Paul Veyne) e outros por serem especialistas nos períodos em que Simonnet pretendia centrar a sua análise.

Para a primeira cena do terceiro ato de sua obra – *O prazer, finalmente* – Simonnet destacou a historiadora das mulheres e do amor Anne-Marie Sohn. Vejamos o interlúdio deles para *Os anos loucos*, período sob responsabilidade de Sohn e que coincide com o recorte do nosso estudo:

Finalmente! Depois de séculos de inibições, frustrações, repressões, surge timidamente da penumbra essa coisa inconfessável, tão escondida, tão desejada: o prazer... A **revolução amorosa** que se desencadeia entre 1860 e 1960 é discreta, mas inelutável. Basta dessas conveniências hipócritas, dessa vergonha do próprio corpo, dessa sexualidade culpada que sanciona a indignidade dos homens e a infelicidade das mulheres! Não ao casamento sem amor! Não ao amor sem prazer! É o que as pessoas começam a pensar, a despeito de não ainda ousar dizer. **A partir do período entre as duas guerras, tomado por um hedonismo salutar, as pessoas começam a se tocar, a se acariciar, a se beijar na boca (sim, na boca!).** Em suma, elas se liberam. Esses anos não tão loucos abriram um novo ato da nossa história. E mais uma vez são as mulheres que vão para a frente da cena (SIMONNET, et al., 2003, p. 127, grifo nosso).

No Brasil, outro livro recentemente lançado – com características semelhantes de coletânea – é o **História do Amor no Brasil**, de Mary Del Priore (2005). Nele, a autora traça a história do amor em nossas terras a partir de fontes extremamente variadas, embora centre sua análise nas produções da elite – como jornais e livros –, tocando em questões afins como a sexualidade, o casamento, e o gênero.

Apesar da notável iniciativa e dos relances em questões interessantes, especialmente sobre o século XX, fica clara na obra da autora uma deficiência em relação à utilização das fontes, à análise dos discursos sobre o amor e mesmo ao objetivo do livro – bastante pretencioso, por sinal, lidar com quinhentos anos de história –, que termina por fazer-se bastante descritivo das práticas de amor, a partir de um arcabouço de fontes bastante variadas, sem que consiga analisá-las com mais zelo.

Na década de 1980, o médico de formação e antropólogo de ofício, Thales de Azevedo, lançou um livro em que se dispunha a analisar o namoro à antiga, no início do século XX, a partir das relações entre a modernidade e a tradição, expressas sobretudo na insurgência de novos discursos e práticas como o *footing* e o *flirt*.

Escaneando obras de autores famosos e artigos de jornais, Azevedo conseguiu fazer um estudo interessante do namoro e do amor “de antigamente”, delineando algumas das regras e das discussões em torno dos modelos de amor que se apresentavam na época, além de relacionar a insurgência desses modelos com os conflitos entre o moderno e o antigo.

Devido à opção metodológica – compreender as disputas entre os diferentes modelos de amor como um embate inserido na modernidade, que representava coisas diferentes para grupos sociais distintos – e pelo retorno que promove de fontes e questões da época – algumas de difícil acesso –, Azevedo constitui sem sombra de dúvida um dos livros fundamentais para o nosso trabalho.

Outro grande autor fundamental para o nosso estudo é o alemão radicado nos Estados Unidos, Peter Gay. Gay dedicou décadas de sua vida à “militância” na “causa” da psico-história, tentando demonstrar que Freud, enquanto pensador da cultura, não devia nada a nenhum outro e que as ferramentas da psicanálise poderiam sim ser aplicadas à História. Embora os maiores historiadores de sua corrente tenham feito uso dos apetrechos psicanalíticos para estudar a infância e para escrever biografias, Gay partiu para um trabalho arrojado, onde pretendia estudar a formação do superego das classes médias na era da rainha Vitória: **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**.

Dos cinco volumes da enorme obra, densa em páginas e na qualidade da análise, Gay dedica mais especificamente dois volumes às questões do amor e da sexualidade, abordando também o gênero e a família: **A educação dos sentidos** (1988), **A paixão terna** (2000).

No primeiro, Gay analisa a formação dos desejos de homens e mulheres dentro das classes médias, demonstrando os conflitos existentes entre as vontades dos dois grupos, revelando que, destarte a forte repressão, homens – e sobretudo as mulheres, alvo mais frequente do recalque – buscavam oportunidades para satisfazer seus desejos, ainda que depois passassem por severa e sofrida intervenção do superego, que as(os) penalizava. Dessa forma, Gay realiza um

estudo prático com base na teoria do superego cultural, que defendera em obras anteriores (GAY, 1989, p. 122), e que aparece timidamente em Freud (2004) como uma expressão sócio-cultural de modelos de conduta internalizados pelos indivíduos de acordo com sua educação e sua experiência de vida.

No segundo volume, Gay segue discutindo as relações existentes entre a moral oficial burguesa vitoriana e os desejos velados dos homens e mulheres da época, dessa vez, retrazendo os expedientes dos namoros e do amor entre uns e outras.

Com as cartas de amor trocadas entre os namorados, Gay mostra-nos como a intimidade deles ia se construindo, junto com os ciúmes, as saudades, os desejos, o tédio da espera demasiada, e como, por vezes, eles se sentiam culpados por desejarem um “algo a mais” que só caberia depois do casamento, objetivo final do namoro.

Gay narra ainda como os cônjuges criavam expectativas quanto ao seu relacionamento e como, a partir da liberação e da entrada no amor no casamento, são criados espaços e práticas (como a paquera e o *flirt*) para que os futuros amásios pudessem se conhecer, atenuando os preceitos da moralidade e da boa conduta, que terminaram por se tornarem tão leves ao ponto de alguns pensadores tratarem-nas, nos tempos atuais, por *líquidas* (BAUMAN, 2004).

Por fim, cabe lembrar que, nos últimos anos, foi produzida e publicada em anais de congressos e periódicos, uma série considerável de artigos que tem o amor por tema central, além de algumas dissertações que analisam esta emoção, embora, mesmo neste caso, apesar da proposta, o amor figure como um elemento “auxiliar” na escrita; o que é extremamente compreensível dado o recente despertar da historiografia nacional para o tema.

Dito isto, cabe reafirmar que o nosso objetivo é rastrear os embates entre os discursos sobre o amor, através da leitura dos periódicos da época, inserindo os conflitos no contexto das disputas entre moderno e antigo e compreendendo o amor enquanto uma crença emocional, não necessariamente atrelada à efetivação do sexo e que muitas vezes ocorre sem ele. Busco ainda verificar os novos espaços onde se davam as práticas de namoro, cada vez mais presentes devido à necessidade dos futuros cônjuges se conhecerem e terem certeza de seu amor antes de efetivarem o casamento.

Esperamos dessa forma contribuir para ampliar o entendimento sobre as décadas de 1920 e 1930, e sobre a modernidade com o estudo de um novo objeto, pensando a confecção no Brasil da “revolução amorosa”.

3. Fontes & metodologia: roupas & sapatos

Daqui em diante, discutiremos as motivações que me levaram a eleger o estudo da imprensa como caminho de pesquisa, selecionando determinados periódicos em detrimento de outros; a análise do discurso e a teoria Reddyana/Rosenweineana como ferramentas para o trato com as emoções; a natureza e o que esperamos com o nosso recorte temporal/espacial. Em acréscimo, discutiremos também o caminho que nos levou através das fontes orais e como elas nos ajudarão, sobretudo na parte final da dissertação.

Primeiramente, devo dizer que minha escolha pelo recorte temporal dos anos entre as guerras deve-se, especialmente, a dois fatores:

(1) a confiar nas fontes primárias do período e na bibliografia, nos anos entre 1918 e 1939, o Recife viveu uma série de transformações ligadas ao contato com as invenções modernas, que também tiveram impacto no cotidiano da cidade, e ajudaram-na a reconfigurar as formas de pensar e viver o amor (REZENDE, 1997; SILVA, 2002; TEIXEIRA, 1994);

(2) é neste período que a imprensa da cidade do Recife consolida-se, com a criação do **Jornal do Commercio** (segundo jornal de maior circulação) em 1919, e de uma série de semanários, que evocavam e anunciavam o moderno, como as revistas **Pilhéria** e **Vitrina**. Estas fontes, como afirma Luca (2005, p. 119-123), foram descobertas pelos historiadores da modernidade como excelente material para suas pesquisas, pois trazem informações sobre

“A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações sociais e valores [...]” (LUCA, 2005, p. 120);

Desta forma, a escolha do recorte tempo-espço está intimamente ligada à seleção das fontes: periódicos nos quais encontraremos discussões acerca da modernidade na capital do Estado, onde a produção da imprensa era maior e mais bem

consolidada e havia uma vivência mais próxima dos temas abordados nas folhas dos jornais e revistas.

Além disso, acredito que os “anos loucos”, trovados tanto pelos escritores da época quanto por intelectuais que escreveram depois, como a Anne-Marie Sohn, chegam ao Recife justamente neste período do entre-guerras, quando, como já argumentamos, aportam na cidade vários artefatos modernos e novos hábitos sociais, que demandam uma reacomodação dos discursos e das práticas amorosas.

Esta emoção de surpresa e deslumbramento com o novo, que exige ressignificação e adaptação, é demonstrada em uma série de matérias publicadas nos periódicos, como esta do *Jornal do Commercio* do dia 09 de fevereiro de 1930

No século XX, maravilhoso, porém, vive-se duas décadas ou mais em dois anos. Tudo ainda com uma precipitação de loucura; numa ânsia insaciável de conquistas.

A aviação, que é um símbolo do momento atual, progrediu nestes últimos dias de tal maneira, que aquele projeto que encontrava guarida nas páginas irresponsáveis dos magazines, começou a ser a preocupação constante de vários sábios¹².

Como fica evidente a partir deste exemplo, os periódicos exercem um chamado sobre o(a) historiador que deseja trabalhar este tipo de temática, por serem, tal qual resume com certidão Luca (2005, p. 120), instrumentos riquíssimos para observar como os projetos de futuro foram articulados e pensados, pois possibilitam o contato com uma variedade enorme de temas e assuntos, especialmente aqueles pertinentes ao moderno, que aparece nos periódicos quer sob o disfarce do mau agouro, quer da fortuna.

A sensação de aceleração do tempo e o contato com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas); a difusão de novos hábitos, aspirações e valores; as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades; os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”; a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação; as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene; a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram

¹² O Século da Velocidade. *Jornal do Commercio*, Recife, 09 fev. 1930.

de buscar parte das repostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se diferentes projetos de futuro (LUCA, 2005).

No tocante ao estranhamento e à relação multifacetada entre o antigo e o novo, entre o progresso e a reação, a obra de Le Goff (1996) é fundamental, por retratar a questão como uma luta incessante entre diferentes concepções que tentam se colocar como hegemônicas, tendo uma delas – a priori – mais capital, dada a sua institucionalização na sociedade. L, esta concepção mais tradicional goza da vantagem da segurança, do conhecido, ainda que mal visto. E a outra concepção tenta galgar espaço, colocando-se como uma nova opção: melhor do que a outra, mas com sérios riscos potenciais, devidos ao desconhecimento que se tem dela, uma característica própria da novidade. O diálogo desta orientação teórica proposta por Le Goff com os documentos indicou-nos que podemos estendê-la, em particular, aos conflitos entre os diferentes modelos de amor.

Assim, para bem atendermos as nossas expectativas, elegemos justamente os jornais e o semanário de maior destaque, com maior longevidade e volume de produção no Recife dentro do nosso recorte temporal: o **Jornal do Commercio**, o **Diário de Pernambuco**, e **A Pílhéria**.

Eleger estes três periódicos passa sobremaneira por duas preocupações:

(1) objetivar o enriquecimento da amostra e, portanto, da subsequente análise, o que esperamos atingir através da longevidade, que nos permite um melhor estudo diacrônico, e do volume bruto de produções em páginas e exemplares por semana;

(2) perceber, dentro dos limites impostos, a recepção que o público tinha das matérias publicadas e as condições de escrita que os(as) jornalistas tinham à disposição, para evitar uma análise equivocada do discurso enquanto uma produção elevada e separada do social.

Trabalhar com estes periódicos pode minimizar nossas preocupações no sentido de haver mais informações sobre eles em fontes secundárias (como no Luiz do Nascimento, de quem falaremos logo abaixo), e por serem eles os meios de comunicação que mais circulavam na cidade, de onde se sugere uma maior influência do discurso lá proferido nas vivências cotidianas¹³.

¹³ Recuperar as tiragens ou o número de assinaturas destes periódicos é uma tarefa hercúlea, para dizer o mínimo. Assim, nossa aproximação deve seguir por outros caminhos.

Contudo, temos de perceber esta opção metodológica não só a partir das possibilidades e fronteiras que ela irrompe, mas, igualmente, por meio das limitações que ela circunscreve, quais sejam: estar restrito à análise dos discursos produzidos pelas elites intelectuais acerca dos hábitos, costumes, do dia-a-dia das classes médias que povoavam a cidade; o que nos afasta, de maneira talvez irreconciliável, dos “populares”, das camadas mais baixas da sociedade ou daqueles(as) que habitavam as áreas rurais nas proximidades da cidade¹⁴. Este afastamento não deve ser feito com angústia, pois certamente não há escolha sem exclusão.

Para complementar nossa leitura das fontes primárias, faz-se importante recorrer à coleção de Luiz do Nascimento sobre a História da Imprensa de Pernambuco, único trabalho acadêmico realizado no nosso Estado com o sentido de analisar e preservar a memória da imprensa local.

Lá, temos ao nosso alcance informações de valor ímpar sobre os pseudônimos dos(as) escritores(as), preço dos periódicos, composição da equipe, periodicidade, etc., além de informações sobre os “bastidores” da redação e anotações memorialísticas acerca dos jornais publicados, compiladas com base na experiência do autor em contato com os *staffs* dos periódicos abordados e de pesquisa minuciosa nos exemplares publicados.

Com estas informações, complementamos a nossa análise dos textos presentes nas matérias, procurando perceber o que motivou a transformação daquele evento singular em algo digno de ser veiculado como notícia.

Devido aos objetivos propostos e à escolha das fontes, nossa metodologia será um cruzamento entre as propostas mais atuais para o estudo histórico das emoções e das relações de gênero, e as opções teórico-metodológicas de trabalho com a imprensa e a análise de discurso.

Em acréscimo, trabalharemos com quatro entrevistas coletadas ao longo de 2006, durante o período do estágio extracurricular no PIBIC. Estas entrevistas foram realizadas com três senhoras e um senhor que moraram em Recife durante o final dos anos 1920 e ao longo da década de 1930. Optamos por entrevistas semi-estruturadas, nas quais perguntávamos sobre temáticas como namoro, *flirt*, cinema, *Graf Zeppelin*, dentre outras. Como o espectro de entrevistas é bastante reduzido (afinal, foi muito difícil conseguir entrevistar pessoas com idade compatível, uma vez

¹⁴ Na imprensa daqueles anos entre-guerras, o espaço dado aos populares era quase sempre o das páginas policiais.

que privilegiamos pessoas que viveram durante o recorte temporal da dissertação), a sua utilização neste trabalho será no sentido de complementar as informações que obtivemos através dos periódicos.

Em relação às emoções, o aporte teórico proposto por William Reddy enfatiza a análise histórica das emoções a partir da verificação dos modelos sócio-emotivos, a partir das “traduções” que estes modelos sofrem nos documentos tendo em vista a ponte que se forma entre as vivências individuais dos sujeitos que confeccionaram tais documentos e as influências que a sociedade da época teve na construção dos desejos, expectativas e recalques deste indivíduo.

Encarar as emoções como itens históricos, e, portanto, modificáveis, permite trabalhar no sentido de alterar práticas emocionais “caducas” ou contribuir para a construção de práticas mais libertárias, percebendo que convivem dentro duma mesma cultura/sociedade modelos emocionais diferentes do hegemônico, que tem “histórias” igualmente distintas.

Todavia, deve-se sempre ter em mente o aviso de Reddy – não podemos ir diretamente às emoções, pois elas trazem experiências bastante individuais, que são “traduzidas” por nós em sistemas lingüísticos, simbólicos, gestuais, etc.: “a presença das emoções é sempre percebida indiretamente, através de pressupostos cognitivos, de mudanças na cor e na temperatura da pele ou da aceleração dos batimentos cardíacos. Nenhuma destas coisas é a ‘emoção’ mesmo”. (REDDY, 2001, p, 20)¹⁵.

O que se pode realizar então é um trabalho indireto de busca – que Reddy chama de “navegação”¹⁶ - procurando perceber como as emoções são apresentadas, discutidas, representadas, significadas dentro dos elementos lingüísticos, lembrando que a relação entre o termo e as formas de representação e significação emocional não é direta, mas construída historicamente, donde resulta toda a dificuldade do trabalho.

Complementar ao paradigma da navegação proposto por Reddy, utilizamos a teoria das “comunidades emocionais”¹⁷ proposta por Barbara Rosenwein, que nos

¹⁵ “The presence of emotions is always tested indirectly, through cognitive biases or through changes in skin conductance level or heart rate. None of these things are ‘emotion’ itself”, no original.

¹⁶ “Navigation of feelings”, no original.

¹⁷ “Emotional communities”, no original.

permite entender melhor o funcionamento dos regimes antagônicos dentro de uma mesma sociedade/cultura.

Para os dois autores, as emoções são antes de tudo formas de transmissão de informações dentro de uma cultura, como a linguagem, a arte etc., mas que, devido ao seu caráter de linguagem, atendem a códigos próprios de “criptografia”, exigindo dos(as) seus(suas) leitores(as) habilidades específicas para que possam compreendê-las.

Rosenwein se adianta na discussão ao propor que os movimentos de aprendizagem, alteração e aceitação/negação de um sistema emocional partem das experiências internalizadas a partir do convívio dentro de uma ou mais comunidade emocional, que “tem precisamente o mesmo formato que as comunidades sociais – famílias, bairros, parlamentos, guildas, monastérios, membros de uma paróquia”¹⁸ (ROSENWEIN, 2002, p. 8), devendo o olhar do pesquisador, entretanto, estar devidamente focado para revelar os sistemas emocionais que lá se apresentem, os quais podem ser definidos como

o que essas comunidades (e os indivíduos nelas inseridos) definem e classificam como válido ou perigoso para elas; os julgamentos que elas constroem acerca das emoções das outras; a natureza dos laços afetivos estabelecidos entre as pessoas que elas reconhecem; e os modos de expressão emocional que elas esperam, encorajam, toleram e deploram¹⁹ (ROSENWEIN, 2002, p. 8, grifo nosso)

A escolha do título desta dissertação passa pela influência da teoria acerca da modernidade e acerca das emoções. “Amores de ontem, amores de outrora: emoção e gênero no Recife dos anos 1920 e 1930” foi a forma que encontrei para dizer que nesta dissertação estudarei a formação do regime emocional amoroso recifense a partir das relações de modernidade/tradição e de gênero, com foco nos dois discursos diferentes sobre o amor: o *de outrora*, tradicional, cujo auge foi no final do século XIX e no início do século XX, e o *de ontem*, moderno, que começava a se estabelecer com força nas décadas de 1920 e 1930.

Como não poderia ser diferente, o trabalho com materiais impressos passa necessariamente pela análise do discurso, que aqui compreenderemos de uma

¹⁸ “Are precisely the same as social communities – families, neighborhoods, parliaments, guilds, monasteries, parish church memberships”, no original.

¹⁹ “What these communities (and the individuals within them) define and assess as valuable or harmful to them; the evaluations that they make about others’ emotions; the nature of the affective bonds between people that they recognize; and the modes of emotional expression that they expect, encourage, tolerate, and deplore”, no original.

maneira bastante similar à hipótese de Norman Fairclough, para quem a construção da análise deve ser tridimensional “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001: 20), onde “texto” se refere à análise linguística; “prática discursiva” aos processos de produção e interpretação; e “prática social” às condições sociais de produção.

Assim, devemos, por exemplo, no tocante aos periódicos, pensar em a) quem escreveu a matéria? b) em qual jornal/revista? c) atendendo ao editorial ou a uma demanda externa? d) em qual parte do jornal a matéria foi publicada? e) de que forma o escritor trata a temática (deprecia, elogia, tenta ser neutro...)? f) quais elementos utiliza no seu discurso para defender sua ideia? g) podemos verificar se a matéria repercutiu em edições posteriores ou em outros periódicos? h) esta mesma temática aparece em outras matérias? i) tratada de que forma?

Essas proposições se coadunam com as preocupações de Tania de Luca com o estudo da história a partir dos periódicos, para quem qualquer produção historiográfica que tome por fonte principal os jornais deve transformá-los também em um objeto de pesquisa, o que equivale a

[...] estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigente e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê [...] [percebendo] as funções sociais desses impressos (LUCA, 2005: 132)

As duas propostas complementam-se e inserem-se num processo geral de desnaturalização e historização dos jornais, afastando-se da “crença” na a-historicidade da fonte²⁰.

O trato com este tipo de fonte também impõe uma limitação incidental, que, no entanto, deve estar clara para os pesquisadores: os jornais eram produzidos, sobretudo no início do século XX, por membros das camadas médias urbanas como um instrumento para divulgar coisas do cotidiano destas camadas, e como espaço para os intelectuais publicarem seus textos, uma vez que o mercado editorial era pouco desenvolvido e bastante restrito.

²⁰ Não há qualquer dúvida acerca da dificuldade (de fato: para alguns, impossibilidade) de executar devidamente os preceitos sugeridos por Luca. De qualquer forma, mantê-los como um norte é sempre útil para evitar um empobrecimento da pesquisa com periódicos resultante da compreensão ingênua dos mesmos como meras fontes de dados.

Desta forma, um estudo das matérias dos jornais atinge uma parcela pouco significativa, em termos quantitativos, da população recifense da época, pois muito embora em 1920 mais da metade da população recifense soubesse ler e escrever (IBGE, 1936), e os preços de um jornal avulso e de um semanário fossem menos da metade do ingresso mais barato do cinema, é extremamente difícil perceber até onde se estendiam àqueles que de fato compravam, liam e discutiam os jornais.

Nunca nos esqueçamos, por exemplo, de que os “populares” quase não dão as caras nos jornais e, quando o fazem é geralmente nas “páginas policiais”, como uma espécie de exemplo de um comportamento indigno de ser seguido pelas pessoas “civilizadas”.

Portanto, assim como no tocante às emoções, qualquer tentativa de ler a história dos “populares” deve ser feita com a maior perspicácia possível, pois o discurso construído sobre eles neste tipo de fonte é forçadamente heterônimo e exterior.

Por fim, cabe considerar a questão do gênero, que toca inevitavelmente as questões relativas às emoções, especialmente o amor. Antes de mais nada, vamos deixar claro que a categoria “gênero”²¹ é uma ferramenta de análise que utilizaremos aqui, conforme sentimos a necessidade a partir da pesquisa, de forma muito parecida ao que aconteceu com a “imprensa”, e nosso esforço para torná-la, ainda que parcialmente, um objeto deste trabalho.

Como aponta Joana Maria Pedro, quando falamos de gênero, “estamos nos referindo a uma categoria de análise”²², da mesma forma como quando falamos de classes, raça/etnia, geração” (2005, p. 78), e que, portanto, pode servir não somente a uma história centrada no universo feminino, mas a narrativas que toquem esta dimensão.

Assim sendo, nosso foco aqui não será a “história das mulheres”, tampouco uma história da construção do gênero feminino a partir da emoção, do amor; mas uma história do amor, onde a categoria de gênero entra como ferramenta auxiliar

²¹ Estejamos também atentos para a historicidade da categoria “gênero”, que tem assumido diferentes usos de acordo com a época ou o grupo que dele se apropria. Para mais informações sobre esta discussão, veja PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

²² Neste sentido, **categoria de análise** quer dizer um elemento conceitual para organização e análise de dados dentro de pesquisa.

para compreender como a construção desta dimensão toca a formação da emoção amorosa.

Ademais, queremos nos desviar aqui das hipóteses que tendem a tratar a questão como inversão de polos, ou deslocamento de foco para as memórias das mulheres, do feminismo, quer escrevendo histórias onde as mulheres aparecem como que isoladas em ilhas (PERROT apud RAGO, 1998, p. 1), distantes do contato com o masculino; quer contando histórias onde se evidencia o desejo de inversão do jogo na mesa do poder, como se uma alteração desta natureza pudesse resolver a questão.

Ainda segundo Joana Maria Pedro, “convém lembrar que ‘entrar para a história’ tem sido um valor disputado [...] [pois] para muitas pessoas, esta era uma forma de imortalidade” (2005, p. 83). Devemos estar atentos, entretanto, para que a competição por este “valor de imortalidade” seja realizada de maneira a não gerar uma re-exclusão, por exemplo.

Por isso, soam mais interessantes aquelas propostas que tratam o gênero como uma relação, incapaz de ser entendida adequadamente fora de seu contexto, que não deve ser confundido com amarras que impossibilitem a construção de novas relações de gênero, reconfigurando antigas. Ou, nas palavras de Angela Arruda:

[...] teorias relacionais, em que não se pode conhecer sem estabelecer relação entre o tema/objeto e o seu contexto. Gênero é uma categoria relacional, na qual, ao se levar em conta os gêneros em presença, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, do saber concreto (ARRUDA, 2002: 133).

O gênero passa, finalmente, pela verificação, por parte dos(as) pesquisadores(as) de que, no campo sociocultural, são estabelecidas marcas de diferença que identificam homens e mulheres segundo modelos que, não necessariamente, encontram correspondente na anatomia/sexualidade: “gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza” (BUTLER apud PEDRO, 2005, p. 91), havendo, de uma forma ou de outra, criação de tipos ideais pertinentes ao comportamento e à conduta esperados por/de cada um dos gêneros²³.

²³ O que envolve não somente homens e mulheres, no sentido da heterossexualidade, mas homo e transexuais, por exemplo, também sendo estabelecidas normas e modelos de conduta para estas categorias.

CAPÍTULO 1

ENTRE O ANTIGO E O MODERNO:

O Recife no “teimoso e irrequieto século vinte”²⁴

Vamos atravessando um período áureo de ideias novas, de renascimento literário e social em todo o universo, como consequência inelutável da conflagração europeia que arrasou desde a cumiada (*sic*) às bases a velha sociedade humana, que vinha exercendo domínio e influência na direção dos povos desde a proclamação dos chamados “direitos do homem”²⁵.

O ano é 1919, pouco menos de um semestre depois das convulsões da Primeira Grande Guerra. O *Jornal do Commercio*, com pouco mais de um mês de existência, preocupa-se com a construção da sua imagem dentro da rede de leitores e escritores da cidade. Como alternativa, faz de si a descrição de um jornal novo, moderno, ligado às mudanças da imprensa internacional e nacional, modificada, em sua ideologia e técnica, pelos eventos recentes ligados à Conflagração.

Nas palavras de João sem Terra, no dia 5 de maio daquele ano, o **Commercio** tornava-se “um jornal moderno, com feição liberal e democrática, como deve ser a imprensa republicana, dando longo curso às ideias de que depende a grandeza da sociedade”²⁶, e “filiado à grande causa do progresso, da cultura e da civilização”²⁷. Emancipava-se do “politiquismo [...] partidário”, divorciava-se “dos interesses inconfessáveis e dos escândalos”, trazia para Recife um jornalismo sem afetações, sem exageros, sem hipocrisias, sem velhacaria, sem calúnia... cujo compromisso era com o conteúdo e com a divulgação do novo, servindo de veículo para tudo de moderno que acontecesse aqui, no Brasil e mundo afora, numa tentativa de agregar filiados à “causa do progresso”.

No contato com as palavras deste jornalista, é quase imediato o movimento que une a sua apologia à crítica ao que constituiria a velha imprensa, representada em Recife pelo **Diário de Pernambuco**, que seria, dali em diante, o grande rival do **Commercio** na disputa por espaço na rede de periódicos da cidade.

Quando João sem Terra alude aos escândalos e partidarismo político da “imprensa velha”, quer lembrar-nos das páginas do concorrente, que guardou

²⁴ PEREIRA, E. **Pela mulher, para a mulher**. Produção intelectual da Coleção Edwiges de Sá Pereira, do acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

²⁵ SEM TERRA, J. Nova Imprensa. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 maio 1919. p. 3.

²⁶ Op. Cit.

²⁷ Op. Cit.

sempre uma forte inclinação política, chegando, por exemplo, a ser utilizado por Rosa e Silva, então vice-presidente, como instrumento de política partidária; e das notícias trágicas e de sensação que marcam o **Diário**, virando coluna fixa – a “Fatos Diversos” – nos anos 1920.

Um exemplo destas matérias é “Em Afogados, tentativa de uxoricídio”, publicada na terceira página do **Diário** do dia 15 de janeiro de 1918, na qual é contada a história de Secundina Alves Bezerra e de seu marido e amásio Manoel Ferreira da Paz, o canhoto, que a teria atacado por desconfiar de sua honra.

A coisa era tão séria que, além de ocupar quase metade de uma das páginas de razoável destaque – a terceira, em uma edição de terça-feira, que tinha um total de dez páginas, cuja primeira era sempre dedicada às manchetes internacionais – o jornal preocupou-se em transcrever depoimentos dos dois lados envolvidos na questão, produzindo um quadro extremamente vivo do acontecido.

Ora, para Marialva Barbosa, esta não é uma particularidade do **Diário**, mas de toda uma imprensa novecentista, que

A rigor, desde os anos 1910, as notas sensacionais invadem as páginas das principais publicações. Abandonando as longas digressões políticas, os jornais passam a exibir manchetes, em páginas que editam, em profusão, ilustrações e fotografias, os horrores cotidianos (BARBOSA, 2007, p. 49).

Muito embora o **Diário** não contasse ainda com ilustrações e fotografias das cenas de horror, e mantivesse as discussões políticas, sobretudo nas suas seções de crônicas – como a “Várias”, do final dos anos 1910 ou a “De uns e outros...”, do início dos anos 1920 – podemos dizer sem susto que ele se inseria nesse movimento jornalístico de publicar matérias de sensação.

Apesar dos protestos, o **Commercio** também não permaneceu muito tempo apartado deste tipo de matéria ou das matérias de cunho político/partidário. Logo no primeiro dia de sua publicação, o **Commercio** traz uma imagem, somente uma: a de Eptácio Pessoa, então candidato à presidência da República, ocupando toda a primeira página, o que denuncia um certo “politiquismo” por parte do **Commercio**. Este politiquismo devia-se certamente à presença de membros da família em importantes cargos políticos, como o próprio Eptácio Pessoa, que foi Senador e Presidente da República. Embora em raras oportunidades tenha feito propaganda direta de algum partido, político ou ideologia, o **Jornal do Commercio**, argumentando que seria um “órgão independente e noticioso”, teve sua imagem

associada a determinados segmentos da política, muito provavelmente pela participação não do veículo em si, mas da sua alta cúpula, na politicagem. A maior marca disto seria a interrupção do jornal entre 1930 e 1934, após os Pessoa de Queiroz apoiarem Júlio Prestes, o candidato de Washington Luis à presidência, o que lhes causou sérios problemas com a vitória dos revolucionários de 1930. Contudo, ao final de 1934, Francisco Pessoa de Queiroz, de retorno do exílio na França, retornou ao Brasil e procurou alavancar novamente o jornal de sua família, assumindo de vez um tom “neutralidade e independência política”. Nós podemos, entretanto, ler os problemas enfrentados pelos donos do **Jornal do Commercio** não como algo isolado, mas como uma linha de ação pertinente às elites (ao menos às ligadas à imprensa e à política). Afinal, como atesta Luiz do Nascimento (1968, p. 154-6), o **Diário de Pernambuco**, também enfrentou problemas com os revolucionários de 1930, tendo sido fechado algumas vezes devido aos comentários críticos que publicava (comentários que encontravam resposta no jornal do governo, o **Diário da Manhã**). O que talvez diferencie a cúpula dos dois jornais – do **Diário** e do **Commercio** – é que os Pessoa de Queiroz se colocaram não só contra os revolucionários que governavam do sul do país, mas contra os políticos colocados por eles para ocupar o poder em Pernambuco.

De qualquer forma, outra grande diferença entre um jornal e outro era o tom das publicações. O **Commercio** não se eximia de publicar matérias como a acima. O que acontece, contudo, é que o **Commercio** utilizava os eventos típicos das “notas sensacionais” como forma de promover um discurso a favor da modernidade e da civilidade, denunciando os “barbarismos” daqueles que, por exemplo, matavam por amor ou dos almofadinhas que saíam às ruas fazendo encenras e assustando as mulheres²⁸; ao contrário do **Diário**, que construía narrativas vívidas dos crimes, com o intuito de atrair os(as) leitores(as).

Mas, se há tantos pontos de convergência entre os dois periódicos, por que o tom tão duro de João sem Terra no editorial daquele cinco de maio?

Bem, primeiramente, porque, como já dissemos na Introdução, o **Commercio** estava inserido no *boom* de periódicos que aconteceu no final dos anos 1910 e durante todo a década de 1920, que atingiu também o Recife. O boom estava ligado a “[ao] desenvolvimento urbano, as cisões políticas produzindo divisões profundas

²⁸ S.a. **Jornal do Commercio**, 10 nov 1919, p. 2.

na sociedade, os aperfeiçoamentos tecnológicos e uma certa especialização dessa imprensa” (BARBOSA, 2007, p. 58).

Assim, o **Commercio** nascia como uma alternativa, uma opção para os leitores recifenses destes grupos sociais que surgiram com o desenvolvimento urbano, e que estavam cansados dos tons de tinta do **Diário**. Para tanto, o novo jornal necessitava retratar-se de uma maneira tal que fosse reconhecido como diferente. Se o **Diário** contava com a tradição centenária, por que não evocar a modernidade de um periódico recém-saído do forno?

Desta maneira, os dois jornais se inseriam como agentes no espectro de um movimento mais amplo de modernização, que tinha o Recife como palco, naquele período de mudanças do pós-guerra. Um movimento que não era de forma alguma conciso ou monolítico, mas constituído de uma série de pequenos movimentos em direção ao moderno em campos diferentes, sem, muitas vezes, constituir uma mudança profunda na sociedade como um todo.

Não quero me permitir a ingenuidade de pensar, entre tantas outras coisas, que conflitos possivelmente existentes entre os veículos da imprensa eram declarados diretamente nos jornais. O que se vê, mesmo na matéria do João, é uma crítica a um modelo, uma forma de se fazer jornal, diferente de uma contestação direta a um jornal, por exemplo. Além do que, a forma de ser da imprensa daquela época era tão diferente da que estamos habituados, que alguns elementos da estrutura e da escrita poderiam nos causar estranheza.

Naqueles anos, os jornais não estavam divididos em cadernos como hoje; o número de páginas era consideravelmente menor, tendo, o jornal inteiro, num dia de semana, quase o mesmo número de páginas de um caderno grande de um jornal atual. A partir da metade da década de 1920, os jornais de maior circulação não saíam na segunda-feira; na mesma época em que o domingo começa a figurar como “o dia do jornal”, com matérias e colunas de maior destaque, que não apareciam nos outros dias da semana.

Não obstante, a profissão de jornalista não era regulamentada, o que transformava a colaboração nos periódicos um expediente incerto de remuneração, mas necessário aos intelectuais que, diante de um incipiente mercado de editoras, encontravam nos jornais a oportunidade de publicarem suas ideias, para que fossem

mais facilmente lidas e circulassem dentro da rede de intelectuais da cidade²⁹ (BARROS, 2007, p. 78-79).

Não havia também uma reflexão muito clara sobre ética, capacidade mercadológica dos periódicos ou sobre o que deveria/poderia ou não ser publicado. A não existência desses elementos que marcam a imprensa dos nossos dias não quer dizer falta de compromisso, má vontade ou falta de visão de mercado dos nossos antigos homens de letras. Pelo contrário esta ausência marca mais a falta de necessidade, até aquele momento, de se pensar questões como estas, pois elas não figuravam na ordem do dia. Foi conforme o fazer jornalístico se encaminhou para uma profissionalização, normatização e regulamentação (bem como os próprios jornais, enquanto um instrumento material de comunicação), que aconteceu o despertar para estas questões.

Até então, entretanto, como afirma Barbosa, a postura em relação à ética vacilava, pois

Algumas vezes, vale-se de expedientes não muito éticos para conseguir a reportagem inédita e sensacional. Bisbilhotar as conversas alheias, ler sorrateiramente textos sobre uma mesma ou mesmo em bondes, são apenas algumas das ações para conseguir o furo de reportagem. Podem também se transformar em outro personagem para elaborar a sua história (BARBOSA, op. cit., p. 39)³⁰.

Com isso, nos lembramos imediatamente da matéria da sexta-feira, sete de julho de 1919, na seção “Olinda” do **Jornal do Commercio**, quando o autor, ao encontrar no bonde uma senhorinha que lia uma revista da Emília Pardo Bajan, começou a ler ele também, por sobre os ombros da moça, a revista, para mais tarde expor nas páginas do jornal o conteúdo da mesma.

²⁹ Um exemplar avulso do Diário de Pernambuco custava 200 réis (os assinantes anuais gastavam cerca de 150 réis com cada exemplar), a partir de 1º de julho de 1921, logo depois da crise do papel (NASCIMENTO, 1968, p. 142), mantendo o preço até 20 de fevereiro de 1934, ao passo que um bilhete de cinema ficava entre 900 e 3\$200 durante o mesmo período. Portanto, é razoável supor que os membros da classe média urbana não tivessem dificuldades para comprar os jornais, manterem-se informados e fazerem circular as notícias e as discussões publicadas nos periódicos.

³⁰ Isto não quer dizer que tenhamos chegado a um momento em que a imprensa não enfrenta mais problemas éticos, tampouco que ela esteja imune a pressões mercadológicas, afinal, um jornal não deixa de ser uma empresa cujo objetivo central é o lucro. A exploração contínua de dramas como o desabamento em Angra ou o falecimento da menina Isabel, o excesso dos paparazzi na tentativa de conseguir uma boa foto parecem exemplos de falhas menos preocupantes diante de uma imprensa que chega a criar eventos, notícias, testemunhos, como nos famosos casos dos jornalistas estadunidense Jayson Blair e Stephen Glass (cujos jornais venderam ainda mais exemplares explorando os escândalos de fraude de seus ex-jornalistas...).

No tocante ao que se podia publicar, faziam-se notáveis as discussões acerca do direito que os jornalistas teriam de tornar públicos os suicídios. Waldemar de Oliveira, por exemplo, era dos que criam na malignidade e perversidade da publicação dos casos de suicídio como estimulante à repetição do auto-crime. Valendo-se do seu prestigiado espaço na coluna dominical “De domingo a domingo”, Waldemar escreveu

Os casos de suicídio se vem repetindo, num amudado perigoso e a imprensa – em particular, certos jornais que o fazem por interesse pecuniário, pouco importando o mal que vão causar – é o veículo ideal dessa prática criminosa e anti-cristã que tantos imitadores encontra, por toda parte. [...].

A divulgação dos casos de suicídio arrasta outras desgraças semelhantes. É comum ler, um dia, que tal individuo usou tal processo para roubar-se a vida e, dois dias depois, ler um caso idêntico na mesma localidade. [...] a responsável maior por ela [pela epidemia de suicídio] é, sem duvida, a imprensa (se não me engano, há um jornal, no Recife, que não publica notas de suicídio) a imprensa que sabe bem o mal que está causando, porque não ignora a influência, a ascendência que exerce sobre o espírito público, mas, não renuncia aos tostões que, empilhados, representam um dos segredos da sua vitória entre as diversas camadas sociais³¹.

Embora a discussão acerca dos suicídios seja uma das principais dentro do espectro do que se pode ou não publicar, se alongando durante toda a década de 1930 no **Jornal do Commercio**³², ela não é o único nem principal motivo de discussão.

Os direitos da personalidade³³ são relativamente recentes na história e só passaram a figurar na nossa legislação a partir do último Código Civil Brasileiro, do ano de 2002, onde ganharam um capítulo próprio. No artigo 20 deste Código, institui-se que a não ser com a devida autorização ou caso sejam necessárias à administração da justiça ou manutenção da ordem pública, estão proibidas as divulgações ou transmissões de qualquer imagem, palavra ou escrito pessoal que seja utilizado com fins de perjúrio, difamação, ataque à honra, desrespeito ou visando ao lucro (BRASIL, 2002)³⁴.

³¹ OLIVEIRA, W. De domingo a domingo. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 de fevereiro de 1930.

³² Para maiores informações sobre o binômio imprensa/suicídio, cheque as matérias “Notas Avulsas”, do *Jornal do Commercio* da quinta-feira, 4 de fevereiro de 1937; e “Sobre a profilaxia do suicídio”, da sexta-feira, 7 de janeiro de 1938.

³³ Condições básicas para a realização da personalidade do indivíduo. Compreendem o controle sobre o corpo, o nome, a imagem, a aparência e tudo o mais que lhe forme (e conserve) a sua identidade.

³⁴ Para maiores informações sobre direitos da personalidade e legislação correspondente, consulte <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2306>.

Este direito teria sido bastante útil para uma certa senhorinha, que teve seu nome publicado contra a sua vontade na seção “Olinda” do **Jornal do Commercio** durante boa parte do mês de dezembro de 1919.

O que acontecia é que essa seção era uma espécie de crônica onde se falava sobre os *footings*³⁵ e banhos de praia no Carmo (ANEXO A, p. 165), em Olinda, para onde iam os jovens e as moças para aproveitar o fim de tarde.

Como é de se supor, este momento de diversão era também uma das oportunidades de se relacionar com pessoas do sexo oposto (ou do mesmo sexo, embora não tenhamos documentação a respeito). Assim sendo, subentende-se que as moças que frequentavam o *footing* do Carmo estavam solteiras, não? Bem, não essa senhorinha – a crer no colunista.

Ela, de quem não conhecemos o nome (no meio de tantos publicados na seção “Olinda”), tinha um noivo que, da distante Floresta dos Leões, não gostava de saber que sua amásia estava fazendo o *footing* tão longe dele. A noivinha escreveu uma carta ao jornal, na qual pedia encarecidamente que seu nome não fosse publicado na coluna sobre o *footing* no Carmo, quando lá ela não estivesse.

O jornalista responsável pela “Olinda” disse, no dia 18 de dezembro de 1919, que continuaria publicando o nome da senhorinha na coluna, “por implicância”, sempre que ao *footing* ela fosse, dando a entender que ela ia ao Carmo às escondidas.

Hoje em dia, esta noiva poderia intervir, quer estivesse ou não no Carmo, pois os direitos da personalidade a protegeriam. Naqueles idos, contudo, o jornal se via com um poder extra de policiamento, que lhe permitia, através da denúncia, regular o comportamento daquelas senhorinhas.

Por fim, no tocante à mercantilização dos jornais, é preciso lembrar que, normalmente, os jornais não visavam o lucro, não sendo a principal ocupação e fonte de renda dos seus donos, o que se refletia, por exemplo, na publicação diária/semanal, nas folhas de um concorrente, de resumos das notícias dos outros periódicos da cidade, como pude ver ao longo de todo o período pesquisado.

Além do mais, deve-se considerar também que estamos falando de três periódicos, com duas naturezas tipológicas diferentes, os quais sofreram mudanças

³⁵ O *footing* era uma caminhada, um *promenade* que a juventude fazia nas ruas das cidades de Olinda e Recife, normalmente à tarde, para aproveitar as belezas das cidades, divertir-se e “paquerar” um pouco. Sabemos mais sobre o *footing* no momento oportuno: terceiro capítulo.

internas ao longo das duas décadas estudadas, mudando de diretor, editor, acrescentando colunas e seções nas páginas etc. Veremos com mais calma estas mudanças conforme nossa atenção se volte para o estudo diacrônico das décadas.

Assim, por vezes, a pesquisa com estas fontes leva-nos a um estranhamento, típico do distanciamento temporal que temos delas, e da vontade de naturalização que nos toma, tendendo a pensar criações culturais como naturais, não-mutáveis, a-históricas, existentes desde sempre com o mesmo formato.

Essa vontade de naturalização, que parece aproximar as coisas dos homens por intermédio da segurança do (re)conhecimento, acontece não somente quando pensamos na imprensa, mas igualmente nas relações de gênero, na sexualidade, nos modelos emocionais, étnicos, etc.; e é fruto também da velocidade das interações cotidianas, que freia a reflexão sobre a historicidade das coisas do mundo da cultura.

Para Suárez, a “naturalização da cultura” é algo extremamente interessante, já que encontra respaldo não somente no senso comum, mas nos próprios estudos das ciências humanas acerca da cultura, e

surpreende apenas pela contradição implícita, pois o exame da história do conceito de cultura mostraria que muito embora tenha adquirido recentemente um referente estrutural, o fenômeno local, unitário e incomensurável esta na sua origem e continua a ser o mais marcante até os dias de hoje (SUÁREZ, 1992, p. 5)

Na tentativa de evitar a repetição da naturalização dentro da análise do binômio moderno/antigo, é preciso, antes de mais nada, fazer a distinção de alguns conceitos fundamentais para a compreensão do fenômeno da modernidade e, particularmente, da inserção do Recife no jogo de disputas entre o novo e o antigo.

Segundo Le Goff, para bem compreender a relação entre antigo/moderno e história é preciso ter em vista que

1) Modernismo está ligado a uma renovação nas artes, na religião e na estética, expressando-se como “um movimento literário”, “conjunto de tendências artísticas”, e mesmo “uma investigação dogmática, no seio do cristianismo e, principalmente, do catolicismo” (LE GOFF, 1996, p. 179);

2) Modernização, por sua vez, tem a ver com uma mudança nas relações materiais nos espaços, provocadas, sobretudo, pelo contato com “invenções modernas”, como o rádio, a televisão, o automóvel, o cinema, etc., o que implica,

quase sempre uma cessão de tecnologia e dinheiro de um espaço mais avançado para outro, dentro de uma estrutura própria de interação de poder (Ibidem, p. 184);

3) Modernidade reflete a sua maneira o modernismo e a modernização em suas dimensões mais cotidianas, sendo “o resultado ideológico do modernismo” (Ibidem, p. 189), que se apresenta nas roupas, nas mudanças nos valores, costumes, tradições, gestos, emoções, etc. Assim, “A modernidade torna-se então o atingir dos limites, a aventura da marginalidade, e já não a conformidade à norma, o refúgio da autoridade, ligação ao centro, que o culto do ‘antigo’ nos sugere”.

É bom lembrar que os conceitos apresentados acima também possuem história própria: o termo “modernidade” surge a partir da segunda metade do século XIX, como uma “reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial” (Ibidem, p. 167); modernismo aparece no final do mesmo século em sua versão literária comprometida com a “renovação dos temas e das formas” (BERVEILLER, 1971, p. 38 APUD LE GOFF, 1996, p. 180); ao passo que modernização é uma expressão que só ganha força a partir da segunda metade do século XX, aparecendo dentro do esquema de contato entre países desenvolvidos/subdesenvolvidos (LE GOFF, op. cit., p. 167). Logo, “se, por um lado, o termo ‘moderno’ assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado, por outro, não está carregado de tantos sentidos como os seus semelhantes ‘novo’ e (o substantivo) ‘progresso’” (Ibidem, p. 172). Moderno (um adjetivo) faz menção à qualidade de alguma coisa que rompe com o passado, enquanto novo (também um adjetivo) altera um evento ou criação cultural dando ares de começo, princípio, diferente de qualquer outra coisa que existia até então. Por sua vez, progresso (um substantivo) tem um fim próprio em si e indica uma linearidade da humanidade (ou de grupos humanos) em avanço para a melhoria futura de um estado passado, surgindo na história em algum momento entre os séculos (XV)XVI-XVIII, entre o nascimento da imprensa/Reforma protestante e a Revolução Francesa (Ibidem, p. 244).

O moderno, diferente de seus parceiros, permite, por exemplo, o retorno ao antigo para ser utilizado segundo uma resignificação particular que atenda aos desígnios atuais, o que conduz o moderno a paradoxos e incongruências

notadamente específicas e diferentes dos seus congêneres³⁶: ao esvaziamento da mudança, que pode ser configurada de acordo, simplesmente, com o gosto pelo novo, independente do significado ou do valor da novidade; à convivência dentro de um mesmo espaço de diferentes formas, que, à primeira vista guardariam diferentes inconciliáveis.

A incongruência não estaria, entretanto, no moderno em si, mas no uso que tendemos a fazer dele, comprando barato e naturalizando a dicotomia antigo/moderno, que expressa uma estratégia discursiva utilizada, como já vimos no exemplo de João sem Terra, como forma de edificar uma identidade carregada de poder.

O que define, entretanto, o pertencimento das coisas a um dos dois grupos conceituais (neste caso, antigo/moderno) é a quantidade/qualidade das características formativas dos elementos constitutivos das próprias coisas, e não a simples nomenclatura evocada quando se lhe faz referência; considerando, ainda, que a forma de pensar o pertencimento não pode ser outra senão a histórica, pois a classificação varia no tempo e no espaço.

Assim, neste jogo de trocas entre mudanças e permanências é possível para um grupo social ou um indivíduo posicionar-se a favor de aspectos/dimensões diferentes do moderno, apesar da aparente contradição. Ademais, não é difícil, dentro de um mesmo periódico ou corpo de fontes históricas, encontrar discursos comprometidos com diferentes crenças e valores, pois cada seção corresponde mais ou menos aos ideais de um grupo/indivíduo que é responsável pela edição, escrita e organização daquele espaço. Veremos casos assim conforme avançemos neste trabalho.

³⁶ Isso não quer dizer, de maneira alguma, que “novo” e “progresso”, por exemplo, não guardem suas ambiguidades, as quais tem raízes muito próximas das do “moderno”. O “novo” enquanto transmissor de ideia de surgimento foi tão criticado por Nietzsche que se tornou lugar comum falar do “eterno retorno”. O filósofo alemão propõe que, no lugar de se falar de *origens* (pontos no espaço-tempo onde algo “novo surge”), pense-se em “*proveniência* (*Herkunft*) como o conjunto das condições de possibilidade nas quais – no seio das quais ou a partir das quais – engendrou-se a *emergência* (*Entstehung*) de um novo conceito, ideia, prática (discursiva ou não-discursiva) etc.” (NIETZSCHE, s.d., APUD VEIGA-NETO, 2003, p. 6). Já o “progresso” demonstra mais uma crença teleológica sem garantias reais de sucesso e comprometida com ideais políticos, sociais e culturais do que realmente uma orientação objetiva com o fito de melhorar a humanidade através do tempo, como ficou evidente em alguns momentos históricos, como na quebra da bolsa em 1929.

Um dos fatores importantes que estruturam o contato entre um indivíduo/um grupo e as invenções modernas³⁷ é o da possibilidade de utilização/compreensão a sua disposição em relação ao apetrecho, o que varia segundo uma série de categorias

- Estruturais (classe social, experiências, conhecimentos, família, etc.)
- Institucionais (escola, igreja, política, esporte, etc.)
- Conjunturais (modo de enxergar a vida, acervo cultural, etc.)
- Tecnológicos (televisão, rádio, cinema, etc.).

É através deles que é possível compreender a interação entre produção e recepção ou entre lógicas do sistema produtivo e lógica dos usos. (DANTAS, 2008, p. 5)

Esta forma de compreender o contato com o moderno é importantíssima, sobretudo no que toca os jornais, pois acreditamos que, apesar do poder discursivo que eles possuem enquanto veículos de comunicação e formação de opinião, os usos particulares que cada indivíduo/grupo faz das mensagens contidas ali variam enormemente e fogem tanto do controle e expectativa dos homens das letras e dos editores, quanto escapam da vontade dos próprios grupos/indivíduos, justamente por causa das categorias supracitadas, que estariam no foco da *mediação cultural*³⁸. Nas palavras de Jesús Martín-Barbero

O que eu comecei a chamar de mediações eram aqueles espaços, aquelas formas de comunicação que estavam entre a pessoa que ouvia o rádio e o que era dito no rádio. [...] Mediação significava que entre estímulo e resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana. (BARBERO e BARCELOS, 2000, p. 4).

O que não equivale a dizer que o meio – nesta dimensão, o jornal, mas podia ser qualquer outro – perde o seu poder de veicular e transmitir ideias, ou que os consumidores/leitores tem amplas condições de reconfigurar o que recebem/leem, através de suas particularidades, no momento da recepção. A esperança é de repensar esta relação e os pesos considerados às partes. Novamente, como afirma o próprio Martín-Barbero

³⁷ Aqui, utilizaremos “invenções modernas” não só para fazer menção aos inventos e novidades tecnológicas propriamente ditas, como automóvel, telefone, cinema, imprensa, etc., mas também às práticas, ao cotidiano, às emoções modernas, constituídas de acordo com uma ruptura com o antigo.

³⁸ Embora o conceito de *mediação cultural* esteja muito próximo ao de *apropriação*, proposto pelo Chartier “como uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem, [voltando a atenção para] condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido” (CHARTIER, 1991, p. 6), preferimos o primeiro porque o segundo não consegue definir de maneira muito concreta quais seriam estas “condições e processos” para além das formas de leitura que o Chartier demonstrou tão bem em seus escritos.

Eu nunca neguei a importância dos meios, mas essa importância tem que ser pensada. Eu escrevi, posteriormente, por entender e para explicar que os meios influem, mas conforme o que as pessoas esperam deles, conforme o que elas pedem aos meios [...] Então, para falar da influência, tenho que estudar os modos de relação das pessoas com o meio, e esse modo de relação tem muito a ver com o grau de educação escolar, se em casa há uma vida familiar intensa ou não (BARBERO e BARCELOS, op. cit., p. 4)

A ligação que as classes mais baixas tinham com o cinema, o telefone ou a prática do *footing* era, por exemplo, bastante distinta das condições que um membro das classes médias possui, devido a condicionantes como acessibilidade, preço, transporte, etc³⁹. Dessa feita, nunca é demais repetir que, devido a nossa opção metodológica, daremos maior atenção justamente às classes médias urbanas, maiores consumidoras dos periódicos que elegemos como fontes.

Isso não quer dizer, contudo, que os periódicos fossem um instrumento ao alcance somente das classes médias, ou que apenas elas estivessem retratadas naquelas páginas. É mais no sentido de perceber que os periódicos eram veículos por excelência da expressão das classes médias urbanas (por uma série de fatores como alfabetização, instrução, capital econômico, capital cultural etc.). Assim, a presença de outras classes era bastante reduzida: as classes mais baixas (normalmente chamadas de “os populares” pela imprensa da época) tendiam a aparecer nas páginas policiais, com os seus comportamentos sendo tratados como incivilizados e atrasados; à medida que as classes mais altas apareciam quase sempre como modelo de conduta nas colunas sociais e matérias sobre eventos beneficentes⁴⁰.

Seja como for, a construção efetiva do projeto de modernidade não pode mais ser concebida à la Le Goff como um fenômeno que “mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais

³⁹ Para ver um pouco destas diferentes relações, cheque a seguinte referência MEDEIROS, H. O Recife e as invenções modernas: o caso do Graf Zepelin. In: I ENCONTRO REGIONAL EM HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL, 2007, Recife. Anais eletrônicos, Recife: GEHISC, 2007; onde realizo uma análise cruzada entre a memória oral e as matérias dos periódicos acerca do Zepelim, procurando demonstrar os diferentes significados que o “charuto prateado” assumiu para os grupos sociais.

⁴⁰ Emprego classes sociais mais baixas (e altas, inversamente) num sentido aproximado ao da sociologia de Eliaseana, que percebe estes agrupamentos como configurações de indivíduos que detêm menos status social e menor capital econômico, o que acaba resultando em menos poder social e menor capacidade movimentar-se e alterar a sociedade, constituindo, nos dizeres de Elias “grupos socialmente fracos” (1994, p. 50).

e tecnocratas” (LE GOFF, 1996, p. 197), partindo de um grupo restrito que planeja e projeta para os outros o que vai ser a modernidade.

Claro que em alguns aspectos, como na urbanização, a verticalização sócio-classista é inegável, mas, em geral, o que tende a acontecer é uma *relação circular* entre as culturas produzidas por diferentes classes sociais, grupos religiosos, etc (GINZBURG, 2001, p. 23).

A sensibilidade em relação ao binômio antigo/moderno forma-se, então, no interstício dos elementos estruturantes do contato e da mediação, gerando um posicionamento favorável ou reticente às novidades do mundo moderno.

À primeira vista, a chegada de algo novo perturba, pois retira-nos de nosso ponto de equilíbrio, nosso eixo. Como explica Sevcenko, “os novos recursos técnicos, por suas características mesmo, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam” (SEVCENKO, 1998, p. 516).

Em coro com Sevcenko, era justamente da “alucinação”, da “confusão” com o moderno, que falava Jaime Griz, em seu poema “Progresso”, sobre o voo e a estranheza do primeiro avião, publicado na **Pilhéria** de 15 de fevereiro de 1930,

Um zum-zum!
Um zum-zum!
Um zum-zum esquisito
Que espanta até os bichos nas tocas!
Um zum-zum que lembra coisas medonhas!
Coisas infernais!
Coisas diabólicas!
E o zum-zum cresce,
Aumenta,
E apavora o pavaréo inerte!
- Minha Nossa Senhora, é o fim do mundo!
- Misericórdia! Misericórdia!
- Reza, povo, reza!
- Valei-nos
Nosso padrinho
Padre Cícero
Do Joazeiro!
Nada de fim do mundo, meu povo!
Não é o fim do mundo não
É o bicho homem vencendo a Natureza!
Corta o espaço azul do céu
Rápido,
Barulhento,
Um fantástico passará de ferro,
O primeiro avião!...⁴¹

⁴¹ GRIZ, J. Progresso. **A Pilhéria**, Recife, 15 fev 1930.

Neste poema, percebemos que elementos do estranho e do desconhecido aparecem associados ao “zum-zum”, como o fim do mundo, o medo dos bichos, as rezas, as coisas infernais e diabólicas; para, no final, o medo ser desmentido e se tratar “apenas” de um avião, um “passará de ferro”, uma criação do homem que tenta vencer a natureza. Destaca-se então uma característica que é fundamental para a modernidade: a vontade pulsante de criar expediente para que o homem, esse bicho tosco – sem garras, sem presas e sem asas – possa vencer e domar a natureza.

O desequilíbrio e o desconforto que surgem no contato com o novo são típicos da incerteza, da insegurança de ter de lidar com algo desconhecido, inaudito, imprevisto; e nos convidam também à reinvenção, à remodelação, à adaptação ao mundo que muda a nossa volta. Nossa percepção muda, estranhamos o que acontece a nossa volta, perdemos itens de memória, de tradição e segurança, mas, na maior parte das vezes, nossas forças não são suficientes para evitar a dor da perda, e somente a adaptação (com todo o preço que ela carrega consigo) mostra-se como opção viável.

Do tempo e da forma deste movimento de adaptar-se é que depende a extensão da nossa inserção no novo cenário. E é só com o fortalecimento da mudança e da familiaridade que encontraremos conforto até a próxima vez:

O hábito, mais que a adaptação ativa, gera a adesão conformada e a sensação de que, no que se refere ao corpo e à mente, a mudança é pouco relevante e os homens continuam os mesmos desde que o primeiro membro da espécie surgiu na Terra (SEVCENKO, *ibidem*, p. 517).

E assim seguimos: confiando que os artefatos, os quais há pouco nos despertavam medo, sejam já tão tradicionais que pareçam estar ali desde sempre, no lúdico de criar e recriar tradições⁴².

Para alguns, o movimento de mudança é tão forte que a sensação se assemelha à do não-pertencimento ao mundo que muda, que conduz à negação e ao desmerecimento do que surge, e à busca por um refúgio seguro e aconchegante no que passou, na tradição, com um tom saudoso e choroso, que nada deve à famosa canção do exílio. Algo como a narrativa de Jayme de Sant'Iago, na sua

⁴² Para maiores informações sobre a tradição, consulte HOBBSAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; em especial a nona página da introdução, quando Hobsbawm discute os processos pelos quais a tradição se edifica, mesmo a partir do novo.

tentativa de agarrar o tempo, parar o progresso e fazer um retrocesso, para encontrar-se com o carnaval e antigamente

Que vontade infernal de correr, para traz. [...]
Ah!... Como, hoje, está tudo anarquizado!

Nos carnavais do meu tempo passado... [...]
Mas, como, infelizmente, tudo passa... [...]

Ah!... Como, hoje, está tudo diferente...

A Civilização deu pancadas na gente!
Deixou-nos com a indolência indiana do sorvete... [...]
Ah! Se eu pudesse, dava o retrocesso
No fuzuê portátil do progresso,
Sempre a andar, por toda a parte,
Como um louco genial, inédito e... possesso,
Que, com arte, destrói tudo o que possui arte.

Ah! Se eu pudesse,
Quer o Diabo quisesse ou não quisesse,
Eu correria, para trás.

Vivo de recordar o tempo... aquela idade
Em que, decerto, eu era um garrafão
Cheio de moniopina (*sic*) da Felicidade,
Sem nunca me lembrar de que, esgotando-o em vão,
Eu seria, afinal, um ruim mata-borrão
De alegria, de dor, de tédio e de saudade...⁴³

A dupla lâmina do moderno se revela também no esforço de adaptação e constituição do hábito, pois que, enquanto algumas máquinas são saudadas com expectativas formidáveis acerca da sua utilidade, beleza e modernidade, outras são vistas com maior desconfiança e temor, o que não garante, entretanto, que a situação assim se mantenha. Somente o decurso da intimidade mostrará melhor a avaliação final sobre o assunto.

Nas palavras de Angela Costa e Lilia Schwarcz, sobre o fenômeno da modernidade no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro

As ambiguidades do progresso, porém, também estavam presentes e assustavam. [...] A mesma luz elétrica que movia os bondes e tirava as cidades da escuridão promovia acidentes; choques às vezes fatais. [...] Os novos carros que começavam a circular causavam engarrafamentos e trombadas, sobretudo quando emparelhados aos veículos de tração animal (COSTA e SCHWARCZ, 2002, p. 11).

O Recife não ficava atrás do Rio de Janeiro, e tinha também os seus conflitos com carros ultravelozes e atropelamentos; cinemas que roubavam lugar de teatros e

⁴³ SANT'IAGO, J. Meu Carnaval de antigamente. **A Pilhéria**, Recife, 28 fev 1930.

ensinavam “porcarias” às crianças, *raids* de aviões que cortavam barulhosamente o céu, provocando medo e excitação.

As dádivas modernas, a despeito dos arroubos da ciência, não acabavam com as mazelas que há tanto assolavam a humanidade. A velocidade dos carros não diminuía a miséria dos mocambeiros, mas cobra seu preço em cansaço, esgotamento, neurastenia, fadiga... de homens e mulheres que se esforçavam para acompanhar o ritmo da cidade que, como eles pareciam sentir, cresce a passos cada vez mais largos todos os dias

A cidade dinâmica avança pro céu. Os homens multiplicam-se. As máquinas resfolegam. Os peitorais negros envernizam-se de suor.
É a vida da cidade maravilhosa que se desdobra vibrante pro progresso que vem aí...
Os elevadores sobem e descem, descem e sobem, levando gente e mais gente.
O dia todo é de agitação. Correria pro trabalho. Lufa-lufa. Até que as luzes fulminam o asfalto negro e a agitação vai morrendo.
Ônibus, autos e bondes carregam a cidade extenuada.
Os arranha-céus despejam aos borbotões, golfadas de gente.
Pressa!
Cansaço.
Esgotamento.
Fome⁴⁴.

O longo falatório sobre o moderno, as lembranças, o passadismo, a adaptação não respondem a uma questão que deveria ser básica aos estudos sobre o fenômeno, mas que às vezes teima em se esconder: por que modernizar? Por que criar? Por que o *desejo pelo novo*?

Ao que parece, o desejo pelo novo e a vontade de criar são também formas de buscar identidade e de preencher espaços: “O futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje, que procuram suas raízes e sua identidade, e mais que nunca fascina-os” (LE GOFF, 1996, p. 224).

Desta feita, lançar-se no reino das possibilidades que é o futuro permite estar às voltas com um espaço a ser preenchido (segundo certos condicionantes, certamente) com contribuições próprias do indivíduo ou grupo que lá alcança, criando uma distinção entre ele(s) e o(s) que veio(vieram) antes dele(s) e marcando sua presença no tempo, por mais incerta e temerária que essa presença possa vir a se tornar. Foi de algo assim que se deu conta, da maneira mais trágica possível, Adalberto Marroquim, numa tarde de 06 de novembro de 1934.

⁴⁴ COSTA, D. O ritmo da cidade em movimento. **A Pilhéria**, Recife, 27 set. 1930.

Como nos conta no jornal do dia seguinte, na sua tradicional seção de crônicas chamadas de “Duas Palavras”, A.M. encontrou sua afilhada depois de dez anos, na frente das vitrinas das lojas Sloper⁴⁵, no centro da cidade. Foi ter com ela para saber das novidades da sua comadre, mãe da menina, e o resto aconteceu assim

A comadre (contava a menina), quase perdera o engenho, foi uma verdadeira bagunça, entre os herdeiros e, por fim, o advogado deu água. Ainda hoje rolava a encrenca.

Eu não podia conter a minha admiração. Quis ainda falar, usar de minha autoridade de padrinho para aconselhar. Não tive tempo. Recomeçou a história.

Se fosse com ela, ah! Com ela aquilo era canja e os ambiciosos não faziam nem pro café. A culpada era a mãe que não sabia bancar a senhora de engenho.

A esse tempo eu já me sentia mal e procurei recostar-me a um poste. Theresinha falava, falava pelos cotovelos e sempre naquele vocabulário que contrastava horivelmente com seu rostinho de ingênua.

Sim, continuava ela, porque mamãe não queria brigar. Mas os rapazes eram muito convencidos. Para mim, porém, era sopa. Afinal de contas, para encurtar razões, o fato é que mamãe não soubera doutrinar os irmãos... porque do contrário eles ter-se-iam manifestado.

Arregalei os olhos, espantado. Que queria dizer essa linguagem equívoca? Tratar-se-ia de espiritismo?

Theresinha compreendeu meu espanto, riu de novo, riu muito, cristalinamente, como antes, e explicou-me o sentido daquelas palavras.

Por essas alturas, eu suava abundantemente. Com jeito, procurando estabelecer e inventar uma intimidade que não existia, comecei a falar mal da gíria, a achar detestável a moça que usava termos chulos, de fim de rua, e mais isso e mais aquilo... Falei, falei, falei e quando imaginava que Theresinha estava comovida, parei para observá-la.

Ela riu, riu muito, cristalinamente, e exclamou, bem alto:

- Mas padrinho, p'ra riba de múa? Apois fum!

Acordei no Pronto Socorro⁴⁶.

Theresinha, a crer no seu padrinho, pouco esforço fazia para tirá-lo do sério. Era apenas ela. Nova. Moderna. Como tantas outras moças: a falar estrangeirismos e demonstrar autoridade, e dessa forma construía sua identidade junto às amigas.

O que scandalizou o nosso cronista foi justamente notar essas mudanças no comportamento daquela menina “alegre e de olhos travessos” que ele vira tão pequena da última vez. Uma coisa eram as moças modernas dos outros: distantes, com suas gírias, trejeitos, vestes e atitudes incompreensíveis. Outra coisa, bem diferente, era sua pequena ali, diante dele, cheia de futurismos.

Também deve ter contribuído para que Marroquim estranhasse sua afilhada Theresinha o comportamento pró-ativo, o seu jeito forte e decidido, despreocupado

⁴⁵ A Sloper era uma grande loja, no estilo *magazine*, que ficava na rua nova.

⁴⁶ MARROQUIM, A. Duas Palavras. **Jornal do Commercio**, Recife, 07 nov. 1934.

com o que os outros pudessem pensar dela. Theresinha falava confiante e cheia de si, contrastando não só com a delicadeza de sua pessoa e a ingenuidade do seu rosto, mas com o que se esperava do comportamento de mulheres e homens dentro da ambiência tradicional e sexista, dentro da qual o homem devia comportar-se de maneira a tomar a iniciativa das ações, mostrando-se racional, prático e destemido (por vezes, temerário), uma vez que “o homem de verdade é solitário e reservado no que se refere às suas experiências pessoais, ou, quando muito superficial e prático, direcionado para agir e realizar atividades” (GOMES, 2003, p. 827). À mulher caberia justamente o oposto: o recato, o sentimentalismo, a emoção fácil, a indecisão e assim por diante.

Contudo, por mais reticente que alguém esteja ao moderno, ao novo e ao progresso, a materialidade da presença do objeto que reúne em si a aura de moderno é na maioria das vezes um ataque à face, “um choque exterior [que] ajuda [na] tomada de consciência” (LE GOFF, 1996, p. 197).

Inexoravelmente, independente de como, sob quais condições ou porquê, se é tomado por uma sensação de existência daquela força exterior, que afetará, para o bem ou para o mal, a sua existência: há como ser contra ou a favor do automóvel, da eletricidade, dos aviões ou do Zepelim, mas muito dificilmente pode-se manter alheio a eles, quando os periódicos e as pessoas próximas estão a toda hora falando, comentando⁴⁷.

Bem, aqui urge a inserção de um parêntesis na nossa narrativa, e que tem a ver tanto com os sustos de A.M., quanto com o cansaço de Costa, o passadismo de Sant'Iago e os devaneios de velocidade de Griz.

Antes da pesquisa, são necessárias algumas doses significativas do que Ginzburg chama de *estranhamento* (GINZBURG, 2001, *passim*), que equivale a distanciar-se do fenômeno para melhor vê-lo, em seguida ir-se aproximando, devagar e com cautela, visando uma melhor compreensão, como no conto de Tolstoi, em que este

via as convenções e as instituições humanas com os olhos de um cavalo ou de uma criança: como fenômenos estranhos e opacos, vazios dos significados que lhes são geralmente atribuídos. Ante o seu olhar, ao mesmo tempo apaixonado e distante, as coisas se revelavam – para

⁴⁷ Isso faz menos sentido conforme nos desloquemos da malha urbana ou avancemos para grupos sociais cuja modernidade não estava na ordem do dia, por razões econômicas, por exemplo. Nestes casos, preocupar-se com qualquer invenção moderna é a exceção, e não a regra da casa.

empregar as palavras de Marco Aurélio – “como elas realmente são”.
(GINZBURG, op. cit., p. 22)

No nosso caso, é preciso não só o distanciamento dos discursos, procurando perceber as diferentes condições de criação e transmissão deles de acordo com as possibilidades de mediação, mas também nos esforçarmos no sentido de não sermos injustos com aqueles(as) que viveram no período entreguerras, pois, apesar de hoje, aparentemente, vivermos num mundo mais rápido e cansativo do que o mundo deles (com veículos de transporte e meios de comunicação mais rápidos, por exemplo), o que importa na história não são tanto as condições materiais concretas, que me dizem que hoje um carro é muito mais veloz que um bonde ou um automóvel daqueles anos – que tanto assustavam, justamente, por seu excesso de velocidade – mas a capacidade de perceber que a *sensibilidade* dos homens e das mulheres acerca dos eventos de sua época (que em termos quantitativos/numéricos são muito menores que os atuais) pode ser semelhante à que hoje experienciamos: eles achavam, tal qual achamos, que o tempo que viviam passava por um momento de céleres e inauditas movimentações, com seus ônibus, carros e arranha-céus recém-descobertos. Enfim, nas sábias palavras de Sandra Pesavento

Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. **Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real** (PESAVENTO, 2004, p. 8, grifo nosso)

Bem, fechado o longo parêntesis, fossem como fossem, eram estas regras de mudanças e permanências, permeadas pelo tom da polifonia de significados e de ambiguidades, que norteavam os esforços que homens e mulheres do Recife faziam quando travavam contato com o moderno que chegava pelos portos, pelos periódicos, pelos aviões ou numa conversa de *footing* no Carmo ou na Aurora, construindo um projeto próprio de modernidade para a cidade que habitavam. Vejamos então como foi esse projeto, ao longo das décadas pesquisadas.

1. Anos de medo, anos loucos, anos de desconfiança

Se o(a) nosso(a) leitor(a), por curiosidade ou para atestar-se do que encontrará nas páginas desta dissertação, for aos jornais dos anos de 1918 e 1919, encontrará nas capas e primeiras páginas quase sempre a guerra.

Quer no **Commercio** – que chega somente em abril de 1919, quando a Conflagração já estava bem acabada⁴⁸ – quer no **Diário de Pernambuco**, que documenta os conflitos finais desde o longo ano de 1918, a tonalidade é sempre belicosa e temerosa: de um embate que ameaçava se estender à América Latina, arriscando assim a destruição de toda a Civilização Ocidental.

O espetáculo nefasto da Guerra puxava as outras notícias dos periódicos, fazendo com que fossem publicadas, sobretudo, matérias, se não diretamente oriundas, sobre a vida que transcorre, ameaçada, nos países do *front*. Dessa maneira, encontrar matérias sobre o cotidiano e a modernidade recifense nos periódicos publicados a partir de 1918/19, ou em 1939, é uma tarefa mais árdua. Mesmo quando encontramos estas matérias mais “bairristas”, sobre o Recife, elas teimam em vir conectadas a assuntos de guerra, como à relação entre a guerra e as mulheres, o feminismo e a procura por maridos, por exemplo. Isso não compromete a pesquisa, entretanto (tampouco desabona a escolha dos periódicos como fontes principais), uma vez que, em termos quantitativos, a perda é pouco significativa em relação com a totalidade do espectro pesquisado.

A opção por matérias sobre a Guerra acontecia principalmente porque a organização das pautas nos periódicos faz-se, dentre outros elementos, segundo as expectativas que os jornalistas tem a respeito da relevância que um determinado acontecimento assumirá quando vier a tornar-se notícia.

Nas teorias de comunicação, esse fenômeno adquire o nome de “noticiabilidade” (*newsworthiness*) e defini-se como um “conjunto dos requisitos que se exigem dos acontecimentos [...] para adquirirem a existência pública como notícia” (WOLF, 1994, p. 170 apud FRANCISCATO, 2002, p. 1), que se norteia segundo o “valor-notícia” (*news-value*) que a matéria possui, mas que são sempre relativos, pois

⁴⁸ Apenas a título de referência, lembre-se de que a Primeira Guerra Mundial esteve em cena de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918.

o objeto em si oscila em seus próprios contornos: a notícia só existe vinculada a um evento ao qual lhe parece externo, mas que configura e é configurado por ela; [e] porque os modos de operar esta relação notícia-evento variam [...] em relação aos critérios que os jornalistas usam para reconhecimento e nomeação dos 'eventos noticiosos' (FRANCISCATO, 2002, p. 4).

Dessa forma, os 'valores-notícia' variam conforme o momento histórico em que se faz o jornalismo. Por exemplo, como já vimos anteriormente, com o destaque dado, nos anos 1910 e 1920, ao jornalismo de sensação, com descrições exaustivas de crimes passionais, por exemplo.

A construção da notícia não está, portanto, presa ao evento em si, como acreditava a "teoria do espelho", para quem as "características principais de noticiabilidade de um evento encontravam-se no próprio evento, anterior e independente da atividade jornalística" (FRANCISCATO, op. cit., p. 5), devendo o jornalista tão somente refletir, tal qual um bom espelho, o evento em notícia, para os leitores sequiosos de novidades.

Da saída da pauta à coleta das informações, e no seu retorno à escrita, o jornalista tem de pesar algumas dimensões do "valor-notícia" (FRANCISCATO, op. cit., p. 10), que ajudarão a determinar se o acontecimento deve ou não se transformar em notícia nas páginas do periódico:

- atualidade e distanciamento do tempo presente – mede a distância entre o evento e a sua transformação em notícia, o que não se resume ao tempo cronológico.
- continuidade e ruptura – “Esta dimensão se refere principalmente ao movimento das coisas como expressão de permanência ou mudança no fluxo dos eventos” (FRANCISCATO, op. cit., p. 11).
- normalidade e anormalidade – possui uma ligação muito forte com a continuidade e ruptura, mas tem mais a ver com o cotidiano e hábitos do que com a interioridade do fluxo de eventos relacionados com a notícia.
- importância e interesse – embora ambos sejam dimensões do apreço pela notícia, o primeiro tem a ver com utilidade pública de uma notícia, por exemplo, enquanto o segundo liga-se ao interesse despertado pela notícia nos leitores, independente da importância e interferência que a/o notícia/evento tenham para a vida deles.

- proximidade e distância – fazem menção ao espaço físico/geográfico onde o evento e a notícia são produzidas, em que, normalmente, os objetos mais próximos tendem a gerar maior expectativa nos leitores, e, portanto mais importância/interesse.

No nosso caso particular (i.e. da Guerra que movimentava outras matérias), parecem estar presentes com maior força as dimensões da *atualidade* do conhecimento – condição *sine qua non* para a publicação de um acontecimento no período –, da *anormalidade* – guerras não são fenômenos cotidianos, ainda mais um confronto da magnitude da Primeira Guerra Mundial – e da *importância* – a crer nas matérias dos jornais, parecia que o futuro da humanidade ali se decidia –, mais do que a dimensão da *proximidade*, que nos impele a pensar que os acontecimentos mais próximos geográfica e fisicamente do leitor adquirem maior “valor-notícia” para ele.

É assim que, durante todo o ano de 1918, no **Diário de Pernambuco**, encontramos sempre capas e primeiras páginas dedicadas à “deflagração”, como gostavam de chamar. E quando da chegada da tão sonhada paz, encontramos, por dias a fio, igual destaque dado aos eventos ao redor do armistício e às comemorações da paz na cidade do Recife.

Bancos fechados, comércio sem funcionar, porto parado, sinos da igreja sendo dobrados em respeito ao fim dos confrontos e àqueles que entregaram suas vidas durante os quatro longos anos, corso oficial pelas ruas do centro da cidade, com direito a desfile de automóveis portando bandeirinhas dos países aliados⁴⁹. Em suma, uma comoção pública, estampada na primeira página do principal periódico da cidade, saudava o fim da guerra. Nas palavras do jornalista responsável pela matéria “[...] a mais dura e horrível das guerras já deixou de convulsionar o mundo civilizado, terminando pela vitória do direito⁵⁰”. E assim um acontecimento tão distante pinta as ruas da cidade do Recife, adquirindo força no coração e nas mentes daqueles homens e mulheres.

Mas não é só de guerra que se faz um jornal nos últimos anos da década de 1910. Há matérias mais importantes por causa do fator proximidade, embora elas não tenham “valor-notícia” suficiente para desbancar os horrores da guerra.

⁴⁹ A Paz – o regozijo público durante o dia de ontem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 nov. 1918, p. 1.

⁵⁰ Idem.

Ao longo de 1918, no **Diário de Pernambuco** achamos muitos escritos sobre as mulheres modernas e sua ascensão no pós-guerra, com referências às mulheres recifenses; mas somente dois trechos onde se fala da modernidade: uma matéria de destaque, no centro da segunda página, sobre um telescópio norte-americano, que é saudado como um avanço que nos permitirá ver “o céu tal como ele é”⁵¹; e uma matéria de Ubaldo Gomes de Matos, também de destaque, no centro da terceira página, onde o autor evoca a “gloriosa história do Estado” para defender que melhorias estruturais sejam feitas no presente⁵².

O ano de 1919 transcorre de maneira semelhante, com o **Diário de Pernambuco** mantendo a estrutura da sua publicação, inclusive no tocante a nomes e localização das colunas e seções. A única matéria que indicava uma alteração no cotidiano da cidade é a que saiu na “Várias” de 31 de janeiro sobre o elevado número de atropelamentos por excesso de velocidade, reivindicando que a Inspetoria de Veículos fosse provida de elementos que melhorassem a fiscalização⁵³.

“Várias”, mais tarde substituída pela “De uns e outros...” no **Diário de Pernambuco**, e a “Dois dedos de prosa”, que conviverá com a “Olinda” no **Jornal do Commercio**, são áreas dedicadas à crônica nos periódicos, que, por suas características próprias, ganham uma enorme importância para o nosso estudo em particular.

As crônicas, como argumentam Chalhoub, Neves e Pereira, formam um gênero textual extremamente ligado à imprensa, pois tornam “as folhas mais leves e atraentes” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005, p. 16), uma vez que elas conseguem construir uma cumplicidade “entre o autor e o público quanto aos temas e questões a serem discutidos” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, op. cit., p. 11) através da construção de narrativas ligadas ao cotidiano, que aproximam leitor e autor, criando um diálogo entre esses dois personagens que compartilham experiências e uma vontade de alterar o dia-a-dia da cidade.

Graças à partilha de experiências cotidianas, forma-se entre autor e leitor uma relação identitária e de intimidade, pois que eles se reconhecem como partes do mesmo grupo a partir da transformação em memória impressa dos acontecimentos

⁵¹ O céu tal como ele é. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 nov. 1918, p. 2.

⁵² MATOS, U. Desenvolvimento de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 nov. 1918, p. 3.

⁵³ Várias. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 jan. 1919, p. 3.

que vivenciam/veem juntos. Assumem dessa forma uma espécie de “unidade física”, nos dizeres de Pollak, que seria precisamente o reconhecimento de fronteiras físicas – os limites da cidade, por exemplo, onde se dá a vida o indivíduo e do grupo em que está inserido (POLLAK, 1992, p. 5), que leem “juntos” as crônicas sobre sua “unidade”.

Além do apelo devido à possibilidade de compartilhar experiências, a leveza – que também liga o autor ao leitor e é característica fundamental deste gênero textual – já estava presente, e era reconhecida pelos próprios autores nas crônicas dos periódicos, como fica evidente nas letras escuras de R. A., para quem “Todo o jornal, por mais sóbrio e respeitável, deve possuir [ilegível] que seja de dois dedos [ilegível] de prosa amena e ligeira”⁵⁴.

Naquela época, as crônicas ainda estavam engatinhando em direção à organização dentro do jornal que será sua marca nas décadas seguintes, bem como no poder que assumirão – ao menos enquanto prática discursiva – de alterar o cotidiano por meio das palavras dos autores.

Nos fins de 1910, as crônicas começaram a guardar um lugar fixo e uma periodicidade determinada nos jornais: a “Dois dedos de prosa” saía, normalmente, na margem direita da segunda página do *Jornal do Commercio*, posição que mais tarde seria ocupada pela “Olinda”; enquanto a “Várias”, e mais tarde a “De uns e outros...”, terá lugar na terceira página do **Diário de Pernambuco**.

A fixação das crônicas em páginas e espaços de relativo destaque nos jornais⁵⁵, além da manutenção de uma periodicidade quase diária, contribuem para que o leitor se familiarize com os escritos e os autores: ele sabe onde e quando encontrá-las.

A capacidade que o autor tem de, por meio das palavras, interferir no cotidiano, cresce à medida que os leitores criam o hábito de ler suas colunas e comentarem sobre elas nas ruas, nos cafés, no *footing*.

Essa vontade de alterar o cotidiano, entretanto, não pode ser verificada em todos os modelos de crônicas que lemos naquele momento. No exemplo da “Várias” que utilizamos, o desejo de modificar a malha urbana é muito forte, mas as

⁵⁴ R.A. Dois dedos de Prosa. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 abril 1919, p. 2.

⁵⁵ Quando as referidas crônicas fazem menção a algum evento que para os jornalistas é mais importante, agregam maior “valor-notícia”, elas são deslocadas, respectivamente, para a primeira e a segunda páginas.

historietas da “De uns e outros...” permanecem mais descritivas do cotidiano da cidade.

O exemplo do **Jornal do Commercio** é semelhante. A “Dois dedos de Prosa” é mais atrevida, fala do cotidiano de maneira invasiva, condenando práticas, revendo valores; em suma, não se contenta em meramente contar.

É assim que, na manhã de 12 de abril de 1919, os leitores de R.A. deparam-se com a exclamativa revolta do autor com mais um crime passionai que se realizara na cidade

Um crime passionai!
 Ora, ao que foram chamar passionai! A um crime revestido de **covardia**, de **cinismo**, de **barbaridade**, movido apenas pelo interesse **baixo**, **nojento** e **crapuloso** [sic] dum explorador de mulheres. Um crime que traz mais uma vez para o cenário dos jornais a **ferocidade das bestas humanas**.
 O homicida de anteontem poderia ter cometido um **ato estúpido e bestial**, mas... passionai?
 Passionai é o meu amor, é o amor de minha meiga namorada, esse amor que me inspira nas horas de desânimo, de cansaço e de trabalho, esse amor que é como a gasolina a alimentar a fúria de um automóvel, a queimar, espocando ruidoso.
 [...]
 Não se confunda o passionalismo [sic] com o bárbaro crime de anteontem (grifo nosso).⁵⁶

A crônica é aguda e incisiva: cheio de exclamações e adjetivos negativos, o autor condena o ato de forma veemente, tratando o criminoso de bárbaro e seu ato de bestial, e criticando duramente a imprensa que insiste em chamar eventos assim de “crimes passionais”.

“Olinda”, que apareceria somente no segundo semestre de 1919, ao contrário da sua companheira de periódico, mantinha-se notadamente descritiva, resumindo-se, na maioria das vezes, à listagem das senhorinhas que fizeram o *footing* e dos banhistas do Carmo. Quando muito, tomava nota dos eventos da noite, sempre com um tom muito descritivo, sem comentários sobre as práticas:

À noite, o Carmo esteve repleto, tornando-se difícil o trânsito às primeiras horas, tal a concorrência. Tocou em retreta uma banda policial, havendo cinema ao ar livre e sendo grande o movimento nos restaurantes, “bars” e caldos de cana⁵⁷.

A única matéria da seção que fugiu à regra é a de 21 de novembro de 1919, quando o autor desconhecido criticou as roupas de banho das “patricias”, exaltou os

⁵⁶ R.A. Dois Dedos de Prosa. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 abril 1919, p. 2.

⁵⁷ Olinda. **Jornal do Commercio**, Recife, 3 nov. 1919, p. 2.

trajes utilizados no Rio e no estrangeiro e saudou as poucas moças recifenses que tinham o bom gosto de utilizar os modernos trajes de banho

As roupas de banho das nossas patrícias ainda são, em sua maioria, simplesmente inestéticas. Desgraciosas, frouxas, envolvendo o corpo como um saco, tiram por completo a graça das silhuetas femininas. Há uma notável diferença em quem vê os aspectos das praias estrangeiras ou mesmo cariocas [...]
Felizmente, nem todas se deixam apegar a esse carrancismo (sic) e, pouco a pouco, vai crescendo o número das que procuram harmonizar a decência com a elegância⁵⁸.

A amplitude da crítica aos acontecimentos diários feita pelos jornalistas em suas crônicas é importantíssima para a construção da intervenção dos periódicos no cotidiano da cidade, formando através das palavras e do seu poder de repercutir, tal qual música, uma série de objetos (quer estes objetos encontrem correspondência real, material, substancial, quer não).

Era nos periódicos que parte uma porção considerável da construção da modernidade na cidade, pois estes arautos anunciavam o novo, enalteciam o moderno, criticavam o antigo; ao mesmo tempo em que lembram com saudade do que se foi e buscavam formar uma identidade por meio de uma tradição coerente para uma cidade que teimava em correr a plenos pulmões.

Como vimos, todavia, os periódicos desses últimos anos da década de 1910 não tinha ainda o forte caráter modernizador que terão os das duas décadas seguintes. Naquele momento, pouco se falava do moderno no Recife, mesmo porque parte das colunas que destacarão o binômio modernidade/tradição nos anos vindouros, só se preocupavam, em 1918 e 1919, com matérias e notas mais descritivas que analíticas propriamente, ou com linhas sobre a guerra e suas repercussões. Quando não era isso, encontramos escritos nos quais a questão do moderno era tratada de maneira reversa ou secundária, como na seção de crimes, em que a imagem de modernidade é criada de maneira contrária ao crime - bárbaro, hediondo, que jamais teria lugar em uma cidade moderna.

Os anos 1920 - chamados também de "anos loucos" – são o momento em que o governo da cidade impulsiona febrilmente o Recife, colocando-o dentro de um movimento mais amplo em direção ao progresso e à modernidade. Nas palavras de Antonio Rezende, especialista neste período,

⁵⁸ Olinda. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 nov. 1919, p. 2.

Em todas [as reformas governamentais], as preocupações marcantes com a urbanização, higiene, saúde e a instrução pública. O governo coloca como dever imperioso acompanhar os rumos do progresso, livrar-se do atraso que persegue o país, aperfeiçoar os serviços públicos com métodos modernos de organização (REZENDE, 1997, p. 41).

Além das medidas estruturais, o governo esforçava-se por maquiar a cidade, construindo assim uma imagem de modernidade, avanço e progresso que pudesse ser "vendida" lá fora. Era o início do investimento em turismo que tanto marcaria o Recife no futuro como balneário obrigatório para os visitantes do Nordeste do Brasil.

É também nesse período que o Recife toma contato maior com certas invenções modernas que a partir daí desenhariam o rosto da cidade, como o telefone, o rádio, o bonde, o automóvel, o cinema⁵⁹, a ampliação do serviço de eletricidade, etc., além da criação de novos espaços e novas práticas de lazer, como a ida ao centro da cidade para tomar sorvete, ou escutar as *jazz-bands* nos cafés e casas de chá (REZENDE, 2005, p. 101). Tudo isso procurando adaptar o que acontecia no Rio de Janeiro e fora do Brasil para os ares locais, ao mesmo tempo em que se remodelavam as tradições locais.

Contudo, não era só o governo que mantinha essa preocupação com a face da cidade, procurando torná-la mais moderna, criando assim uma identidade para o construto urbano e seus habitantes: a iniciativa privada também realiza uma série de interferências, notadamente com as companhias de transporte, energia elétrica, os cinemas, a imprensa.

Um dos pontos onde a cidade se moderniza é no número assustadoramente crescente de semanários e revistas lançadas durante toda a década de 1920: **Almanach de Pernambuco, Revista da Cidade, Revista de Pernambuco, Rua Nova, A Pilhéria, Vida Moderna**, são apenas um pouco dos títulos no vasto mar de publicações deste tipo que chegam à cidade naquele ano. À diferença destes títulos, a maioria não consegue completar sequer seis meses de tiragens. Algumas, como a **Vida Feminina**, tiveram dificuldade para lançar três números que fossem.

Ao *boom* de revistas nos anos 1920 do Recife podemos atribuir duas influências principais. Era muito mais simples juntar um corpo editorial para publicar uma revista do que um jornal, por exemplo, pois esta saía, quando muito, uma vez

⁵⁹ O cinema é tão importante para a cidade que, durante os anos 1923 e 1931, foi lançado o movimento que mais tarde ficou conhecido como "Ciclo de cinema do Recife", com 13 filmes produzidos, alguns dos quais ainda estão disponíveis na Fundação Joaquim Nabuco (REZENDE, 2005, p. 98).

por semana, com um número de páginas semelhante a um volume diário de um jornal, mas trazendo uma quantidade muito maior de imagens e propagandas. Ademais, as revistas normalmente eram impressas nos prelos dos próprios jornais, o que diminuía consideravelmente os custos da sua produção, e permitia que elas fossem vendidas pelo mesmo preço que um exemplar de um jornal.

Tornavam-se, portanto, mais econômicas e atendiam às demandas por notícias que fossem contadas de maneira mais leve e rápida, depois da eficiente digestão de toda uma semana, para um leitor que tinha cada vez menos tempo para se debruçar atentamente sobre um jornal, por exemplo.

Quando estudou a modernidade por meio das revistas cariocas de fins de século XIX e início do século XX, Márcia Cezar Diogo chegou a conclusões semelhantes acerca do fenômeno que, no Recife, demoraria mais umas décadas para acontecer

As revistas eram publicações extremamente modernas, até mesmo no formato, com uma proposta baseada nas noções de velocidade, agilidade e brevidade que, **como também ocorre nas crônicas**, marcarão o seu estilo de selecionar e interpretar os temas da cidade (DIOGO, 2005, p. 463, grifo nosso).

Revistas e semanários eram, como atesta Diogo, um espaço privilegiado para a publicação de crônicas, diferente dos jornais, onde boa parte das matérias era sobre economia ou política.

À leveza da linguagem, ao baixo custo de produção e de aquisição, ao privilegiado espaço para a publicação de crônicas, somava-se o festival de cores e traços das imagens que marcariam a construção das modernas revistas de novidade.

A imagem era uma forma de dar vida à publicação, aproximando-a ainda mais do leitor. Antes, era uma coisa quando corria os olhos pelas letras escuras das páginas amareladas do jornal procurando as notícias do dia-a-dia; agora, era outra, bastante diferente, percorrer páginas com fotos coloridas de locais da sua cidade. Ler a rua da Aurora (ANEXO B, p. 166) era bom. Vê-la fotografada e impressa em cores era tanto melhor.

Diogo nos conta que, no Rio de Janeiro, a relação de intimidade criada entre o leitor e a publicação através da imagem foi tão grande que

O otimismo em relação ao poder da imagem e a euforia com a possibilidade técnica de sua ampla utilização levam a *Revista da Semana* a afirmar, discursivamente, o caráter acessório do texto e a publicar em suas páginas um número significativo de fotografias sem nenhuma legenda que as esclareça (DIOGO, op. cit., p. 479)

A “Revolução de letras e cores” realizada pelas revistas, introduzindo um novo formato de periódico na imprensa local, fez com que elas mesmas fossem tidas como signos do moderno, ganhando o poder de alterar com ainda mais força a vida da cidade: estampavam fotos de automóveis, aviões, máquinas de escrever, refrigeradores, aumentando o sabor do moderno para os(as) recifenses.

Assim, as revistas tornaram-se responsáveis também pela atividade de nomear a modernidade da cidade para os leitores, construindo com eles uma relação pedagógica bastante especial

Como veículos de informação, as revistas **intervinham no cotidiano da cidade, atuando como porta-vozes da atualidade ao mesmo tempo em que criavam elos identitários com os leitores.** [...] Dessa forma podemos atribuir às revistas a tarefa de **construir memórias e exercer uma função pedagógica para seus leitores** na medida em que as mensagens que procuravam transmitir partiam da coletividade e também atuavam sobre ela, buscando orientar as percepções e as sensibilidades dos leitores a respeito da cidade e seus sentidos (DIOGO, op. cit., p. 462; 464, grifo nosso).

Para o campo da prática discursiva, as capacidades de nomear, identificar, transmitir ideias e orientar sensibilidades são importantíssimas, pois, boa parte do poder vai se concentrar justamente nas mãos daqueles que reúnem essas competências, tornando os confrontos pelo controle do poder de nomeação um dos mais significativos (FAIRCLOUGH, 2001, passim).

A *Pilhéria*, de que já falamos anteriormente, encaixa-se perfeitamente no modelo acima descrito, como podemos acompanhar no seguinte quadro comparativo entre ela e o **Diário de Pernambuco**, durante o ano de 1921 (NASCIMENTO, 1968, p. 142; NASCIMENTO, 1982, p. 120)

Tabela1. Análise comparativa: Diário de Pernambuco X A Pilhéria					
Título do periódico	Local de edição/redação	Local de impressão	Número de páginas	Preço	Periodicidade
A Pilhéria	Espaço	Tipografia	12	200 reis	Semanal

Tabela1. Análise comparativa: Diário de Pernambuco X A Pilhéria

	alugado, na r. 15 de novembro, n 345	do Jornal do Recife		até a terceira edição, quando passou a custar 300 reis	
Diário de Pernambuco	Espaço próprio	Espaço próprio	12	200 reis	Diária

Daí, notamos que durante todo o ano, o preço se mantém quase o mesmo, assim como o número de páginas, apesar d'**A Pilhéria** realizar a manufatura dos seus exemplares em locais distintos e alugados, o que reduzia consideravelmente os custos para os seus editores.

O sucesso d'**A Pilhéria** foi tão grande que ela se tornou o semanário mais longevo de Pernambuco, circulando no Recife de 03 de setembro de 1921 a 19 de março de 1932, chegando ao feito inédito na cidade de adquirir uma tipografia própria, na rua Visconde do Rio Branco (atual rua da Aurora), onde também se instalou a redação (NASCIMENTO, 1982, p. 120, 129, 130).

Como o nome leva a crer, era um daqueles “semanários modernos”, cheios de poesias, matérias sobre cinema e arte, imagens e propagandas; com cerca de 20 páginas, nas quais o mais importante era retratar os acontecimentos da semana com humor, fazendo uma “pilhéria”, sem, contudo, esquecer o lado político

A Pilhéria, se bem que mantendo com o mais absoluto carinho o programa a que se propôs, quando surgiu, de ser um semanário humorístico, tratará de todos os assuntos de interesse coletivo, fazendo política, sem partidarismo, procurando trazer para o Recife uma publicação de que tanto carecemos⁶⁰.

Não obstante, **A Pilhéria** tinha também uma relação mais próxima com os seus leitores, publicando suas cartas, poesias e opiniões em seções como “Perguntas às senhoritas” e “Despachos”. A primeira era uma área da revista em que o autor lançava um mote em versos (geralmente algum assunto do cotidiano) e

⁶⁰ **A Pilhéria**, Recife, 21 jul.1923. p. 09.

as “senhoritas” respondiam igualmente em versos. A segunda era espaço destinado aos comentários dos editores sobre as cartas e bilhetes que recebiam durante a semana.

Uma das colunas mais interessantes da revista era a das matérias sobre a modernidade recifense em si, como a seção “O qui nós vê na capitá” (ANEXO C, p. 167) – jamais interrompida, saindo desde os primeiros aos últimos números da revista –, que era escrita por Arnaldo Lopes, sob os pseudônimos de “Filorenço e Frutunata” (NASCIMENTO, op. cit., p. 121), dois matutos que contavam para os seus conterrâneos as suas aventuras no Recife cheio de invenções e costumes modernos.

A estratégia discursiva utilizada por Arnaldo Lopes no seu “Filorenço e Frutunata” é formidável, já que vai muito além da simples utilização de um – nesse caso dois – pseudônimo: quando ele se esconde atrás dos dois matutos e de sua escrita “errada”, consegue um distanciamento que, não bastasse o forte apelo humorístico, lhe permite falar com mais liberdade das coisas da cidade.

Nos dizeres de Saliba, tomando de empréstimos as contribuições de Pirandello para o estudo do humor, a força do discurso de Arnaldo Lopes vem justamente da relação jocosa entre o próximo e o distante, pois o autor fala do que acontece com ele como se de fato não acontecesse, “ou como se não fosse verdade, ou como se acontecesse verdadeiramente com os outros” (2000, p. 26), o que permite desmistificar, diminuir o peso de determinadas críticas e ações.

É algo parecido com o deslocamento realizado por Agualusa no seu “Vendedor de passados”, quando o autor concede à osga a missão de contar as histórias do albino vendedor de passados, Félix Ventura (AGUALUSA, 2004, passim). Um ser humano, tudo bem, mas como se sabe quando mente uma osga? Assim, os matutos e a osga tem bastante liberdade para falarem das coisas sem o peso de um narrador mais próximo e sério.

Dentro d'**A Pilhéria**, não ficavam atrás da página matuta, “Do *flirt*, do *footing*, da rua Nova” (ANEXO D, p. 168), escrita por João da Rua Nova (pseudônimo de Austro Costa), com versinhos sobre os encontros da juventude na rua Nova (ANEXO E, p. 169) para flertar e fazer o desfile-caminhada – *footing* (NASCIMENTO, op. cit., p. 123); e “Perguntas de Mutt e respostas de Jeff”, onde Amadeu de Medeiros

desfilava impressões e opiniões sobre os costumes modernos e os acontecimentos da cidade, sempre com muito bom humor (NASCIMENTO, op. cit., ibidem).

Durante os anos 1920, época de ouro da revista, as matérias versam principalmente sobre as novidades nos costumes da cidade, apresentando, nesse caso, grande incidência dos seguintes temas: *flirt*, *footing*, melindrosas, almofadinhas.

Apenas para familiarizar o(a) leitor(a), pois voltaremos a eles com a devida atenção mais adiante neste trabalho, o *flirt* era um tipo de paquera à moda antiga, que realiza a aproximação de moças e rapazes segundo normas de comportamento próprias e bastante diferentes das que temos hoje em dia, e se dava normalmente no *footing*, caminhada nas principais ruas de Recife e Olinda, como as atuais rua da Aurora e rua dos Guararapes (ANEXO F, p. 170), ou a praia do Carmo na cidade vizinha, com o objetivo de ser visto(a) pelos outros membros das classes médias e altas da cidade, desfilando roupas, elegância e simpatia, quer acompanhado(a) de amigos(as), familiares ou mesmo sozinho.

Era, portanto, um dos principais divertimentos disponíveis na cidade. As melindrosas e os almofadinhas eram os personagens urbanos que gostavam do moderno – como os carros e a moda elegante que vinha de fora – e que não perdiam um *flirt* ou *footing*, tornando-se, por isso, alvo das críticas dos mais tradicionalistas.

Mas não era só de revistas que se fazia a imprensa recifense daqueles anos. Os jornais mantinham sem quaisquer atropelos a forte influência dos períodos anteriores, sobretudo nossos dois conhecidos companheiros, que vão se inserir no debate e na construção da modernidade na cidade.

Apesar das dificuldades que a crise do papel em junho de 1920 (NASCIMENTO, 1968, p. 142) trouxeram para a imprensa recifense – especialmente para os jornais mais novos e de menor porte –, para o **Commercio**, os anos 1920 representaram, dentro das décadas de análise deste trabalho, o período de maior prosperidade.

Naquele época, o periódico conseguiu se organizar, passando a possuir modernas instalações próprias, e realizar mudanças na forma de fazer imprensa na cidade, como, por exemplo, com a contratação de mulheres para compor o corpo

editorial e com a criação, no final da década, de um espaço exclusivo para a escrita das damas, a “Página Feminina” (NASCIMENTO, 1967, p. 146).

Como se não fosse suficiente, o **Jornal do Commercio** inova também ao criar cadernos especiais (normalmente dominicais) para as artes, como o “Literatura, Sciencias e Artes”, que a partir de 1925 trazia as mais diversas informações sobre estes três temas, e o “Cinematografia”, que passou a apresentar, de 1929 em diante, críticas sobre o cinema, resenhas de lançamentos de filmes, etc.; e para as crianças, começando, sugestivamente, no dia 12 de outubro, o “jornal das crianças”, que oferecia aos pequenos uma boa literatura infantil.

Não devemos jamais esquecer, porém, que o **Commercio** que se moderniza em conteúdo e leiaute gráfico⁶¹, é o mesmo que dá destaque às contribuições dos religiosos católicos dentro do seu jornal. Ao passo que a “Seção Religiosa”, nos anos 1910 e primeira metade dos 1920, se limitava a listas de dias festivos religiosos, missas, etc., por volta de 1925, a seção se transforma e começa a publicar críticas aos comportamentos modernos e conselhos para os católicos, trazendo, inclusive, matérias com clérigos e religiosos(as) importantes de outros locais.

Para o **Diário**, os anos de 1920 representaram um momento de grandes investimentos em maquinários e instalações para o jornal, visando sempre a melhoria na qualidade do produto final disponível para o leitor. A modernização, entretanto, encontrava paralelo no que vinha dentro das folhas de papel, no conteúdo do jornal, que, apesar de permanecer ligado a um modelo mais antigo de dar e construir notícias – com a continuação, por exemplo, do jornalismo policial, na “Fatos diversos” – passa a publicar colunas com temas mais modernos, como as seções “Modas”, que começa ainda em 1922, com imagens e textos sobre a moda feminina, e a “Estrelas do Cinema”, parte dominical do periódico com fotografias dos(as) artistas e resenhas das obras.

É por meio das mudanças no leiaute e no conteúdo que os jornais vão ajudar a se construir enquanto signos de modernidade, e a fazer a própria modernidade da

⁶¹ A expressão “leiaute gráfico” tem a ver com a distribuição, tamanho e importância de elementos gráficos como texto, tabelas, imagens, etc. no espaço de impressão, neste caso, a folha do jornal. Uma mudança no leiaute gráfico pode, por exemplo, tornar a leitura mais agradável, menos poluída visualmente, ou destacar alguma notícia, imagem, trecho, etc.

cidade, na medida que apresentam e discutem, informam sobre o moderno e o novo, ainda que para resistir a ele.

Todavia, segundo Rezende, embora seja muito grande nesses anos 1920 a sensação de mudança na forma de pensar que nos chega dos jornais sobre os(as) recifenses, ainda não podemos falar de uma modernidade célere e pulsante como no Rio de Janeiro ou lá fora.

Aqui, teríamos visto uma modernidade mais tímida, mais pusilânime: “No Recife, na década de vinte, a força da tradição e das dificuldades sociais e econômicas impedem que a modernidade tivesse a excitação e a velocidade das capitais europeias” (REZENDE, 1997, p. 58).

Nos anos 1930 a situação já era diferente. Não só para o Recife, mas para diversas capitais e cidades maiores do Brasil. Enquanto os anos 1920 foram marcados por um relação sobretudo de surpresa e de descoberta, com a sobrevivência da crença no progresso e na resposta através do desenvolvimento tecnológico e do acúmulo de capital – não obstante o hiato de terror 1914/1918 –, a década de 1930 marcou um momento de desconfiança e contestação ao modelo de progresso, tudo isto bastante influenciado pela crise de 1929 e pelo movimento político que tomou o poder no ano de 1930.

Para Le Goff, “A Primeira Guerra Mundial abalou a crença no progresso⁶² sem a fazer desaparecer, pois o mito da “última vez” restaurou um certo otimismo” (LE GOFF, 1996, p. 267), o que mudou a partir de uma cadeia de eventos que tiveram lugar entre os anos 1929 e 1939, e que começam com “a crise de 1929” e a “evolução de dois modelos de sociedade: a sociedade soviética, as sociedades italiana e alemã” paralelos ao descesso do modelo de sociedade até então dominante, o estadunidense (LE GOFF, op. cit., op. cit.).

O segundo modelo de sociedade apontado por Le Goff⁶³ – mais próximo do que se vivenciou no Brasil durante os anos 1930 – busca fortalecer a identidade nacional (com um grau de chauvinismo que variou de país para país) através de

⁶² Lembremos que quando Le Goff fala de “crença no progresso” ele faz menção sobretudo ao seu conceito de *progresso*, não havendo, portanto correspondência direta entre o que o autor entende por progresso e o que entendiam os jornalistas que escreviam para os jornais recifenses. Dessa forma, em alguns momentos, poderemos encontrar nos jornais “mundo moderno”, “modernidade”, “novo”, fazendo as vezes do conceito de progresso utilizado por Le Goff.

⁶³ Gostaria de evidenciar uma dimensão da perspectiva teoria-prática: não é porque classifiquei o conceito de Le Goff de “modelo”, que a sua contribuição permanece alijada na teoria, meramente. Adversamente, Le Goff empreende vasta pesquisa para propor seus argumentos acerca do fenômeno da modernidade e da antiguidade.

elementos culturais identitários, procurando construir uma “cara” para o país e sua população. Isto representou uma maior intervenção do Estado na construção dos projetos de futuro/passado, e nas disputas entre tradição/moderno.

Ao longo do seu trabalho sobre o Estado Novo na cidade do Recife, Zélia Gominho expõe uma construção de narrativa histórica que dialoga com o segundo modelo teórico pensado por Le Goff. Gominho afirma que durante o interlúdio 1930-1937, havia vários projetos de futuro/passado – ligados a diferentes grupos sociais/políticos –, os quais ganharam espaço com a crise de vinte e nove, que “tinha colocado em chque os modelos de progresso e prosperidade que o liberalismo veiculara” (GOMINHO, 1997, p. 42).

Da disputa entre estes diferentes projetos, teria ascendido o modelo varguista/estado-novista, que promovia uma remodelação na relação antigo/moderno, a qual passava sobremaneira pelo conceito de Nação. Esta, por sua vez, era forjada a partir de aspirações modernas – eugenia, urbanização, modernização dos maquinários industriais – acompanhadas do reforço de aspectos antigos, na tentativa de se construir uma tradição que solidificasse e identificasse o povo brasileiro. Este duplo esforço muitas vezes provocava tensões e rupturas, que tinham por palco principal as grandes cidades do país:

As principais metrópoles seriam o palco privilegiado do esforço de superação desse contraste, de tentativa entre o tradicional e o moderno. Por vezes, o desejo em expor uma face moderna se chocava com a constatação de se estar perdendo práticas singulares da tradição, história, dos costumes locais. (GOMINHO, 1997, p. 54).

Outrossim, Gominho considera que uma das características do Estado Novo seria justamente o grande esforço de *intervenção*, sobretudo nas maiores cidades do país, tendo em vista formar um bom “cartão de visitas” para o Brasil (GOMINHO, op. cit., p. 52-53).

Nestes grandes centros urbanos, as disposições acerca do fenômeno antigo/moderno se condensavam com mais força, adquirindo tonalidades mais definidas no que diz respeito ao apoio ou restrição dos diferentes grupos sociais aos vários projetos de passado/futuro presentes no cotidiano das cidades⁶⁴.

⁶⁴ Entendo que a ascensão do projeto varguista/estado-novista ao poder político não significa o desaparecimento de diferentes projetos político e sociais dentro do nosso país. Os vários movimentos contestatórios do regime varguistas – no âmbito macro – e as diferentes formas de interpretar o novo e antigo são traços significativos desta sobrevivência.

Como diz Susan Besse, ao longo das três primeiras décadas,

Nesses centros urbanos [Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador] agitados e modernizantes, as classes médias ascendentes (de profissionais liberais, burocratas, pequenos empresários, comerciantes e empregados de escritório), juntamente com os artesãos, operários industriais e escravos libertos ou fugidos, investiam contra as instituições tradicionais e exigiam reformas (BESSE, 1999, p. 15).

Tendência que tomava cada vez mais corpo conforme as décadas avançavam e aumentava o poder que esses grupos “novos” tinham para investir contra as “instituições tradicionais”, que, de maneira inversa, resistiam o quanto podiam.

Por conseguinte, de um lado temos Maria das Dores, publicando na “Seção Religiosa – Igreja Católica” do **Jornal do Commercio** de sábado seu manifesto contra o modernismo,

O modernismo tratado, hoje, em todos os recantos do universo, está em verdadeira oposição com a moral cristã e com a nobre e sublime virtude angelical – a pureza – tão descuidada por aqueles que se dizem modernos e progressistas. [...].

Neste tempo mau, pelas dissoluções dos costumes, em que imperam leviandades, modas de pernas à mostra, tangas, em crianças, cinemas livres, cabelo cortado, decotes, transparências de tecidos, Nosso Senhor e a Virgem Santíssima não são amados, como deviam ser, e, certamente, se sentirão ultrajados por causa desses pecados que são meios pelos quais o demônio se serve para conduzir inúmeras pessoas ao Inferno⁶⁵

Do outro lado encontramos Ida Souto Uchoa, na “Página Feminina” do **Jornal do Commercio** dominical, defendendo o moderno, saudando a chegada do progresso, que ela representa à semelhança de uma força da natureza. Da luz. Que se irradiaria, irresistivelmente, para todos, derrocando o passado e jogando por terra “tradições inúteis”

A época atual é a dos grandes surtos. Surtos benéficos de uma civilização que se revigora de seiva, fazendo evoluir toda a mentalidade de um povo, amoldando-a a um outro feitio, tornando-a mais sadia, mais enérgica, mais viva.

O progresso é como a luz. Irradia. Insinua-se em toda parte. Defronta-se com o lar. Penetra-lhe no âmago. Transforma-o para uma felicidade nova.

Derroca-se o passado, abatem-se tradições inúteis de velhos temas que não conseguiram modificações no sopro benéfico da hora que passa... Surge o novo, o moderno, com todos os aspectos que lhe exigem os adeptos. Reformam-se os costumes, e até o ambiente se renova. Traça-se a vida com linhas fortes e decisivas. Nada de reticências, de trapos indecisos, ponteados...⁶⁶

⁶⁵ DORES, M. Modernismo. **Jornal do Commercio**. 01 fev. 1930. Seção Religiosa – Igreja Católica.

⁶⁶ UCHOA, I. Sua Excelência, o Século XX. **Jornal do Commercio**. 09 fev. 1930. Página Feminina.

O mais interessante, contudo, é que, muito embora sintamos uma maior sobriedade nas discussões dos periódicos recifenses daqueles anos, sobretudo conforme nos aproximamos da Segunda Guerra, com os conflitos na Etiópia, Espanha e outros mais gerando medo e desconfiança, além do notável aumento no número de matérias sobre o país, sua economia, cultura e sociedade (diferente dos anos 1920, quando se enfatizava bastante o Recife); a crise de 1929 em si não teve tanto destaque assim por parte da imprensa local, como o **Commercio**.

A crer nos jornais, talvez tenha se dado algo semelhante ao que o Pollak relata sobre as datas que sobrevivem na memória popular acerca dos finais das duas grandes conflagrações.

Lá na França, na maioria das regiões, as pessoas não dão muita importância para o 8 de maio, “dia da Vitória”, quando os alemães se renderam. Preferem o dia 11 de novembro, data do armistício de Compiègne, no final da Primeira Guerra Mundial (POLLAK, 1992, p. 4).

Assim o fazem porque para eles o 8 de maio de 1945 é muito distante da época da Libertação de Paris, na segunda metade de 1944, o que conduz as pessoas a encararem este momento como o final da Segunda Guerra, juntando as duas datas em uma só, o 11 de novembro (POLLAK, op. cit., op. cit.)⁶⁷. Percebe-se desta forma como a construção da memória segue parâmetros particulares, por vezes dissociados dos oficiais ou dos atribuídos pela mídia.

Muito embora os jornais, na época, não tenham dado a “devida” importância ao evento, é inegável que as consequências – tanto práticas quanto imaginárias – da quinta-feira negra de 24 de outubro de 1929 foram consideráveis para a cidade do Recife.

Evidência disso é o aumento do número de matérias que criticam e tentam entender a modernidade e seus desdobramentos recentes

O mundo, através de uma série impressionante de aperfeiçoamentos técnicos, chegou à superprodução. A vertigem do progresso conduzia a um abismo. Cada país produzia demais. Uma fábrica

⁶⁷ Com esta interpelação de Pollak não quero, em absoluto, dizer que o cenário francês seja o mesmo do cenário recifense. O meu objetivo aqui é tão somente argumentar que, semelhante ao que aconteceu na França estudada por Pollak, a memória se formou de maneira distinta à oficial, que, por sua vez, se confunde com o discurso produzido e reproduzido nos materiais e publicações ligados ao governo e à boa parte da historiografia.

qualquer punha prontas, em um dia, diversas dezenas de automóveis: mas, não havia relação entre esse número e o número dos que nasciam em condições de comprar um automóvel. Ao mesmo tempo, não era mais um país apenas que fabricava: o universalismo das descobertas mecânicas multiplicava oficinas em todos os recantos da terra⁶⁸.

A bipolaridade da modernidade, as consequências da crise e as mudanças na política também se fizeram sentir na imprensa do Recife naqueles anos. O **Jornal do Commercio**, devido a problemas com o governo de Antonio de Gois Cavalcanti, tem de encerrar atividades durante os anos de 1930 e 1934 (NASCIMENTO, 1967, p. 148).

À **Pilhéria** não são suficientes os anos de fama e fortuna da década de 1920, e o que parecia ser um crescimento ímpar, com a obtenção, em março de 1929, de uma sede própria a partir do dinheiro gerado pela própria revista, transforma-se numa série de problemas também sem precedentes na curta história da revista: ela não resiste à concorrência dos jornais, nem aos efeitos que a crise e a mudança tiveram nas suas finanças e na construção de uma nova forma de fazer imprensa. A revista segue somente até 19 de março de 1932, caindo a periodicidade de semanal para mensal ou, no caso de 1932, trimestral (NASCIMENTO, 1982, p. 130).

Mesmo o **Diário**, o gigante da imprensa local, passa por alterações significativas neste momento: em 17 de junho de 1931, o periódico passa à propriedade da “Sociedade Anônima Diário de Pernambuco”, federada aos “Diários Associados Ltda” (NASCIMENTO, 1968, p. 152), e, apesar da carta aberta ao público no dia 18 de junho daquele ano, onde Carlos Lira Filho assertava que nada mudaria na condução do jornal⁶⁹, o mesmo passou a trazer sempre um artigo de Assis Chateaubriand (dono da empresa DA Ltda) na primeira página (NASCIMENTO, op. cit., p. 153). E as modificações não pararam por aí: o **Diário** recebia cada vez mais notícias de fora do estado e mesmo do país; novas colunas são criadas, buscando modernizar ainda mais o jornal, como a “Página das crianças” (NASCIMENTO, op. cit., p. 154).

⁶⁸ DELGADO, L. Notas Avulsas. **Jornal do Commercio**, 5 jan. 1930.

⁶⁹ A crer em Luiz do Nascimento, Carlos Lira Filho se arrependera da sua decisão de vender o jornal, pois, no segundo semestre de 1934, num movimento de estratégia jurídica, ele decreta a falência do **Diário de Pernambuco**, e entrou em briga judicial com Chateaubriand pelo controle do periódico falido. Mesmo derrotado no tribunal para Chateaubriand, Carlos Lira Filho consegue provocar uma grande baixa nas fileiras dos jornalistas que escreviam para o periódico e eram fiéis a ele; homens como Mário Mello (NASCIMENTO, 1968, p. 159-160).

De mais, o jornal também enfrenta alguns problemas com o governo devido às críticas que faz, em seus editoriais⁷⁰, aos líderes da Revolução. Chega a ser fechado, mas os prestígios do periódico e de seu novo dono impedem um final semelhante ao do **Commercio**.

Outros dois pontos dignos de nota foram a fundação da Associação da Imprensa de Pernambuco, em junho de 1934 (NASCIMENTO, 1968, p. 158-159), que marcou o início da profissionalização do jornalismo na cidade; e a participação da censura oficial no Recife, a partir de 1936, com a convocação dos diretores dos jornais pelo sr. Frederico Mindelo, então secretário de Segurança Pública, para discutirem a censura aos jornais, que, doravante, deveria ser feita pelos próprios diretores.

Assim, os anos 1930 foram marcados por uma sensação de desconfiança, que se nos chega por meio do jornal, pois estes anos assistem a uma série de mudanças na modernidade da cidade e no fazer da imprensa local, inserindo o Recife, de uma maneira muito própria, numa cadeia de eventos que aconteciam no resto do Brasil e no mundo. As mudanças pediam dos homens e das mulheres um reajustamento, seja na tentativa de aceitá-las, criticá-las, ou simplesmente entendê-las, mas, de uma forma ou de outra, tomar propriedade delas.

⁷⁰ Tais críticas normalmente encontravam resposta no **Diário da Manhã** (NASCIMENTO, 1968, p. 156), periódico que ao longo da década foi bastante utilizado pelo governo como seu veículo de imprensa e canal de informação.

CAPÍTULO 2

FORÇA E DOÇURA

Imagens do masculino e do feminino

Essa pergunta de agora
Vem dos cravos, vem das rosas,
Respondei, gentil leitora,
Que julgais das melindrosas?⁷¹

A melindrosa, leitor,
Francamente, atraí a vista
É mulher virada em flor,
Que o almofadinha conquista⁷².
Sophia

Leitora, não é demais
O que ledes nestas linhas;
Respondei: o que julgais
Dos nossos almofadinhas⁷³

Eu julgo do almofadinha
O mesmo que à melindrosa:
Enquanto esta é vaporosa
Aquele é um pelintrinha (sic)⁷⁴
Jovita

Ideia interessante esta de Edivór: criar uma coluna onde, por meio de versos, ele faria perguntas às leitoras da revista, que, também em versos, responderiam com cartas a serem publicadas no número seguinte, com menção honrosa para a melhor dentre as respostas. Com esta estratégia ele garantia que as jovens leitoras do semanário se sentissem mais envolvidas com a sua produção: liam primeiro a proposta, comentavam com as amigas; enviavam a resposta, aguardavam ansiosas a nova semana e a publicação; liam seus versos na revista, comentavam com as amigas; esperavam uma nova revista e um novo mote do colunista. A coisa toda parece ter acontecido com um tal ar de seriedade que as leitoras cujas respostas não eram publicadas, corriam a escrever cartas para os editores, demandando explicações e porquês para suas respostas não terem ido a prelo⁷⁵.

⁷¹ EDIVÓR. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 17 jul. 1923. p. 14.

⁷² EDIVÓR; SOPHIA. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 17 jul. 1923. p. 14.

⁷³ EDIVÓR. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 14 jul. 1923. p. 14.

⁷⁴ EDIVÓR; JOVITA. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 21 jul. 1923, p. 20.

⁷⁵ A seção “Despachos” da **Pilhéria** trazia comentários sobre as cartas que os(as) leitores(as) escreviam para a revista – quase sempre – para perguntar sobre as razões de alguma contribuição sua não ter sido publicada. Na “Despachos” de vários números da **Pilhéria**, o “despachante” responde às perguntas das senhoritas acerca dos motivos para as suas cartas não terem sido publicadas.

No seu estudo sobre as relações de gênero no Brasil durante os anos 1914 a 1940, Besse (1999, p. 30) afirma que “os concursos eram extremamente populares entre as leitoras e tinham bons impactos sobre as vendas das publicações”, e iam desde disputas de fotos até contendas poéticas, como no caso d'**A Pilhéria**. Assim, muitas vezes, do concurso se desprendia um espaço de participação mais regular das leitoras, que ajudavam a construir o periódico que liam – como a seção “Colaboração das Leitoras”, na revista *A Cigarra* (BESSE, 1999, p. 31), e a “perguntas às senhoritas”, no nosso exemplo recifense.

Somos levados então a crer que naquela “brincadeira” de versinhos uma rede social se estabelecia, trazendo prestígio para as “fulanas” que conseguiam ver suas respostas publicadas; e inveja àquelas que não figuravam nas páginas da principal revista de variedades da época.

No tocante às temáticas, os “versos de proposta”⁷⁶ do colunista vinham sempre com linhas sobre o que os(as) jornalistas e editores da revista julgavam interessante o suficiente para receber cartas das leitoras. Isto por sua vez passava, precisamente, pela exploração dos elementos do universo feminino daquelas mulheres que consumiam o semanário⁷⁷.

Por isso, no mesmo ano dos trechos acima, tivemos versinhos sobre: o maior desejo das leitoras (16 e 23 de junho de 1923); as melindrosas (30 de junho, 07 de julho e 04 de agosto de 1923); os homens mais feios da cidade (30 de junho e 14 de julho de 1923); os homens mais belos da cidade (7 e 14 de julho de 1923); e os almofadinhas (14 e 21 de julho de 1923). Percebemos então que os temas giram em torno dos desejos das leitoras, da imagem que elas construía sobre elas mesmas e sobre as outras jovens da cidade, e da imagem que construía acerca dos personagens do Recife, como os almofadinhas.

Contudo, não devemos esquecer que **A Pilhéria** – como denuncia o próprio nome – era uma publicação que estava às voltas com o riso: a escolha das temáticas passava, conseqüentemente, pelas expectativas humorísticas que os

Entre os principais motivos estão o “atraso” (entregue depois do fechamento da edição), os “versos quebrados” (sem rima), o “desconhecimento da gramática” e os “erros de métrica” (três versos com 9 sílabas e um com 10 sílabas, por exemplo).

⁷⁶ Ou seja, os versos que Edivór usava para instigar as leitoras, convidando-as ao certame poético.

⁷⁷ Uma análise discursiva pode ser feita no que concerne à escolha do título: por que “perguntas às senhoritas”, e não, por exemplo, “aos senhoritos (sic)”? Possivelmente porque os membros do corpo editorial da revista não esperavam (no que estavam corretos) que os “senhoritos” (sic) se dispusessem a responder aquelas perguntas.

editores, redatores e jornalistas nutriam. Falavam de melindrosas e almofadinhas não só porque boa parte dos(as) leitores(as) se enquadrava nesta categoria, ou conhecia pessoas que se enquadravam, mas, e não menos importante, porque estas eram figuras que faziam rir a cidade com seus trejeitos modernos.

A “novidade” presente nos comportamentos modernos de melindrosas e almofadinhas é um dos pontos que, segundo Saliba (2008, p. 21) pode nos denunciar a presença de uma desconfiança, de uma inadequação destes comportamentos, pois é “[d]o contraste, [d]o estranhamento e [d]a ruptura de significados” que surge o riso/sorriso típicos do humor.

Sendo assim, é razoável supor que os comportamentos expressos pelas melindrosas e almofadinhas eram dignos das anedotas por se colocarem contra o que de tradicional havia na cidade, desviando-se do hábito e da prática tidas como regulares.

Como já dissemos no primeiro capítulo, em relação à dupla de matutos encarnada por Arnaldo Lopes, o humor tem o poder de suavizar a questão, atenuar os ânimos e permitir que se fale das coisas do dia-a-dia com um certo distanciamento, como se tratássemos de um capítulo na vida de pessoas distantes.

Desta feita, com versos assaborados de breves e suaves, estas “representações humorísticas [...] forjam-se nos fluxos e refluxos da via, no tecido histórico e social – já que cada sociedade cria e inventa seus próprios espaços de repressão e transgressão” (SALIBA, 2008, p.28), exercendo, sem sombras de dúvidas, um papel de controle a partir do discurso humorístico. E mais: conclusões semelhantes podemos fazer sem o receio da imprudência quando pensamos os versos para os homens feios, que o eram, sobretudo, por se vestirem em desacordo com a moda da época.

Além do que, boa parte dos “coitados” que apareceram naqueles versos eram figuras públicas ligadas de alguma maneira à revista, o que reafirma tanto a formação de uma rede de sociabilidade entre os(as) que comungavam daquelas leituras e daqueles versos humorísticos, quanto da força de atenuação presente neles; afinal, sempre se poderia dizer algo como: “feio, você? Qual! Era *apenas* brincadeira”.

Trocando em miúdos: em algum lugar entre o cotidiano, a poesia e o humor desta coluna, se construía parte dos discursos que legitimaria não só os

comportamentos pertinentes aos dois gêneros, mas as identidades e nomenclaturas dos diferentes tipos da cidade, e mesmo as variações encontradas dentro de um mesmo gênero.

Prosseguindo em nossa análise, temos que as nomenclaturas são centrais para uma coluna como essa, pois o estereótipo é um dos expedientes principais através do qual funciona o humor (SALIBA, 2008, p. 16), já que permite ao destinatário da mensagem de humor resgatar rapidamente os significados envolvidos, restabelecer a mensagem e rir. Analogamente, a criação dos esteriótipos – como de outros procedimentos do cômico: anedota, antítese, concisão (SALIBA, op. cit., idem) – traz consigo a formação de identidades e reduções. Algo como “a melindrosa [...] é” não traz espaços para variações ou vacilações. A utilização do verbo de ligação “ser” no indicativo restringe o sentido da melindrosa ao predicativo que lhe segue, entrelaçando as duas palavras num só sentido.

As identidades, contudo, como alerta Gruzinski (2001, p. 47-50), tal qual inúmeros outros conceitos na história, não são puras: há nelas algo de misturado, indefinido, impreciso, que escorre por entre os dedos, pois “Cada criatura é dotada de uma série de identidades, ou provida de referências mais ou menos estáveis, que ela ativa sucessiva ou simultaneamente, dependendo dos contextos” (GRUZINSKI, 2001, p. 53).

Por isso que, em determinados momentos, veremos choques entre os comportamentos esperados de homens e mulheres, pois a carga social aplicada sobre eles exige uma plasticidade e um “jogo de cintura” dentro das condições que se lhes ofereciam, o que, com uma frequência considerável, conduz ao destaque de uma ou outra “identidade” em diálogo com o ambiente e as pessoas que nos envolvem. A masculinidade pode variar, por exemplo, segundo outros papéis assumidos pelos homens em contextos específicos, que, numa mudança, demandam um novo conjunto de características formativas, como exemplificava Capdevila no tocante aos movimentos das duas grandes guerras: “para os homens a identidade masculina, no decorrer do período do entre-guerras e da Segunda Guerra Mundial, constrói-se primeiramente sobre a identidade do chefe de família e não mais sobre a do soldado” (2005, p. 87).

Doutra forma, tivemos conflitos e permutas nas vezes em que os significados tradicionais do masculino se percebessem ameaçados pelo almofadinha, que

prezava a vida tal como ela se apresentava nos filmes, com o *glamour* e o *gozo*, a *moda* e a *velocidade*, características que se consideravam femininas.

Dito isto, regressemos ao humor e percebamos que é nos significados e identidades produzidos pelos versos cômicos e satíricos que vemos a reafirmação do exposto por Bergson (apud SALIBA, 2008, p. 22): “o riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social”, que neste caso tem a ver com a produção de discursos a respeito do feminino e do masculino. O riso, portanto, não é algo que se desprende do sócio-cultural, mas um item que encontra neles respaldo e diálogo. É um sistema peculiar de comunicação, cujas mensagens seguem um ritmo próprio de codificação, que torna as intenções claras o bastante para os indivíduos neles inseridos (BREMNER, 2000, p. 13)⁷⁸

Confiando nas pedras deste caminho, percebemos nas duas respostas versificadas que abrem este texto – e que foram vencedoras daquelas disputas –, que a construção dos discursos sobre o “novo feminino recifense” liga-se com a construção dos discursos, diametralmente opostos, do “novo masculino recifense”, como num jogo de claro/escuro. A melindrosa, para Sophia, é uma mulher que, como a flor em sua beleza, atrai o almofadinha que se arrisca a pousar-lhe os olhos, sendo tomado pela vontade de conquistá-la. Para Jovita, o que se fala de um, pode-se muito bem falar do outro, pois são tipos parecidos, que circulam juntos pela cidade: ele com sua “pilantragem”, ela com sua “vaporosidade”.

Esta percepção de que umas andam com outros é bastante interessante, pois insere a construção dos gêneros numa espécie de sistema, que pressupõe uma relação, ora de paralelismo, ora de adversidade. Como veremos com mais detalhes conforme nos debrucemos sobre as décadas, o comportamento dos almofadinhas é tido como desviante, moderno e digno de riso justamente pela semelhança que ele guarda com os comportamentos tidos como femininos: é o batom que cobre a boca, é o pó ou rouge no rosto, o cuidado “excessivo” com a higiene e com as vestimentas, etc.

Comparativamente, tínhamos as mulheres “modernas” sendo atacadas por apresentarem comportamentos semelhantes àqueles esperados dos homens:

⁷⁸ Segundo o próprio Bremner, o estudo da etimologia da palavra “humor” nos leva ao século XVII, quando a palavra surge irmanada aos líquidos presentes no corpo humano. Para maiores esclarecimentos sobre as conceituações acerca do assunto, procure as introduções dos livros de Bremner (2000) e Saliba (2008).

fumavam, saíam às ruas, trabalhavam (muitas vezes em atividades cuja eficácia estaria supostamente ligada à varonilidade, quando não à virilidade), vestiam-se com roupas que não evidenciavam suas curvas nem traços femininos. Ah, e os cabelos, claro, estavam sempre curtos.

Desta maneira, caso caíssemos na ingenuidade de confiar acriticamente nestas presunções, seríamos levados à arriscada naturalização dos comportamentos próprios de cada gênero, numa espécie de circularidade simplista, em que o “ser-homem” parece estar meramente definido como “não-ser mulher”.

Doutra feita, esperava-se que houvesse uma complementaridade entre homens e mulheres de um tipo ou outro. Caso quisesse acompanhar o almofadinha, a melindrosa precisava, em parte, ser ainda mais “feminina” que ele, deixando-se levar pelo exagero da maquiagem, da futilidade e da roupa. Ao invés disso, entretanto, as mulheres “masculinizadas” se veriam num “beco sem saída”, pois elas teriam ultrapassado a fronteira dos gêneros, o que as incapacitaria de obter um cônjuge aceitável; a não ser, é claro, um espécimen que se permitisse ser subjugado por ela. Melhor do que as minhas considerações são certamente os registros da época.

A matéria de Leonor, no **Diário de Pernambuco** do domingo de 23 de maio de 1937, resume esplendidamente o tema. Prestemos atenção no documento, que, de tão rico nos rouba o fôlego

Se a ânsia de novidades se houvesse limitado a coisas mais ou menos superficiais – indumentária, esportes, diversões, vida de sociedade, preocupações culturais, etc. – nada seria lícito opor a esses “avanços”, muito pelo contrário, seria nosso dever incentivá-los, já que o principal, o espírito feminino, ficaria intacto, limitando-se as modificações ao exterior. O grave, porém, é que o que sofre agora os efeitos desse modernismo sem peso nem medida é justamente o mais precioso e substantivo da mulher, isto é, a sua qualidade de mulher. **Assombra e entristece ver lindas criaturas perderem por um capricho imitativo seus mais graciosos encantos, adotando costumes e atitudes em violento contraste com tudo o que constitui o seu ser**⁷⁹ (grifo nosso).

Paremos aqui, primeiramente, e analisemos este conteúdo.

Para Leonor, tradicional jornalista do **Diário de Pernambuco** à época, o problema não está no modernismo⁸⁰; muito pelo contrário, pois caso ele tivesse

⁷⁹ LEONOR. Crônica. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 maio 1937, p. 05.

⁸⁰ O uso que Leonor faz do termo “modernismo” não é o mesmo que definimos páginas acima; de maneira contrária. A sua definição lembra muito mais o que preferimos chamar, seguindo Le Goff, de “modernidade”.

parado seu avanço em coisas mais ou menos superficiais, o “espírito feminino” não teria sofrido avarias. Todo o problema começa quando o modernismo ataca o espírito em seu cerne, desfiando a “qualidade de mulher”, fazendo com que ela perca seus “encantos”, e, por uma vontade de imitar o homem, adote “costumes” e “atitudes” contrárias ao seu ser. Fica difícil não pensar na circularidade de que falamos: por desejo de imitar o homem e conquistar os direitos que ele tem, a mulher se afasta do seu ser, que, outrossim, é meramente definido como algo que reúne características opostas ao masculino.

No trecho logo acima, a autora cita apenas os “graciosos encantos” como elementos de feminilidade, mas conforme segue com a matéria, define e enumera um pouco melhor o conjunto do “ser-mulher”

Digo que entristece, porque vê-lo produz a mesma sensação de pena que sentiríamos vendo trocar um brilhante puríssimo – a feminilidade – por um tosco vidrilho – seus arremedos varonis de hoje, sem valor e nem graça de nenhuma espécie.

A natureza estabeleceu leis imutáveis que se cumprem inexoravelmente tanto no mundo físico como no moral. Ir contra elas é expor-se a um fracasso certo. Pretender que a mulher deixe de ser doce, tímida, é querer que ela modifique o traçado de seu destino, é pretender um absurdo.

Por isso, em que pesem as tendências do modernismo demolidor **que pretende solapar os alicerces mais profundos das instituições humanas, a mulher jamais deixará de sê-lo no sentido mais estrito da palavra, no que é sinônimo de doçura, delicadeza, emotividade⁸¹** (grifo nosso).

Para ela, ser mulher era ter: doçura, timidez, delicadeza, emotividade. Características que, segundo nossa autora, o “destino” traçou para as mulheres, estabelecendo “leis imutáveis”, que deviam ser cumpridas de maneira inexorável – seja como for, sem explicação, pela razão que for – pelas damas, tanto no mundo físico quanto moral. Querer alterar as expectativas do destino e da natureza em nome do moderno era “fracasso certo”, era desejar o absurdo, apesar de todas as vontades que naquela época caminhavam em sentido contrário.

Contudo, Leonor era otimista. Não bastarão os ataques das “tendências do modernismo demolidor”, em sua tentativa de destruir os “alicerces mais profundos das instituições humanas”, pois as mulheres não abandonariam as características enumeradas pela autora.

⁸¹ Idem.

Enfim, no seu protesto “passadista”, Leonor chamava as suas “leitoras amigas” a compartilhar de suas ideias e defenderem-se do modernismo, pois ele também passaria, e o único alento para as mulheres, quando o modernismo abandonasse os seus corações seria a segurança de que a integridade do seu “ser-mulher” lhes permitiria

Saiba, pois, leitora amiga, antes de mais nada, ser (sic) mulher de ontem, de hoje, de amanhã, de quando queiram e como queiram, porém, sempre mulher. **Lembre-se que por ser mulher você conquistara o amor do homem, será a digna companheira de sua vida, ganhará afinal, o nobre título de mãe, que é como que a cristalização mais elevada da feminilidade; fuja ao brilho enganador do modernismo exagerado.** Ele passará, desaparecerá, deixando como sua lembrança apenas o pouco que tem de aproveitável, ao passo que nossa qualidade manter-se-a sempre integral, inalterável⁸². (grifo nosso).

Recebemos então as impressões de um movimento paralelo entre a construção do discurso sobre o gênero e sobre a tradição e o passado, de uma maneira que os comportamentos adequados para a mulher corriam lado a lado com aqueles considerados como tradicionais, muito embora, eles pudessem ter sido formados bastante recentemente na história, como vimos na introdução e no primeiro capítulo.

Esta demorada formação do conflito entre moderno e tradicional dentro do sistema de gênero, até a chegada do texto de Leonor no longínquo ano de 1937, passou por muitos caminhos, que foram trançados e entrelaçados entre os desejos de homens e mulheres. A partir de agora, convido você a trilhar conosco esses caminhos.

1. Rosa Branca e seu Manduca: babados e *blackties*.

Durante os anos de 1918 e 1919, os olhos dos homens e das mulheres recifenses mais conservadoras voltavam-se com preocupação para as mudanças que aconteciam no sistema de gênero, propiciadas, para eles(as), pelos eventos próprios da Guerra, que exigiam um rearranjo nos vários campos da vida.

As preocupações dos homens e mulheres diante das mudanças advindas com a guerra eram expressas nos periódicos de tipologia mais diversa, que passavam por um “surto espetacular [de publicação] graças à maior alfabetização e

⁸² Ibidem.

ao mercado crescente, e ofereceu um foro a mais para o debate e a modelagem das relações de gênero” (BESSE, 1999, p. 26).

Entendia-se que o esforço de guerra realizado pelas nações europeias teria aberto espaço para as mulheres na vida pública, nas fábricas e em outros setores normalmente destinados aos homens, o que acabaria por encontrar reflexo também em itens “secundários”, como as formas de se vestir ou de cortar o cabelo, que estariam cada vez mais parecidas com as masculinas.

Diante da definição simplista de um gênero como o contraponto do outro – que já expusemos anteriormente –, os homens se sentiram ameaçados pelas mulheres, pois conforme elas (aparentemente) se tornavam parecidas com eles, realizavam tarefas similares às deles, e mesmo vestiam-se e andavam à *garçonne* como eles, surgia uma espécie de contato, passível de câmbio das tradicionais características do sistema de gêneros, que eles encararam como tenso e pernicioso, pois tocava agudamente a sua masculinidade, ameaçando esvaziá-la ou igualá-la à feminilidade. Nas sábias palavras de Luc Capdevila

Essa aproximação, ao mesmo tempo horizontal e vertical, conduz a uma aproximação das identidades masculina e feminina. Embora a aproximação das identidades tenha conduzido a uma crise nas relações de gênero, as duas guerras mundiais deram espaço à aceleração dessa construção da igualdade dos sexos (2005, p. 87).

Consequentemente, a alternativa vislumbrada pelos homens mais conservadores era atacar a aproximação entre as duas identidades e reforçar a sua própria por meio da valorização de atividades consideradas masculinas, como a militarização, a paternidade etc (CAPDEVILA, idem, p. 85).

Cabem, entretanto dois avisos: embora seja bastante contestada a tese de que as guerras, em especial a Primeira Guerra Mundial, atenuem as fronteiras de gênero, a sensibilidade que nos chega através dos jornais é de um medo de que a guerra pudesse ter alterado de maneira tão forte as relações de gênero que elas não mais voltariam ao que eram antes.

Em segundo lugar, apesar da vontade de certos homens e mulheres de caminhar no sentido de um novo distanciamento das identidades afirmadas como tradicionais do masculino e do feminino, dentro do sistema de relações de gênero, há casos – não poucos – de homens e mulheres que desafiavam esta orientação e andavam no sentido da igualdade argumentada acima por Capdevila. Senão em

todos os campos, em aspectos mais localizados, como na moda, nos gestos e linguagem ou mesmo na construção da emoção e da afetividade, como exemplifica o próprio Capdevila (2005, p. 87).

Feito este balanço, temos que, durante todo o ano de 1918, foram publicadas diversas matérias a este respeito no **Diário de Pernambuco**, periódico que, como já dissemos anteriormente, além de atender aos interesses da elite conservadora da cidade, exerceu uma espécie de monopólio na comunicação da época.

Logo no início do ano, saiu a primeira delas – uma republicação de uma notícia que havia sido veiculada em **O País** - sobre “A missão das mulheres” nos conflitos, criticando a “promiscuidade [desenvolvida] no trabalho masculino [que] arranca [...] alguns encantos próprios ao seu sexo, e até certo ponto mesmo as masculiniza”⁸³.

Para a autora, a masculinização decorreria da promiscuidade que se daria no contato com os homens durante o trabalho, o que, embora a matéria fale sobre a Europa e a ação das mulheres sobretudo na Cruz Vermelha, também ocorria no Recife, não somente nos espaços de trabalho, mas no contato com os homens nas escolas de ensino mútuo, nas praças, nas compras, nos escritórios, etc.

O que se temia, nestes casos, era não somente a inversão dos papéis e a masculinização das mulheres, mas o afrouxamento dos laços de controle e influência que as famílias tinham sobre os corações e as uniões de suas filhas, que se exerciam, sobretudo, através da restrição dos homens com os quais elas entrariam em contato: “a maioria desses pais [só] [...] podiam (sic) tentar influenciar nas opções de casamento das filhas restringindo o âmbito do contato social permitido” (BESSE, 1999, p. 56)⁸⁴.

Menos de quinze dias depois, o **Diário de Pernambuco** publicou uma matéria de Alexandre de Albuquerque – também lançada originalmente em **O País** – sobre a relação entre a guerra e as mulheres, sob o dubio título “Femininas e Feministas”, com ênfase na conquista do voto feminino em alguns países europeus.

Em linhas gerais, o autor marcou presença no time dos que consideravam que a Guerra ajudou a acelerar as coisas no campo das relações entre homens e mulheres, quebrando preconceitos e acelerando aspirações antigas. Ao longo do

⁸³ VANNA, M. A missão das mulheres. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jan. 1918, p. 3.

⁸⁴ Esta adaptação dos pais, tentando restringir a zona de contato social disponível para seus(suas) filhos(as) será particularmente importante quando nos detivermos sobre o amor no capítulo seguinte.

texto, percebemos, contudo, que a Guerra funcionava tão somente como auxílio na construção da sua argumentação, que, vagarosamente, seguiu para a sua preocupação real, qual fosse a polarização das mulheres nos dois grupos que emprestam seu nome ao título, sendo as “feministas” aquela que agem segundo a força – um símbolo, para ele, tradicionalmente masculino – enquanto as “femininas” agem pela graça.

Para ele, as disputas não estariam localizadas no campo homem x mulher, mas internamente, dentro da feminilidade, com conflitos entre os dois tipos de mulheres. Desta forma, conceder o direito ao voto não seria uma forma de igualar as disputas entre homens e mulheres, fornecendo mais direitos ao segundo conjunto, mas retirar a influência do grupo de mulheres que já a exercia, ainda que por caminhos indiretos

Dar o voto à mulher não é dar-lhe mais influência, é **apenas deslocar essa influência**.

Até agora, a **influência da mulher exercia-se por intermédio apenas de um grupo** – as mais fortes pela sua beleza ou pelos seus encantos, melhor diremos, as mais perturbadoras e delicadas.

De agora em diante, **esta influência vai exercer-se por intermédio de outro grupo** – as mais fortes, pela sua audácia, pelas suas qualidades masculinizadas melhor diremos, as mais petulantes e mais grosseiras⁸⁵ (grifo nosso)

O autor insiste, portanto, na tese de que aos sexos cabem comportamentos opostos, que se complementam: “O homem é a força, a mulher é a graça – as duas revelações da natureza completam-se”. E finaliza ironicamente, afirmando que tentativas em contrário levarão os homens a uma harmonia indesejada, semelhante à existente na sociedade das abelhas.

Neste final de década, entretanto, excetuando-se o tema da guerra, as discussões sobre o gênero engatinham em relação a temáticas que serão extremamente importantes na construção da cidade no anos subsequentes. Os hábitos modernos de sociabilidade – como o *flirt* e o *footing* e as personagens que os praticavam – não recebem destaque nas páginas dos periódicos.

No **Diário de Pernambuco**, nos deparamos com apenas uma matéria sobre o tema, em que o autor critica não a prática em si, mas a importação pela moça do estrangeirismo bretão, e a sua necessidade de procurar um professor estrangeiro para ter aulas de etiqueta e boa maneira, buscando “ritmos novos, linhas novas,

⁸⁵ ALBUQUERQUE, A. Femininas e Feministas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 jan. 1918, p. 5.

novas formas de equilíbrio, novas melodias de gestos”, por considerar as expressões locais velhas e ultrapassadas. Indo de encontro à dama, o autor considera que bom mesmo seria um professor que “ensinasse as mulheres a estar quietas”⁸⁶.

Afora essa apreciação do “estrangeirismo bretão”, temos as listagens – já citadas – do **Jornal do Commercio**, na Seção “Olinda” das mulheres que iam à praia do Carmo, em Olinda, tomar banho e fazer o *footing*⁸⁷. Estas listagens, entretanto, eram marcadas por um tom extremamente descritivo, com pouca (ou nenhuma) crítica das práticas descritas.

Como já dissemos anteriormente, a única matéria que foge à regra da “Olinda” é a da sexta-feira, 21 de novembro de 1919, quando o autor expõe suas considerações a respeito dos trajes de banho usados pelas moças no Carmo, deixando clara a ambivalência de discurso que a modernidade do feminino provocava. Repito o trecho aqui para focarmos este outro aspecto

Há uma notável diferença em quem vê os aspectos das praias estrangeiras ou mesmo cariocas [...]

Felizmente, nem todas se deixam apegar a esse carrancismo e, pouco a pouco, **vai crescendo o número das que procuram harmonizar a decência com a elegância** (grifo nosso).

Antes de mais nada, cabe fazer recordar – como dissemos no primeiro capítulo – que este autor é o mesmo que dias mais tarde exporá, ao seu noivo, uma moça que teria ido sozinha ao Carmo fazer o *footing*, utilizando-se, desta forma, do seu jornal como um aparelho de controle de uma prática que ele considerava incorreta. Assim, embora ele se coloque a favor de trajes de banhos mais modernos, ele se mantém tradicional no tocante ao comportamento e às regras de conduta da sociabilidade das moças.

Susan Besse acredita que esta alternância entre duas diferentes polaridades, em aspectos que parecem indissociáveis à primeira vista, deve-se, sobretudo, à ansiedade e aos conflitos existentes no projeto de moderno que se construía, pois

⁸⁶ DANTAS, J. Como elas andam. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 out. 1918.

⁸⁷ Olinda é uma cidade que fica na região metropolitana norte do Recife. A praça do Carmo é uma área urbanizada, cuja ocupação e construção remontam ao século XIX, e tem a ver com o convento do Carmo. A praia do Carmo tem muitas pedras, e um mar com ondas muito fortes, que dificultam o banho de mar. Assim, a utilização da praia pelos(as) recifenses/olindenses no início do século XX era sobretudo taciturna/noturna (das 16h em diante), e não tinha no banho de mar seu principal atrativo. Diferente do que acontece atualmente na praia da Boa Viagem (no litoral sul do Recife), por exemplo, que é mais frequentada pelo público nos período da manhã e da tarde, e tem no banho de mar um de seus principais atrativos.

desejava-se uma mulher que, embora moderna na aparência, mantivesse intactos seus tradicionais papéis e hábitos sociais

A mudança rápida gerava tantas mensagens conflitantes que, frequentemente, homens e mulheres manifestavam ansiedade sobre o modo de adaptar seus valores a novas realidades e de definir comportamentos adequados à luz das novas necessidades e oportunidades. [...] Esperava-se que as mulheres cultivassem uma aparência exterior de sofisticação moderna e ao mesmo tempo conservassem as “eternas” qualidades femininas de recato e simplicidade (1999, p. 40).

O confronto entre as ideias de Besse e o documento citado mostra-nos um encaixe assustadoramente simétrico: para o autor de “Olinda”, as vestes antigas são tão ruins quanto desgraciosas, frouxas e inestéticas, retirando das mulheres a “graça das silhuetas femininas”, que devem ser admiradas no banho de mar. O moderno serviria então ao reforço de uma característica considerada elementar no feminino.

Ademais, o autor da matéria no **Jornal do Commercio** considerava importante aproximar o Recife dos hábitos expostos nas praias cariocas – espécie de espelho das classes médias recifenses, devido ao seu pioneirismo e ao ambiente geográfico semelhante – e estrangeiras, pois a construção de uma cidade moderna faz-se não somente com luz elétrica, carros e bondes, mas com a inserção dos seus habitantes num sistema simbólico que abrange gestos, comportamentos e vestes. Por fim, o autor elogiou a iniciativa daquelas que buscam novos trajes de banhos que exaltssem as suas formas conservando a timidez que delas se esperava, e assim harmonizar decência e elegância.

Outro tema recorrente nos periódicos da cidade são os raptos e defloramentos que aconteciam com as moças da cidade. Devemos considerar que, tal qual discutimos no primeiro capítulo, as concepções de ética e direitos de personalidade que influenciavam a seleção dos conteúdos que podiam/deviam ir ou não aos jornais, eram bastante “pueris”, no sentido de estarem apenas principiando num jornalismo que começava a se profissionalizar.

A Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, também conhecida como Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, previa que a menoridade alcançava seu fim aos 21 anos, exceto em situações específicas, como no casamento, que emancipava os nubentes (BRASIL, 1916, p. 2, art. 9, § 1, I). Estabelecia também que o casamento poderia ser anulado caso houvesse algo que abonasse o(a) cônjuge em relação a sua honra e boa fama, de tal maneira que a convivência em comum se mostrasse

insuportável para o cônjuge enganado (BRASIL, op. cit., p. 31, art. 219, II), ou em caso de “defloração da mulher, ignorado pelo marido (BRASIL, op. cit., p. 31, art. 219, IV). E, finalmente, apresentava no seu 181º artigo, que “Se algum dos contraentes houver residido a maior parte do último ano em outro Estado, apresentará prova de que o deixou sem impedimento para casar, ou de que cessou o existente⁸⁸” (BRASIL, op. cit., p. 25, art. 180, parágrafo único).

Que leituras podemos desprender destes artigos? Antes de passarmos à interpretação destes trechos em confronto com o que se publicava nos jornais, é preciso uma rápida incursão ao mundo do direito através de Barcellos e Barroso. Para eles, o final do século XIX e início do século XX (até os eventos das duas grandes guerras) são marcados pelo predomínio do positivismo na teoria do direito. Esta corrente se posicionava de maneira inversa ao jurisnaturalismo, defendendo que o estudo do direito era uma ciência, a *ciência jurídica*, baseada em normas, que eram definidas como “ato emanado do Estado com caráter imperativo e força coativa” (s/d, p.8).

Indo por este caminho, o direito devia fundar-se em “juízos *de fato*”, “que visam ao conhecimento da realidade”, e não em “juízos *de valor*”, “que representam uma tomada de posição diante da realidade” (s/d, p. 8), sob o pressuposto maior do positivismo, que era a neutralidade. Logo, a construção da lei passaria necessariamente pelo cumprimento de demandas encontradas na realidade, atendendo a uma esperança totalizante de legislar sobre os diversos aspectos da vivência social, desprezando o “direito natural” e os preceitos de justiça e justeza.

No Brasil, a corrente positivista do direito teve sua inserção – junto com outras ideias do positivismo – a partir da década de 50 do século XIX, adquirindo maior circulação depois dos anos 70 do mesmo século, e influenciado as reformas legislativas que aconteceram após a proclamação da República, inclusive o Código Civil de 1916 (BOSI, 2005, passim).

O confronto dos artigos com as matérias do jornais nos aponta dois caminhos interessantes: I) a confiar no que dizem Bosi, Barcellos e Barroso, a construção do Código Civil de 1916 teria passado, inicialmente, pelo reconhecimento, no convívio social nacional, de situações que precisavam ser devidamente legisladas, pois o “direito natural” não dava conta delas; portanto, as condições de invalidação do

⁸⁸ Este artigo é uma forma de precaução contra os raptos – consentidos ou não – que aconteciam em número significativo naquela época.

casamento previstas em lei nos demonstram que descobrir má fama, desonra e anterior defloração das mulheres, bem como o casamento através de rapto, era algo que acontecia no dia a dia; (II) em determinados casos, era preferível arriscar-se a escorregar em uma dessas armadilhas – previstas no Código Civil – do que seguir o caminho tradicional. Mas por quê?

Para esclarecer um pouco mais as coisas, vejamos duas matérias bastante semelhantes, publicadas do **Jornal do Commercio**. Em 19 de novembro de 1919, na seção de matérias policiais, terceira página, saiu uma nota sob o título de “Um sedutor: preso duplamente pelos laços de himeneu”, sobre Albino Ferreira Barbosa, que havia seduzido a menor Luiza Maria Flores com promessa de casamento, embora já fosse previamente casado. No dia 30 do mesmo mês e ano, um caso semelhante foi lançado com o pesado título “Fato Grave: um negociante é acusado de haver seduzido e desvirginado uma menor”, em que o senhor Manoel Loureiro empregara, seduzira e desvirginara a menor Maria das Dores, também com falsas promessas de casamento. A mocinha, temendo as represálias familiares, preferiu guardar consigo o segredo.

Ambas tratam de sedução, defloração/desvirginização de menores, que apesar da pouca idade que tinham, esconderam os fatos dos familiares – o que revela consciência da transgressão cometida – e que só cederam quando escutaram o som doce da (falsa) promessa de casamento⁸⁹.

Ao que parece, para estas meninas, pela promessa de um casamento com um homem mais velho e, provavelmente, mais rico que elas, valia a pena enfrentar os perigosos “subprodutos” do desfloramento, da desonra e da má fama, apesar da dificuldade que esses “subprodutos” trariam caso elas viessem a contrair matrimônio com outro homem, que não o “promissor”.

Essa aposta está ligada – além dos condicionantes emocionais/amorosos que veremos no próximo capítulo –, de maneira muito forte, às defesas concedidas pelas leis às mulheres vítimas deste tipo de homem:

⁸⁹ Atualmente, a promessa de casamento permanece como um dos principais trunfos no terreno da conquista. Recentemente, foi aberta jurisprudência a este respeito, com a condenação da juíza Maria Luíza Póvoa Cruz a um homem que romperia o noivado “sem motivo aparente”. A juíza estipulou a indenização em R\$ 2000,00, relativos a danos morais por constrangimento. Não há qualquer indício de homem que tenha feito pedido semelhante. Existem, entretanto, pedidos de indenização por danos morais de homens que foram traídos e/ou registraram filhos(as) de outros genitores. Apesar de ações civis como essas indicarem a permanência de valores amorosos como honra, e de objetivos amorosos como a união estável, seria necessário uma investigação mais profunda a este respeito para tecer maiores continuidades.

A mulher agravada em sua honra tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente à sua própria condição e estado: (Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 15.1.1919)

I-se, virgem e menor, for deflorada.

II-se, mulher honesta, for violentada, ou aterrada por ameaças.

III-se for seduzida com promessas de casamento.

IV-se for raptada (BRASIL, 1916/1919, p. 167).

A mesma lei que colocava o homem como centro da família, dando-lhe condições maiores e melhores (condições reais, de fato) para acabar com os casamentos, protegia a mulher das incursões de sedutores, raptos e defloradores, pois entendia que as mulheres necessitavam de maior proteção legal que os homens⁹⁰.

Aos dois importavam a honra e a boa fama familiar, mas por razões diferentes: à mulher, para encontrar um bom casamento e ser protegida; ao homem, para demonstrar sua força e poder na sociedade através da presença destas qualidades no âmbito doméstico, comprovadas pela boa conduta de sua esposa.

Um bom exemplo desta condição interna ao sistema de gênero daquela época é a nota dos “Alfabéticos” (espécie de “classificados daquela época), publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de janeiro de 1921, na qual “Uma moça de 22 anos, branca e muito distinta, precisa de uma proteção de um senhor de precisão; quem tiver em condições, deixe carta nesta redação para N. F.”⁹¹.

A descrição a respeito da sua identidade (“deixe carta nesta redação para N.F.”) é extremamente importante para a moça, que, concomitantemente, fez questão de evidenciar seus dotes e suas qualidades (jovem, “branca e muito distinta”), pois, apesar da urgência do apelo – e da iniciativa de fazer publicar o anúncio –, era preciso zelar pelo recato, à espera do seu “protetor”.

A publicação nos periódicos de casos como os acima – de pedidos de proteção e falsas promessas de casamento – indica-nos que eles possuíam um grande valor-notícia devido à proximidade que eles tinham com o cotidiano das pessoas. Em acréscimo, sua inserção na imprensa se dava nas páginas policiais, sempre como uma prática condenável. Uma crítica que encontrava respaldo e eco

⁹⁰ Para uma melhor discussão acerca do divórcio e das leis brasileiras a respeito do casamento, indico o trabalho de Lopes (2002).

⁹¹ ALPHABÉTICOS. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 jan. 1921, p. 7.

em outras matérias como as que veremos a seguir, reafirmando a posição das mulheres como seres carentes de proteção.

Em 17 de setembro de 1919, estampada no centro-superior da primeira página, “Nem com uma flor” trazia o repúdio indignado e veemente do autor com um tal delegado que em Jaboatão agredira uma mulher acusada de roubo:

E, Jaboatão, fica perto do Recife, é adiantada (grifo nosso), cuida-se do ensino, seus habitantes são morigerados, tem luz elétrica, mas, apesar de tudo isso, dessas manifestações de progresso (grifo nosso), conta em seu seio um delegado que abusa da sua autoridade e até ontem, com certeza, ignorava o conceito hindu: nas mulheres não se deve tocar nem com uma pétala de flor... (grifo nosso)⁹².

Apesar da mulher ter cometido um crime – e do cargo ocupado pelo agressor lhe garantir um bom prestígio social – sua atitude foi repudiada no jornal, com acentuado destaque na área de maior visibilidade da primeira página do periódico. O que se justificaria pela crença no dever de proteção dos homens para com as mulheres, sendo pelo autor invocado, para tanto, um antigo ditado hindu como reforço ao seu argumento.

Percebamos ainda que, neste caso, tal qual anunciamos no primeiro capítulo desta dissertação, a filiação ao moderno ou ao tradicional não se faz segundo movimentações lineares, mas por meio de caminhos cheios de aclives e declives. Aqui, o autor argumenta que o comportamento do delegado não cabe mais em Jaboatão, uma cidade “adiantada”, “próxima do Recife”, cheia de símbolos da modernidade, para, logo em seguida, evocar o conceito bastante antigo no hinduísmo, realizando uma verdadeira “mistura” entre elementos das duas polaridades compreendidas neste binômio.

Paralelamente a essa construção, temos a utilização da propaganda como um instrumento para formação dos gêneros, com a identificação das mulheres, neste fim de década, com a doçura, leveza, sensibilidade, que são simbolizadas pelas flores, em especial pelas rosas, como na matéria “Rosa Branca”, no recém-criado, **Jornal do Commercio** de 10 de abril de 1919.

Na propaganda provavelmente mais cara daquele dia, dado o seu grande destaque, no centro-superior da página de anúncios, vemos uma bela mulher, branca, jovem, traços finos e delicados num sorriso bem aberto, cabelos escondidos

⁹² Nem com uma flor. **Jornal do Commercio**, Recife, 17 set. 1919, p. 1.

por um belo chapéu, dentro de um lindo vestido cheio de anáguas e babados, tal qual uma rosa branca, transmitindo leveza e doçura. A expressão de candura em forma de mulher dizia para as potenciais compradoras: enxovais para moças na praça da Independência (também conhecida como praça do Diário), n. 175⁹³.

Nesse *locus*, temos, além da forte associação das características femininas com as das flores, a utilização dos discursos de gênero dentro do contexto das propagandas como uma forma de resumir os significados e rapidamente atingir o leitor. A partir daí, veríamos a recorrência de diferentes estereótipos masculinos e femininos de acordo com o público-alvo do produto, com um destaque mais do que especial para as jovens, no caso feminino, e os homens de meia-idade, no caso masculino, como acontece com o bem-vestido “Seu Manduca”⁹⁴ e tantos outros que aparecem nas diversas propagandas sobre remédios para curar-se do cansaço e recuperar a virilidade perdida.

As representações das vestimentas dos homens e das mulheres eram na maioria das vezes construídas dentro do estilo do que os(as) mais conservadores(as) acreditavam ser o correto: mulheres com cabelos grandes em chapéus bonitos, exibindo vestidos longos e cheios de babados, em corpos magros e frágeis; homens vestidos *à inglesa*, com ternos, gravatas e calças sempre muito pretas, exibindo orgulhosos sua bengala e suas barbas.

Para Besse (1999, p. 31-34), estas representações marcavam o modelo de mulheres frágeis, dóceis, tímidas e castas (daí o apelo ao branco); e de homem forte, respeitoso, sério, sóbrio (daí o preto), capaz de prover a casa e a família, tanto econômica quanto culturalmente, como estabelecia o Código Civil da época. E foi justamente da mudança na moda e na forma de se vestir que partiram os maiores movimentos de contestação a estes modelos estabelecidos durante os anos 1910, como veremos a seguir.

⁹³ Rosa Branca. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 abril 1919, p. 5.

⁹⁴ Kolyohimbina. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 abril 2009, p. 6.

2. Melindrosas e almofadinhas num fim de tarde na Aurora

Uma das primeiras aparições dos almofadinhas⁹⁵ na imprensa pernambucana foi no final de 1919, numa matéria de segunda página do **Jornal do Commercio** da segunda-feira, 10 de novembro, onde eles eram tratados como causadores de confusão que importunavam as moças da região, sobretudo na famosa praia do Carmo, em Olinda.

Segundo o autor, a história dos almofadinhas estava ficando um caso tão sério que havia virado tema corriqueiro nas conversas de bonde, como a que ele entreouvira certa vez entre duas senhoras e um menino:

- Eu já tenho até medo de ir a Olinda!
- Por quê?
- Ora, já se sabe. Toda noite se dá ali um barulho por causa de "almofadinhas"...
- E um pequeno entrou na conversa:
- Um dia desses vinham dois pela rua do Hospício e todas as moças entraram a baterem as portas.

A crer nos nossos interlocutores, em Olinda – provavelmente na famosa praia do Carmo – e na rua do Hospício (ANEXO G, p. 171)⁹⁶, os almofadinhas eram figuras certas a perturbar a ordem e gerar confusão, tendo por alvo principal as moças, que deles fugiam. Não temos, entretanto, por meio deste recorte, muitos detalhes acerca de quem eram, como se vestiam e especialmente o que faziam estes novos tipos da cidade. Essa forma descritiva se inseria na prática discursiva, já discutida anteriormente, de um jornalismo menos "intrometido" no cotidiano da cidade durante o final da década de 1910 e o início da década de 1920.

Nós só conheceremos com mais intimidade esses personagens do Recife moderno através d'A *Pilhéria*, na já comentada seção de perguntas às senhorinhas:

⁹⁵ A partir de conversas com pessoas que viveram naquela época, pudemos decifrar um pouco melhor a obscura formação da alcunha "almofadinha": diziam eles(as) que os bancos dos bondes antigos eram feitos de madeira, o que deixava as nádegas doloridas depois de tantos vais-e-vens e solavancos; assim, alguns homens e algumas mulheres levavam de casa sua própria "almofadinha" para os bondes. Ao que parece, contudo, para as mulheres não havia problema algum no comportamento. Para os homens, ao contrário...

⁹⁶ A rua do Hospício, localizada no centro da cidade do Recife, é uma área que ao longo do século XX (e XXI) congregou diversos prédios importantes para a vida cultural da cidade, como a sede do Instituto Histórico e Geográfico (na rua do Hospício desde 1919) e o Teatro do Parque (nesta rua desde 1905). Era, portanto, bastante freqüentada pelas classes médias da cidade.

“Leitora, não é demais/O que ledes nestas linhas;/Respondei: o que julgais/Dos nossos almofadinhas”⁹⁷.

Devo alertar, *au début*, que como as impressões que trago aqui são sobremaneira condicionadas à imprensa, especialmente à **Pilhéria**, principal responsável por descrever para nós os comportamentos dos almofadinhas, em boa parte das vezes, pode haver a geração no(a) leitor(a) de uma sensação – extremamente pertinente, e sobre a qual já discorreremos na introdução deste capítulo – de caricaturização das personagens.

Ademais, como podemos ver em “A filha do advogado”⁹⁸, há gradações diferentes de almofadinhas, nem sempre contempladas pelos periódicos. Ou, para colocar de outra forma, reunir características como cuidar da aparência, gostar de dançar e vestir paletós de cores claras não são suficientes para “marcar” alguém como almofadinha (pelo menos não aquele que figura nas caricaturas).

Aqui, entretanto, nos interessamos mais pela força que esse caricaturamento tinha, a ponto de ser exaustivamente explorado – página após página, seção após seção – pelo principal semanário recifense da época. Malgrado o humor envolvido na discussão, é inegável o choque que estes personagens causavam no Recife daqueles idos. Dito isto, retornemos a eles.

No dia 21 de julho síramm as respostas ao mote de Edivor⁹⁹. Algumas duras, como a da Jovita (a quem já fomos apresentados na abertura desse capítulo, mas sobre a qual insistiremos aqui) “Eu julgo do almofadinha/O mesmo que à melindrosa:/Enquanto esta é vaporosa/Aquele é um pelintrinha” e de Maria do Carmo “Eu julgo que essa gentinha/Merece uma repressão/Pois do modo que caminha/Envergonha a geração”; e outras encantadas, como as de I. Vianna “O almofadinha pra mim/É o mais belo espécimen/Que eu tenho visto e adorado/No nosso atual regímen”, de Marina “Nada posso responder/À pergunta apresentada,/Unicamente por ser/Dum almofadinha amada”. Mas a que, para mim,

⁹⁷ Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**. Recife, 14 jul. 1923. p. 08.

⁹⁸ Nesse filme – que vale imensamente ser assistido – o jornalista Lúcio Novais (mocinho do filme) é jovem, gosta dos bailes dançantes, veste ternos de cores claras e está sempre com o cabelo alinhado, mas difere bastante de Helvécio Aragão (vilão do filme), que reúne as mesmas características que o seu nêmesis, mas de maneira exagerada, o que o aproxima do esteriótipo de almofadinha que conheceremos daqui por diante.

⁹⁹ Não devemos imaginar, em absoluto, que as respostas das leitoras (ou qualquer contribuição desta natureza) expressassem as idéias oficiais da revista. Na *Pilhéria* de 7 de julho de 1923, a seção “Despachos” responde a uma senhorita que não conseguiu ter seus versos publicados na seção “Perguntas às senhoritas”, afirmando que seus versos não são bons, que eles são tão melindrosos quanto a dona (p. 6).

chama mais a atenção é a da vencedora, Sophia, para quem “O almofadinha precisa ter/Com o concurso duma vaia/Quem as calça lhe arranque/Substituindo-as por saia”¹⁰⁰.

Antes de comentarmos qualquer das respostas, acrescentemos logo a matéria que saiu também no dia 21 de julho, e apenas uma página antes, na conhecida coluna “O qui nós vê na capitá” - coluna à qual nos referimos anteriormente.

Aqui, o autor, escondido atrás dos nossos matutos já conhecidos Filorenço e Frutunata, critica costumes “esquisitos” da “cidade grande”. Desta vez, o cenário é a boa e velha festa do Carmo, onde aconteceu uma confusão “dos diabos”, e almofadinhas e melindrosas (medrosos e medrosas), desembestaram-se a correr:

As melindrosa, cumpade,/Corria qui nem viado/E os tás dos
almofadinha/Chorava cumo uns danado/Nem corage eles tivero/De se
fazere alinhado [...] Garanto qui dessa gente/Não inziste no sertão/Deus
queira qui lá não chegue/Povo dessa geração/Pruquê o disastre é feio/Não
inziste salvação¹⁰¹

Primeiro as damas. Sophia disse-nos que os almofadinhas mereciam ter as calças arrancadas, trocadas por uma saia e tudo isso ao som de uma sonora vaia. Tudo porque eles não se comportavam como “homem”, passando maquiagem, usando roupas finas, etc.; o que devia mesmo acontecer, tal qual observamos não só nas descrições textuais, mas nas imagens e representações presentes em fotografias de semanários como a **Pilhéria**, e na película “A Filha do Advogado”, do famoso Ciclo de Cinema do Recife.

As mudanças na indumentária dos homens recifenses harmoniza-se com aquelas encontradas em outros centros, como descreve Besse (1999, p. 34), embora os almofadinhas parecessem exagerar um tantinho mais¹⁰²: “a rigidez das linhas das roupas dos homens se amenizou, e roupas esportivas e paletós de cores claras tornaram-se mais populares. Os homens passaram a barbear-se e deixaram de usar bengala”.

Já o matuto Filorenço não se incomodava tanto com a aparência deles. Ele “pegava raiva” dos almofadinhas porque na hora da confusão, eles comportaram-se como covardes, choramingando, sem nem se fazerem “alinhados”, como conviria

¹⁰⁰ Perguntas às senhorinhas. **A Pilhéria**. Recife, 21 jul. 1923. p. 20.

¹⁰¹ O qui nós vê na capitá. **A Pilhéria**. Recife, 21. jul. 1923. p. 19.

¹⁰² Não era só o Recife que tinha o (des)prazer de conviver com os almofadinhas. Eles também davam as caras em outras cidades, como no Rio de Janeiro.

aos homens. Um abuso assim era demais para ele, que não queria nem ouvir falar de gente assim no seu sertão. A coisa estava muito seria. Não havia salvação. No modelo tradicional de homem não cabiam o choro, a maquiagem nem a vaidade dos almofadinhas (ANEXO H, p. 172).

Notemos ainda que havia uma dupla identificação envolvendo os almofadinhas: primeiramente, eles eram colocados como os representantes daquela atualidade, quer para o “mal” (“do modo que caminha, envergonha a geração”¹⁰³), quer para o bem (“É o mais belo espécimen que eu tenho visto e adorado no nosso atual regímen”¹⁰⁴), apresentando comportamentos opostos aos encontrados nos homens do sertão, onde os valores tradicionais de masculinidade seriam mais presentes.

Por conseguinte, os almofadinhas – assim como as mulheres modernas, do outro lado – eram seres que desafiavam as categorizações comuns à época, desviando-se para o outro lado, ousando correr o risco e sofrer as represálias e censuras por usarem certos elementos característicos do outro gênero; o que provocava nos outros habitantes da cidade uma espécie de “mal-estar generalizado a respeito da aparente “masculinização” das mulheres e “feminilização” dos homens” (BESSE, 1999, p. 33).

Havia mesmo, segundo o diário de Mlle XXX, uma divisão entre esses dois tipos particulares de “homem”: “Domingo 14 – Hoje, dia de regata, estive no Recife. Muita gente, muita alegria, muita algazarra. **Almofadinhas, melindrosas e homens...** (grifo nosso)”¹⁰⁵. Interessante, não? Para nossa autora, existiriam os homens e os almofadinhas. Mas por quê?

Além das características já citadas anteriormente, os almofadinhas (e isso será muito importante no próximo capítulo) comportavam-se também de maneira diferente em relação à forma como tratavam as mulheres: “Quarta-feira, 17 – [...] às 15 horas fui à rua Nova. **Que impertinência de almofadinhas** (grifo nosso). Não nos deixam passar sem um olhar, uma indiscrição”¹⁰⁶.

Aos homens, segundo esta e outras damas, caberia a iniciativa na conquista, que, entretanto, deveria ser feita docilmente, com respeito. Algo bastante diferente

¹⁰³ EDIVÓR; DO CARMO. Op. cit.

¹⁰⁴ EDIVÓR; VIANNA, I. Op. cit.

¹⁰⁵ Do diário de Mlle. XXX. **A Pilhéria**, Recife, 20 set. 1924, p. 17.

¹⁰⁶ Idem.

dos almofadinhas, que lançavam olhares e cortejos “impertinentes” às moças que passavam. A todas elas, ao que parece.

Finalmente, mas não menos importante, os almofadinhas contavam com uma habilidade bastante importante que os fazia largarem na frente nas conquistas das suas consortes prediletas, as melindrosas: eles dançavam! O *foxtrot*, o *onestep*, o *ragtime*, o *shimmy*, o *maxixe*, e qualquer outra dança (desde que “da moda”, é claro).

Como atesta João da rua Nova, na sua coluna vintista “Do “flirt”, do “footing”, da rua Nova...”: quando sua admiradora, depois de longa conversa, convida-o à dança, ele secamente responde: “Eu não danço, não sou almofadinha”. Segundo ele, a dança era, portanto, coisa de almofadinha, que não se importava em perder um pouco da dureza e aspereza masculinas em nome de um bom *flirt* com uma melindrosa. Ao “homem”, era preferível – segundo nosso célebre cronista – perder a dama, a perder a compostura no remelexo de uma dança.

As melindrosas¹⁰⁷ (ANEXO I, p. 173) chamavam a atenção também pelo encontro que produziam entre características do masculino e do feminino em um mesmo ser, ofendendo convenções tal qual seus antípodas, os almofadinhas. Ao contrário destes, porém, suas características “masculinas” exerciam atrativo irresistível para a maioria dos homens, que como folhas caíam aos seus pés. Digo, aos seus olhares:

Melindrosa; tens olhos tão ariscos
Concentrando as perfídias requintadas...
Quando as pestanas fechas: são coriscos,
Relâmpagos, trovões, horrorosas trovoadas...

O teu olhar tem raios voluptuosos,
Lembra curtos-circuitos pavorosos

Por detrás da fumaça de um cigarro
É preguiçoso como um boi de carro

Quando tomas sorvete na Bijou
Tens os olhos iguais aos de urubu...
Matreiros,

¹⁰⁷ A confecção do nome parte de “melindre”, que, por sua vez, se aproxima de “engodo”, “chiste”, denuncia o que estas mulheres representavam para boa parte dos homens: uma armadilha, cheia de beleza e perigo. Além desta alcunha, chamavam-nas, às vezes, de “borboletas” e “mariposas”, pela suposta leviandade com a qual voavam rapidamente de flor em flor (de homem em homem). A alcunha melindrosa sobreviveu, sobretudo na linguagem carnavalesca, como um referente das mulheres “de roupas extravagantes e maneiras afetadas”, que se mostra num modelo tradicional de fantasia composto por vestido curto e decotado, tiara, bolsa e cigarro à tira colo.

Carniceiros...

Quando me atinge o teu olhar tão móvel
Faz-me estrago pior
Faz-me estrago maior
Do que um choque funesto de automóvel...

O teu olhar tem gasolina
Oh! Melindrosa amada,
E tem terebentina
Tal qual a manga espada...¹⁰⁸

A seguir o que dizia o próprio M. do P., os versos futuristas que publicava n'**A Pilhéria** eram uma tentativa de inserir a cidade na discussão desta corrente artística que descrevia as coisas do mundo a partir dos signos de “futuro”, de moderno, possuídos por elas. Em Recife, M. do P. enchia suas linhas rimadas com metáforas de “melindrosas”, “automóveis”, “curtos-circuitos”, “cigarros”, “sorvetes” e “gasolina”; imagens que formavam a “cidade-maurícia” naqueles idos de 1923.

Dos versos, tiramos que as melindrosas tinham olhares elétricos tal qual relâmpagos e trovões, partilhando com estes o encanto e o medo que provocavam nos homens; olhares incandescentes como a gasolina; mais potentes que um atropelamento de carro. Enfim, olhos que, por mais perigosos que fossem, não podiam ser evitados pelos homens, que a elas se entregavam.

Não podemos dizer, entretanto, que as melindrosas fossem tipos simples, pois ao mesmo tempo que lançavam olhares e tomavam iniciativa na conquista (o que tradicionalmente cabia aos homens), mantendo a mística por trás de fumaças de cigarro (o ato de fumar também era considerado próprio do masculino¹⁰⁹), elas não se descuidavam dos seus encantos femininos, como atesta a nossa já conhecida dupla de versistas, Jeff e Mutt:

Amigo Jeff, atenção
No que lhe vou perguntar
Quero sua explicação
Para o caso elucidar

Porque é que as melindrosas
Vivem sempre rebicadas
Andam todas perfumosas
E de blusas decotadas?¹¹⁰

¹⁰⁸ M. do P. Melindrosa (versos da escola futurista). **A Pilhéria**, Recife, 2 jun. 1923, p. 12.

¹⁰⁹ Susan Besse atesta o dissabor de João da rua Nova, lembrando-nos que Viviano, em **A Vida Moderna**, exprimia sua tristeza ao ver uma amiga sua fumando, pois “não só que era de mau gosto que as mulheres imitassem hábitos masculinos, mas também que o cheiro da fumaça anulava a doçura do hálito feminino” (1999, p. 33).

¹¹⁰ MUTT. Perguntas de Mutt e respostas de Jeff. **A Pilhéria**, Recife, 30 jun. 1923, p. 14.

A pergunta de Mutt ao amigo Jeff vem bem a calhar, pois rebicadas pelos rouges e batons, perfumadas, decotadas, com olhares lânguidos, elétricos, potentes, incendiários, quem podia resistir às melindrosas? Bem, muita gente, ao que parece.

Como era de se esperar, moralistas e tradicionalistas não faltaram para não só resistir, mas condenar as práticas das melindrosas, e representá-las como tolas, indecentes, perigosas, levianas... Uma breve retorno à “perguntas às senhoritas”, com a qual abrimos estes trabalhos, já deve ser o bastante para termos uma ideia de como se davam as coisas:

Como julgo as melindrosas?
Bem tolas e muito fúteis
Julgam-se deusas, formosas,
Quando são seres inúteis¹¹¹
Lilaz

É inegável o tom de rancor nos versinhos de Lilaz. Possivelmente porque ela não fizesse parte do rol de melindrosas. De qualquer forma, para ela, a inutilidade das melindrosas vinha justamente das características tão prezadas por elas em sua busca por beleza, que, para sua nêmesis seriam tão somente futilidade e tolice, posto que vazias de conteúdo.

É preciso lembrar, porém, que muitas daquelas que respondiam às perguntas eram de fato melindrosas, cujas ocupações cotidianas possivelmente passariam pela leitura de semanários modernos como **A Pilhéria**. Essas mulheres, claramente, elogiavam as suas colegas e a si mesmas, defendendo que, ao contrário do que se murmurava nas ruas da cidade, as melindrosas seriam seres cheios de pureza, que com nada se importavam, a não ser amar

As melindrosas, leitores,
São seres feitos de encantos
Vivem de sonhos, de amores,
E são puras como os santos...
Litinha L.¹¹²

Eu como sou melindrosa
Só posso assim me expressar:
Acho que vim de uma rosa
E o meu lema é só: amar!
Ignez¹¹³

¹¹¹ LILAZ. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 07 jul. 1923.

¹¹² LITINHA L. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 07 jul. 1923.

¹¹³ IGNEZ. Perguntas às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 07 jul. 1923.

Os discursos criados por Litinha e Ignez – que se confessa melindrosa – ligam-se com a romantização desta personagem, que, ao mexer com os hábitos das mulheres de sua época, tem por fito um dos objetivos considerado como mais tradicionais para o feminino: o amor. E era em nome dele que as melindrosas se enfeitavam e iam às ruas com cigarros nas bocas. Do que os(as) mais conservadores(as) discordavam é que, ao invés de ajudarem o amor, as práticas destas jovens o ameaçavam. Logo, a discussão passava sobremaneira pelas diferentes compreensões que uns(as) e outras tinham a respeito desta emoção, o que, a seu próprio modo, tinha a ver como o casamento e a família como finalidade (ou não) desta emoção. Mas isso é tema para o próximo capítulo.

Alhures, não era somente no humorismo d'**A Pilhéria** que saíam críticas às melindrosas. Antes de passarmos a essa discussão, contudo, é preciso lembrar que melindrosa – tal qual almofadinha – era apenas uma das formas como estas jovens cheias de novidades eram chamadas. Talvez, o termo tenha vingado por elas terem se afeiçoado a ele, mas o certo é que havia quem preferisse chamá-las simplesmente de “mulheres modernas”.

Estabelecendo uma ponte entre o semanário e os outros periódicos, temos que as mulheres modernas reuniam características bastante semelhantes às das melindrosas, como mostra esse poema de página inteira, escrito por Fernando Burlamaqui

“Mademoiselle de tudo sabe,
De tudo sabe um bocadinho,
Dança com arte,
Canta e recita,
Em qualquer dia, em qualquer parte,
Salta do Bond em movimento,
E também gosta de um cigarrinho. [...]

Dizem que ela é isso e aquilo
as línguas vis... as línguas más.
Eu francamente não acredito
E acho mesmo que isso é demais...
É, entretanto, moça moderna,
- isso mais de um rapaz
Isso se vê diariamente,
Não é portanto caso esquisito
Não é das coisas fenomenais

É, entretanto, moça moderna...
Quando sobe no Bond mostra a perna,
Tem perna grossa, sonha casar...
Já arranhou um namorado,

Todo apertado,
 Que quando anda pela rua, treme,
 Que usa creme,
 Unhas bonitas e pontiagudas,
 Uns óculos grandes de tartaruga,
 Fala baixinho,
 Afeminado...

E quando
 Mademoiselle Bonitinha passa
 Toda pintada,
 Bataclanizada,
 Pela rua,
 Num vestido finíssimo de cassa,
 Cheia de encanto, sedução e graça,
 O povo todo perde o juízo.
 Parece Eva no paraíso.
 Quase vestida e quase nua¹¹⁴.

Tal qual as descrições das senhoritas sobre as Melindrosas, a de Burlamaqui envolve a dança, o canto, o entendimento das coisas modernas, os hábitos masculinizados, o cigarro, a roupa curta e decotada, que, entretanto, não as eximia de querer amar e casar.

Se no semanário o tom é quase sempre humorístico – seja na crítica, seja no elogio –, nos jornais a coisa não é bem assim. Lá, normalmente, mesmo em poemas e crônicas (seções “mais leves” dos jornais, por sua temática e linguagem), o tom é sério, acusatório. Comparemos o poema acima a este, do **Jornal do Commercio** de 1921

Ó, sociedade incongruente,
 Que à vã moral te insinuas,
 Olha o palude absorvente,
 Da corrupção que há nas ruas

Pensa no atroz sacrifício
 De tanto lar infeliz,
 Cheio de “flores de Vício”
 Porque o mundo nada diz!

Oh! As mulheres modernas!
 Glórias de bistro e carmim...
 Colo nu, em cruz as pernas...
 - Mundo, é próximo o teu fim!...¹¹⁵

Diferente de Burlamaqui, que usa a mulher moderna como um personagem em uma poesia leve sobre a cidade e seus tipos, Costa constrói um poema extremamente crítico e sisudo do que considera o mundo moderno, compreendendo-o como

¹¹⁴ BURLAMAQUI, F. Número 3. **A Pilhéria**, Recife, 15 nov. 1924, p. 41.

¹¹⁵ COSTA, A. Trovas de Hoje. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 mar. 1921.

incongruente, imoral e corrupto, tomando como exemplo destas mazelas os vícios dos lares infelizes criados a partir das mulheres modernas, que não mais atentariam para a moral e os bons costumes, por mostrarem nus os seus colos e cruzadas suas pernas. Essas mudanças – malgrado o exagero do autor – seriam um sinal da proximidade do fim do mundo.

As variações na construção do mesmo gênero discursivo podem ser entendidas através dos próprios recursos estilísticos utilizados pelos autores: versos livres em métrica e organização estrófica (Burlamaqui) contra versos presos a uma rima interna (1:3/2:4), e com a previsível organização estrófica de quatro versos (Costa); linguagem mais próxima do coloquial, com rimas mais simples e utilização de uma espécie de refrão (“É, entretanto, moça moderna,”), versus linguagem rebuscada e metafórica¹¹⁶.

As distintas modulações, por sua vez, passavam pelo conservadorismo/modernismo a que se filiavam os autores: enquanto Burlamaqui chegava a defender as mulheres modernas das línguas ferinas, Costa concordava com estas mesmas línguas e apontava as damas como principais responsáveis pelo descompasso para que se encaminhava o mundo. A repressão de homens como Costa conecta-se, então, com o entendimento de que a modernização leviana das mulheres ameaçaria pilares da Civilização Ocidental, como a família, que agora deveria se reassentar devido às práticas das mulheres modernas.

Também nesse caso, a apreciação do(a) moderno(a) depende dos valores envolvidos na troca, pois, muito embora seja exigido das mulheres uma modernização, ela deve ocorrer no sentido da higienização e não no tocante a uma reconfiguração dos hábitos e costumes, sobretudo dos mais ligados ao casamento e ao amor, como afirma Besse (1999, p. 37-40)

Os críticos temiam que as que (sic) cultivavam a nova imagem da mulher independente, ousada e sexualmente provocante sofreriam uma revolução de consciência que ameaçaria profundamente a família; temia-se também que as mulheres não pudessem abraçar a moralidade do mercado sem que

¹¹⁶ É mister lembrar que na década de 1920, o Brasil se via, resumidamente, entre três movimentos artístico-literários que procuravam fazer-se hegemônicos: parnasianismo, simbolismo e modernismo (em todas as suas vertentes). No caso do Recife, embora ainda encontremos poemas com inspiração e organização estrutural simbolista, a maioria tende a conter elementos do parnasianismo (atenção à estrutura, linguagem rebuscada/erudita etc.) ou do modernismo (verso livre, linguagem mais simples etc.). Para maiores informações sobre a discussão, procure BOSI, A. **Historia concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

isso levasse o “materialismo” a triunfar sobre os “valores humanos” na esfera pessoal.

Por trás escondia-se um desejo dos homens de manterem as mulheres dentro dos parâmetros de controle tradicionalmente exercidos por eles dentro da sociedade rural-patriarcal que até bem pouco tempo era a vigente no cenário pernambucano.

As resistências masculinas – e de alguns grupos femininos¹¹⁷ – são indicativos da força e da presença que as novas mulheres tinham naquele momento, o que estava fortemente ligado às mudanças nas relações sociais, provocadas pelo contato com invenções modernas, como o rádio, o bonde, o cinema, etc., que demandavam novas formas de ser e estar no mundo. Assim, apesar de suas discordâncias, ambos não discutem que as mulheres modernas estavam “dando o que falar” e tomando conta da cena da cidade, sem parecer se importar muito com as críticas. Como diz Burlamaqui (op. cit.), “Isso [as mulheres modernas] se vê diariamente, não é portanto caso esquisito, não é das coisas fenomenais”.

Nesse jogo de disputas entre o moderno e o antigo pela construção dos gêneros, as críticas mais pesadas vem dos intelectuais católicos que escreviam nos periódicos, o que não envolve apenas clérigos, mas homens e mulheres religiosos(as). Rever esta participação é, porém, um processo muito delicado, pois, apesar da presença de intelectuais confessadamente católicos em setores importantes do **Jornal do Commercio**, por exemplo, que, provavelmente, “puxavam” a inserção de colunas religiosas no periódico, há nele a presença de seções mais “modernas”, o que aponta para uma “abertura editorial” para outras temáticas não necessariamente afirmativas da opinião oficial do jornal, mas que o mesmo reconhecia como dotadas de um valor-notícia que justificava sua publicação. Criava-se então uma zona limitada de abrangência para as notícias que a sociedade tinha acesso através do jornal, o que atingia também a forma de lançar e receber a notícia.

Esta é com efeito uma característica marcante do jornalismo e que permanece nos dias atuais. A leitura dos cadernos de qualquer um dos maiores

¹¹⁷ É preciso lembrar o conceito de gênero – como o de classe – não é o sinônimo de uma série de pessoas agrupadas segundo masculinidade/feminilidade/homossexualidade por meio de uma homogeneidade de interesses, aspirações e compreensões. Muito pelo contrário. As relações que se desenvolvem dentro do mesmo gênero, como exemplifica Joana Maria Pedro na sua leitura das “diferencialistas” e “essencialistas” dentro do movimento feminista de “segunda onda” (2005, p. 81), são construídas segundo aspirações individuais (ou de um sub-grupo), que nem sempre estão de acordo com as da maioria.

jornais (mesmo os eletrônicos) revela-nos a existência de um corpo de matérias que circula entre eles, como numa guerra pelas notícias mais básicas ao consumidor final do jornal. Deste modo, (quase) todos os jornais de grande circulação (cujos públicos são bastante semelhantes) detêm-se sobre questões como cidades, política, esportes, economia e assim por diante, organizadas em cadernos que trazem quase sempre as mesmas notícias: o vencedor do último campeonato brasileiro, a queda/alta do dólar, o mais recente projeto de urbanização da cidade... Além disto, os editoriais mostram-nos que nem sempre as matérias publicadas apresentam a opinião oficial do jornal, tampouco dos jornalistas, em específico, sobretudo quando a matéria é polêmica ou ataca algum grupo em particular. Porém, apesar da aparente neutralidade deste processo, uma observação mais atenta revela que há um processo complexo de escolha com base na conflituosa relação entre o que se acredita provável de ser vendido e o que se acredita digno de ser publicado, com a balança pendendo normalmente para o primeiro – como no **Jornal do Commercio**, que traz uma coluna de religião em que escrevem católicos, espíritas e evangélicos, ou seja, apenas jornalistas cristãos(ãs).

Fechemos este parêntesis e retornemos ao **Jornal do Commercio** dos anos 1920. Em 1921, na seção “Meu Diário”, de Salomão Figueira (sob o pseudônimo S.), à época o diretor do jornal, foi publicada uma matéria em que se faz coro à *Sacra Propediem*¹¹⁸, na qual se criticam as danças, as paixões e as mulheres modernas¹¹⁹.

Ao contrário do que poderíamos esperar, apenas alguns dias depois, saiu uma matéria do mesmo Salomão Figueira, novamente no “Meu diário”, sobre o primeiro casamento anarquista no Brasil, onde o autor construiu muito mais descrições do que análises¹²⁰. Esse tema, é inevitável pensar, daria “pano para manga” para que o diretor e jornalista discutisse maus comportamentos anti-cristãos e modernos, não?. Ele, entretanto, não toma essa posição. O que teria mudado na cabeça de Salomão? Aparentemente, nada. E muita coisa.

¹¹⁸ Esta encíclica papal é, grosso modo, uma crítica aos usos que os “modernos” têm feito de São Francisco de Assis. Entretanto, como várias outras encíclicas papais, a *Sacra Propediem* está envolvida em hermetismo teológico e filosófico, o que a torna pouco acessível à maior parte dos fiéis católicos. A *Sacra Propediem* está disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_06011921_sacra-propediem_en.html. Último acesso em: 18 abril 2008

¹¹⁹ S. Meu diário. **Jornal do Commercio**, Recife, 02 fev. 1921, p. 8.

¹²⁰ S. Meu diário. **Jornal do Commercio**, Recife, 23 fev. 1921, p. 8.

Como acentua Fairclough (2001, *passim*), a leitura das construções dos discursos deve passar não só pela linguagem professa nos textos, mas pelas suas condições de formação, quais sejam técnicas e sócio-culturais. A então aparente mudança na forma de pensar do autor pode ser lida pelo seguinte viés: a crítica de Salomão Figueira no **Jornal do Commercio** ou de Castro n'A **Pilhéria** eram extremamente despersonalizadas, dirigindo-se às dançarinas modernas, às mulheres modernas. Uma crítica ao casamento anarquista teria de passar, necessariamente, por um “ataque” aos nubentes. A dúvida, porém, permanece: por que não criticá-los?

Ao que parece, porque os nubentes, as melindrosas, os almofadinhas eram também membros de uma classe média urbana, tal qual os jornalistas. E mais: o pertencimento os(as) colocava como potenciais consumidores(as) dos periódicos. O elogio e a crítica mais personalizados precisavam ser muito bem ponderados, pois, para além da frieza das páginas do jornal, é bastante factível que as melindrosas, almofadinhas e afins, frequentassem as mesmas redes de sociabilidade dos editores, ou fossem, quiçá, integrantes do mesmo núcleo familiar. Assim, o inegável poder discursivo da imprensa tinha de ser utilizado com muito cuidado. Um poder que os católicos sabiam usar conforme lhes convinha.

Sobretudo na segunda metade da década, nós encontramos matérias na “Seção Religiosa”, nas quais os leitores são alertados para os perigos da má imprensa¹²¹, e os jornalistas são chamados a se prepararem diante das dificuldades e bem orientar seus leitores¹²². A construção de uma má imprensa, segundo a primeira matéria, teria a ver com os periódicos que publicavam notícias ofensivas à religião e aos bons costumes, bem como os que pregavam doutrinas contrárias ao catolicismo. Contudo, a forma de efetivar a classificação entre “boa” e “má” imprensa não era tão simples.

Durante aquela época, discutia-se bastante se os cabelos curtos das mulheres – *à la garçon*¹²³ – retiravam das mulheres a sua feminilidade, deixando-as parecidas com os homens. A maioria dos(as) tradicionalistas argumentava que sim, que aqueles cabelos masculinizavam as damas e constituíam uma ameaça à

¹²¹ A boa imprensa. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 jan. 1925, p. 3. Seção Religiosa.

¹²² O jornalismo atual. **Jornal do Commercio**, Recife, 07 jan. 1925, p. 3. Seção Religiosa.

¹²³ Esta terminologia tem a ver com “garçon”, que quer dizer rapaz em francês. Assim, tem-se algo como “o cabelo à moda de rapaz”, “cabelo com corte de rapaz”.

moral e aos bons costumes. A seguir rigorosamente nossos jornalistas católicos, reconheceríamos como “má imprensa” um periódico que publicasse matérias elogiosas dessa prática, não?

Se assim fosse, o próprio **Jornal do Commercio** não escaparia de ser “má imprensa”, pois em 11 de janeiro de 1925, Coelho Netto usou esse veículo para publicar, na seção de variedades “Literatura, Sciencias e Artes”, a tradução de um artigo da norte-americana Mary Parsons, no qual a autora defende o cabelo *à la garçonne*, afirmando que ele é uma tradição tão antiga que remonta à velha Roma: “quando alguém vos disser que este penteado vos masculiniza, respondei que já tem alguns milhares de anos. Entretanto, o cabelo *à la garçonne* ganha cada vez mais popularidade.”¹²⁴.

A aparente contradição no editorial do **Jornal do Commercio** continuou conforme avançaram os anos, e se “agravou” com a inserção da posteriormente bem-sucedida “Página Feminina”, ainda em 1929. As divergências, contudo, pareciam estar dentro da “normalidade” para o jornal, desde que, evidentemente, cada grupo respeitasse seu nicho de publicação.

Ao longo de 1929, as matérias católicas a respeito da crise da modernidade continuam firmes e fortes, com o destaque para as publicações nas quais as mulheres são instigadas (e responsabilizadas) a bem educarem suas crianças, defendendo-as dos perigos do modernismo¹²⁵, e os homens a reforçarem, no âmbito familiar, a sua autoridade “tão ameaçada por doutrinas subversivas de toda ordem social e religiosa”, com o resgate do argumento da “autoridade divina”, espécie de concessão por Deus de autoridade aos seus representantes na terra¹²⁶.

Paralelamente, nós teríamos as maiores defesas das modernidades do gênero feminino acontecendo justamente nas “páginas femininas” dos diferentes periódicos, mas com um destaque maior para o **Jornal do Commercio**. De uma maneira geral, as matérias lá publicadas caminhavam no sentido de contestar os discursos tradicionais que procuravam submeter as mulheres a uma naturalização permeada por elementos como timidez, doçura, romantismo, como vimos nas

¹²⁴ PARSONS, M.; NETTO, C. O cuidado com o cabelo “à la garçonne”. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 jan. 1925, p. 5.

¹²⁵ COIMBRA, A. P. A religião como salvação das crianças: o perigo do modernismo. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 jan. 1929, p. 5.

¹²⁶ PEREIRA, A. O culto da autoridade. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 out. 1929.

páginas anteriores. Daqui em diante, ficaremos com essas escritoras, que deixaram suas contribuições nas seções femininas ao longo de toda a década de 1930.

3. “Páginas femininas”: *mulheres modernas* repensando a feminilidade

Com este título não quero negar a existência de mulheres modernas já nas décadas anteriores. Quero, entretanto, argumentar que o fenômeno das melindrosas (e das modernas) dos anos 1920 esteve ligado muito mais a um sistema de estímulo-resposta-reconfiguração das mudanças sócio-culturais na esteira do contato com as invenções modernas do que propriamente uma atitude reflexiva sobre o próprio gênero e a feminilidade. Ou, se existia essa reflexão, ela ficou inacessível ao(à) historiador(a) pelo percurso metodológico-documental que escolhemos, pois, como vimos, os discursos sobre as mulheres nos periódicos eram construídos (salvos os casos das “perguntas às senhoritas”) por meio da pena masculina, que produzia falas heterônimas. Doravante, com as “páginas femininas”, nós teríamos um espaço onde as intelectuais pensariam seu gênero, e construiriam seus discursos escolhendo o que do moderno coubesse ou não às “mulheres de tipo novo”, como diria Alexandra Kollontai (1978, *passim*).

Ademais, como espero que o(a) leitor(a) também tenha percebido, boa parte das mazelas do mundo moderno não eram associadas aos comportamentos tidos como masculinos, mas àqueles encarados como femininos. Mesmo com os almofadinhas, cuja aparição é relativamente breve se comparada à das melindrosas e modernas, a crítica tende a se manter resumida à postura dessa personagem, sem grandes movimentações analíticas associando-os aos problemas e conflitos modernos. Eles não são, sobremaneira, responsabilizados. Podiam, no máximo, envergonhar sua geração. O processo parece tão mais claro quanto melhor entendemos que o *locus* da escrita jornalística daquele periódico era eminentemente masculino. Não só no sentido da maioria das cadeiras ser ocupada por homens, mas porque a escrita que ia às páginas era carregada de uma tonalidade masculina, posto que editores, redatores, diretores também o eram.

A crença em uma escrita feminina diferente da masculina se insere nas expectativas de Norma Telles em seu “Fragmentos de um mosaico: escritoras brasileiras no século XIX”, no qual a autora, citando Roland Barthes, defende que a

escrita e a linguagem se organizam segundo parâmetros que lhes são, aparentemente externos e não-imbricáveis

A linguagem, como a descreve Barthes em sua Aula Inaugural, é o objeto onde se inscreve o poder. Repetir a mesma linguagem faz com que o que se diz pareça natural e inato. A esta palavra que se gasta na repetição chama estereótipo. Isto quer dizer que certas ideias passam como verdade embora sejam simplesmente engendradas à sombra do poder. O estereótipo é a cristalização de um único sentido, a coerção de outros, da ambiguidade, imposta por uma ideologia (2005).

Desta forma, a linguagem, na sua prática, passa, além dos óbvios condicionantes étnico-nacionais e de vernáculo, por influentes como gênero, classe social, etc.; o que nos conduziria a leituras e escritas “masculinizadas” no sentido não apenas de ser planejada, construída e praticada por homens, mas por definir seus termos, suas temáticas e seus estilos segundo um universo masculino que as cerca e ampara¹²⁷.

A escrita feminina, entretanto, não pode simplesmente relegar a língua, a linguagem e viver alheia a ela. Deve de alguma forma apoderar-se dela para reconfigurar os discursos a que, tradicionalmente, ela atendia

Não se pode destruir a língua ou viver no seu exterior, mas pode-se desviá-la de seus sentidos estereotipados, jogar com os signos. O que se denomina estereótipo pode ser considerado uma verdade universal que cada época pretende alcançar. [Assim,] a literatura escrita por mulheres, especialmente nos séculos XVIII e XIX, faz parte justamente da tentativa de destituir a língua dos mecanismos de poder coercitivo estabelecido ao se opor aos estereótipos culturais. Tentativas de operar nas margens ou nas brechas da linguagem (TELLES, 2005).

Feitas estas considerações, partamos para a análise desta escrita “diferenciada”:

Não posso ocultar as minhas simpatias pela **mulher moderna** que luta, continuamente, pela vida para a independência de sua personalidade. A mulher desse **novo tipo** torna-se uma heroína merecedora de prêmio, por não sujeitar-se aos caprichos do homem e também à indissolubilidade do matrimônio, que se levamos em conta que a maioria dos casamentos se faz às cegas, sendo muito confusa e problemática a ideia que cada um dos cônjuges tem do outro. [...]

A **mulher moderna** precisa educar-se para atingir um grau superior de evolução social, não se assombrando com o fantasma do Caritô. [...]

Há vinte anos a intervenção da mulher na vida econômica do país era considerada uma infração à ordem normal das coisas. Mesmo os espíritos mais socialistas e cultos procuravam todos os meios de fazer a mulher regressar ao lar. Hoje, porém, somente os **espíritos puramente**

¹²⁷ Apenas à guiza de aprofundamento, podemos tomar como exemplos dessa construção linguística distinta no que concerne ao gênero, não só a responsabilização das mulheres por conflitos “novos” para a sociedade da época, mas a seleção de temáticas atraentes ao masculino para ocuparem as páginas dos jornais (guerra, política e esportes), a construção do estilo, a sobriedade estética do jornal etc.

retrógrados e reacionários, tolhidos pelos preconceitos e envolvidos na mais sombria ignorância, ousam reproduzir e ratificar essas opiniões há tanto tempo repudiadas e desmoralizadas. [...].

Na mulher, o amor constitui, apenas, uma parte da existência, cuja essência é algo mais sagrado e mais nobre.

O ideal social, a paixão pela ciência e pelas letras e a vocação pelo trabalho criador e fecundo são, justamente, o mais importante na vida prática, merecendo maior apreço do que todas as aventuras enlouquecedoras do amor.

[...]. A **mulher moderna** não se rebela, apenas, contra as cadeias superficiais que a prendem, mas, também, contra a escravidão amorosa a que grotesca psicologia de nossa época procura acorrentá-la.

Não que referir-me à luta pelo direito sagrado do amor, mas, sim, protestar, solenemente, contra a escravidão decorrente de um sentimento que na aparência dá a ideia de liberdade (grifo nosso)¹²⁸

Beatriz Veras, em 1936, era uma das poucas mulheres com o privilégio de ter suas matérias publicadas em um periódico recifense. Nossa autora procurava utilizar esse privilégio para quebrar com suas palavras uma construção discursiva que tendia, dentre outras coisas, a naturalizar a mulher como um ser que tem por objetivo de vida casar-se com um “bom partido”, tornando-se escrava do matrimônio e do amor, e temente do caritô¹²⁹.

O centro da queixa de Beatriz Veras é precisamente uma das associações mais tidas como naturais, estáticas e universais às mulheres – pelo senso comum e que encontra respaldo na “grosseira psicologia” de sua época: a de que ser mulher é antes de tudo amar, casar-se.

Dentro forma de pensar a que se contrapunha Veras, em algum momento da criação do “sexo feminino”, a divindade teria achado por bem imbuir o corpo da mulher com sentimentos, fragilidades e amores que os homens não compartilhariam. Dessa forma, via-se anulada a dimensão histórica do processo de construção do gênero; as mulheres perdiam suas ferramentas de luta: como mudar alguma coisa que sempre foi assim?

Ao contrário da evocação de naturalidade desse discurso, Rachel Soihet defende que os pressupostos como “fragilidade, recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal” (SOIHET, 2001, p. 3) vão se difundir e se fortalecer enquanto argumentos

¹²⁸ VERAS, B. A mulher moderna luta pela afirmação dos direitos de sua personalidade. **Jornal do Commercio**. Recife, 3 abril 1936.

¹²⁹ O caritô, segundo apuramos em conversas com senhores e senhoras que viveram no Recife daquela época, era um espaço onde tralhas e quinquilharias sem utilidade eram guardadas. Diz-se então que a moça no caritô encontra-se “encalhada”, sem marido que a queira.

da medicina social para naturalizar a o gênero feminino ao sexo somente a partir do século XIX.

Beatriz Veras resistia então à vontade de naturalização que queria impor-se sobre ela, e procurava mostrar que esta forma de pensar – a despeito da sua existência no jogo de práticas sociais – não mantinha mais a hegemonia que se pensava possuir: as mulheres modernas, de tipo novo, eram diferentes, não estavam reclusas ao matrimônio e ao amor. A sua crítica à associação mulher-amor parte de dois pontos principais: 1) o discurso acerca do amor é uma instância de poder¹³⁰, que, ao contrário do que comumente é dito, somente “na aparência dá a idéia de liberdade”; 2) ainda que o matrimônio fosse a solução para a vida das mulheres, o amor dificilmente entraria nele, pois “a maioria dos casamentos se faz às cegas, sendo muito confusa e problemática a idéia que cada um dos cônjuges tem do outro”.

Para Veras, a mulher moderna é aquela que, percebendo falhas na associação mulher-amor, “luta [...] para a independência de sua personalidade”, que deveria se construir independente da presença do cônjuge e do matrimônio em sua vida. É, portanto, uma mulher que não teme o caritó; que destina-se ao “ideal social, a paixão pela ciência e pelas letras e a vocação pelo trabalho criador e fecundo”.

Mas então por que as próprias mulheres manteriam este desejo acerca do amor? Bem, porque, provavelmente, ele, mais ou menos, funcionava para muitas delas. Se o discurso associativo mulher-matrimônio-amor perdurava, era justamente porque a função que ele dispensa às mulheres concedia, a uma parte considerável delas, a chance de uma “boa” recompensa social.

Veras entendia bem que, não obstante o seu poder como jornalista do principal periódico da época, era restrito o alcance que suas idéias tinham, no sentido de que ele não teria podido mudar o contexto em que se inseria da noite para o dia: “A mulher moderna precisa **educar-se** para atingir um grau superior de evolução social, não se assombrando com o fantasma do Caritó” (grifo nosso). A mulher moderna precisava então educar-se, esforçar-se para atingir um grau que lhe permitisse não mais assombrar-se com o caritó. E o primeiro passo para esta reeducação já teria sido dado, com as letras da própria Veras.

¹³⁰ O discurso amoroso é apenas um dos tipos dentre os vários discursos utilizados para convencer as mulheres a se comportarem dentro do “desejado”.

Entretanto, o desenvolvimento de uma “reeducação” como esta esbarrava em dificuldades adicionais, já que afora os escritos de Beatriz Veras e algumas outras poucas mulheres, a produção de textos sobre o gênero feminino, as mulheres e sua condição permanecem marginalizadas na imprensa recifense dos anos 1930: em geral, o que acontecia era uma escrita heterônima, com mulheres sendo descritas e julgadas por homens em suas matérias em jornais e revistas¹³¹. Como já dissemos anteriormente, aqui não são tanto as representações do feminino na escrita dos jornalistas recifenses que nos interessam; mas a própria construção discursiva acerca do feminino na escrita das mulheres, percebendo as formas como ela se dava através de parâmetros como temática das matérias, espaço no periódico, quantidade de escritoras, periodicidade das colunas, etc.; notando também as diferentes condições e possibilidades de escrita presentes em cada um dos periódicos e entre as autoras.

Não pense o(a) leitor(a), entretanto, que havia um periódico próprio para que elas escrevessem, ou que as notícias publicadas por elas encontravam lugar fácil nesses importantes jornais: nosso esforço para chegar até essas matérias não deve nada ao dos garimpeiros quando buscam o ouro. O máximo que acontecia naquela época é que, algumas vezes, elas conseguiam uma coluna exclusiva para publicarem seus escritos; espaço que, no **Jornal do Commercio**, chamava-se de “Página Feminina”.

É bem verdade que durante a década de 1920 e o *boom* de revistas de novidades, surgiu uma certa **Vida Feminina**, que, a crer em Luiz do Nascimento, tinha por objetivo inserir o Recife no mapa das cidades que tinham semanários modernos escritos para mulheres modernas. Contudo, os únicos três números da **Vida Feminina** foram publicados durante 1925, sem que a revista conseguisse atingir um número razoável de vendas. Não obstante: seu corpo editorial era composto apenas por homens.

A “Página Feminina”, do **Jornal do Commercio**, começou a ser editada em setembro de 1929, sob a responsabilidade de Edna Leite Gueiros, única mulher no corpo editorial do jornal, que contava também com a colaboração de Iraci Ipirapuan

¹³¹ Para mais informações sobre a presença das mulheres na escrita dos homens recifenses, veja BARROS, N. **As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife dos anos vinte**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007

Lopes; Isnar Moura; Edwiges de Sá Pereira, dentre outras. Edna Leite Gueiros, Edwiges de Sá e Isnar Moura eram mulheres de grande destaque na cena intelectual local, não só pelo lugar de importância que ocupavam nos jornais, mas, sobretudo, por sua atuação fora deles.

Besse encara esta questão como concernente à estrutura das classes média e alta, ao considerar que “as necessidades econômicas e as normas sociais em mudança davam às mulheres da classe alta e média novas oportunidades de educação superior e de emprego remunerado” (BESSE, 1999, p. 8). Estas novas necessidades tinham a ver, especialmente no caso de Pernambuco, com crises financeiras relacionadas ao esgotamento de setores tradicionais para a economia local, como a cana, fazendo com que as famílias tivessem de se deslocar para a cidade – onde existiam diferentes e novas regras sociais – e/ou mudar-se dentro da mesma cidade, além de ter de contar com toda a fonte de renda possível.

Neste novo cenário, “as mulheres instruídas das famílias da elite ingressavam nas profissões; nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil apresentava uma minoria pequena mas notável de médicas, advogadas, escritoras e artistas mulheres, e até mesmo algumas engenheiras e cientistas” (BESSE, 1999, p. 8). As jornalistas e escritoras dos periódicos recifenses são exemplos desta “minoria pequena”.

Isnar Moura foi a primeira jornalista a exercer profissão, colaborando eventualmente com o **Jornal do Commercio**, onde publicava suas poesias e crônicas, numa época em que o exercício da profissão por uma mulher estava carregado de preconceitos¹³². Edna Leite Gueiros, como era comum às mulheres daquela época que atuavam no espaço público, tinha formação em magistério, atuando como professora, poetisa e jornalista. Defendeu o voto feminino e lutou por uma melhor condição das mulheres, valendo-se da imprensa para tanto (ARAÚJO, 2003, p. 5 e 12). Edwiges de Sá também atuava como professora, normalistas, jornalista e poetisa, abrindo espaços para a atuação de outras intelectuais pernambucanas e brasileiras. Foi a primeira mulher a escrever regularmente num periódico recifense, dando sua contribuição para o **Jornal do Commercio** desde 1924, além de ser a primeira mulher agraciada com uma cadeira em uma Academia, ocupando o assento número 07 da Academia Pernambucana de Letras, em 13 de

¹³² Mulheres que marcaram a História de Pernambuco. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 mar 2008. Disponível em: <<http://mochiladahistoria.blogspot.com/2008/03/08-de-marco-dia-da-mulher.html>>. Acesso em: 11 abril 2009.

maio de 1920¹³³. Tornou-se reconhecida por seus estudos acerca da condição feminina e da atuação das mulheres na construção da Paz no pós-guerra, ideias que expôs em suas obras “Pela mulher, para a mulher”¹³⁴, “A influência da mulher na educação pacifista do Pós-guerra”¹³⁵, e nos artigos que escrevia para o **Jornal do Commercio**.

A atuação de Edwiges de Sá não parou por aí. Sua preocupação com a condição da mulher a levou a fundar em 1931, junto com outras 65 pessoas, entre homens e mulheres, a “Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino”, que atuava como instituição pró-direitos das mulheres, e cujas sessões extraordinárias eram realizadas no salão nobre do Club Internacional do Recife¹³⁶, importante local de lazer das classes médias da época.

Assim, a participação das mulheres na imprensa dava-se de maneira muito restrita, posto que somente as intelectuais de maior destaque na cidade conseguiam espaço, ainda que pequeno, nos periódicos locais.

Na época em que nossas damas escreviam, a “Página Feminina” saía aos domingos, com uma página apenas. Nela, homens e mulheres se dividiam na produção de matérias que versavam sobre o que se esperava compor o “valor-notícia” das mulheres que liam os jornais: moda, casamentos, direitos das mulheres, e crônicas sobre o cotidiano das mulheres recifenses e de fora.

Além de matérias de escritoras pernambucanas, com maior “valor-notícia” devido à proximidade/distância, apareciam escritos de autoras estrangeiras ou de outros estados, que ganham “valor-notícia” devido a sua importância/interesse. Um bom exemplo é a crítica sobre os pronunciamentos da “ilustre dama russa” Alexandra Kollontai sobre as moças modernas do pós-guerra.

As jornalistas pareciam estar certas acerca do que as leitoras esperavam ver publicado no jornal, pois em 25 de janeiro de 1930, o **Commercio** publicou um editorial em que avisava: a partir dali, a “Página Feminina” seria lançada aos domingos e não mais às terças-feiras, traria uma página extra, dedicada à Moda;

¹³³ Coleção Pessoal “Edwiges de Sá Pereira”, disponível na Fundação Joaquim Nabuco-PE.

¹³⁴ GUEIROS, E. Pela mulher, para a mulher. Recife, 1932. Disponível na “Coleção Pessoal Edna Leite Gueiros”, no Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco.

¹³⁵ GUEIROS, E. A influência da mulher na educação pacifista. Recife, s/d. Disponível na “Coleção Pessoal Edna Leite Gueiros”, no Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco.

¹³⁶ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino: atas das sessões extraordinárias, disponível na “Coleção Pessoal Edna Leite Gueiros”, no Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco-PE.

tudo isso graças à “acolhida que a Página feminina vai tendo da parte de nossas gentis leitoras”¹³⁷.

Apesar da confirmação que este editorial trazia acerca das expectativas dos(as) jornalistas com a página e a boa recepção que ela estava encontrando junto ao público, o hiato entre a “Página Feminina” e o público não durou muito, pois, por razões políticas, o jornal deixou de circular entre 1930 e 1934.

Durante o hiato do **Commercio**, os espaços de publicação das intelectuais pernambucanas sofreram um forte deslocamento, uma vez que os outros veículos presentes no Estado não ofereciam as mesmas oportunidades que aquele periódico.

Ainda em 1930, o **Diário de Pernambuco**, maior e mais importante periódico pernambucano da época, não partilhava das mesmas convicções editoriais do **Jornal do Commercio**, uma vez que não trazia em suas páginas um espaço dedicado à mulher e ao mundo feminino.

No **Diário**, as matérias das escritoras – com um número bem menor de contribuintes – eram encontradas de maneira fragmentada ao longo do jornal, não havendo a mesma regularidade de publicação que descrevemos no **Commercio**; e, embora houvesse uma coluna intitulada “Feminina, modas-elegância-mundanismo”, ela não chegava nem perto *locus* que formava a “Página Feminina”.

A mudança na forma de fazer jornalismo no **Diário** deu-se somente com a entrada do periódico na “Sociedade Anônima Diário de Pernambuco”, federada aos “Diários Associados Ltda”, controlada por Assis Chateaubriand, que comprou o **Diário** por acreditar que assim fortaleceria sua tentativa de criar uma imprensa nacional que fosse moderna e atendesse à construção do Estado enquanto nação (NASCIMENTO, 1968, p. 152).

Dali em diante, o **Diário** passou a receber um volume muito maior de contribuições de fora de Pernambuco e mesmo do país, abrindo cada edição, por exemplo, com um artigo escrito pelo próprio Chateaubriand. As colunas também foram modificadas, com a inserção, ainda em 1930, dentre outras seções, da dominical “Para as senhoras e senhorinhas”, a cargo de Celeste Dutra, que, apesar da sua breve existência, foi o primeiro espaço dedicado no jornal à pena feminina; e, em 24 de setembro de 1933, quando surgiu um suplemento dominical com quatro

¹³⁷ Nossa Página Feminina. **Jornal do Commercio**. Recife, 25 jan. 1930.

páginas, que se tornariam ilustradas a partir de 1936, sendo uma delas dedicada à moda e a beleza da mulher (NASCIMENTO, op. cit., p. 153-163).

Na coluna “Para as senhoras e senhorinhas”, bem como na “Crônica Feminina” que saía às quintas-feiras, ou a página dominical “Mulher”, os temas das notícias e crônicas escritas pelas mulheres eram semelhantes aos do **Commercio** de início de década, inclusive, na maioria das vezes, a forma de tratar as notícias, posto que as escritoras do **Diário de Pernambuco** – que não temos como verificar com precisão quais eram as recifenses e quais não eram – tendiam à conciliação, procurando unir as expectativas das mulheres modernas a certas características que julgavam naturais ao “sexo frágil”, reconhecendo na biologia elementos presentes em todas as mulheres.

Um dos pontos que destoavam da curva de construção temática nas diversas páginas e colunas femininas relacionadas à mulher moderna, ao casamento e à estética, é a forma como, em 1937, Mariteresa, na “Crônica Feminina” procura orientar as mulheres quanto ao comportamento num sentido mais amplo, fazendo com que este tipo de espaço se destine à educação das leitoras. Daí, a imprensa feminina ganhava novas vestes: podia ser utilizada como instrumento pedagógico acerca não só da conscientização para a luta por direitos iguais, mas em relação ao que acontecia no cotidiano das leitoras.

Desta forma, Mariteresa dividia com as suas leitoras suas preocupações e orientações acerca dos brinquedos modernos que seus filhos podiam usar, dizendo para elas que evitassem presenteá-los com as “máquinas infernais”, cópias dos arsenais de guerra¹³⁸; repartia as impressões sobre as leituras que julgava boas para o espírito feminino, aconselhando-as a procurarem “compêndios de boa conduta [...], revistas que possam contrabalançar os efeitos da propaganda dos cinemas [...], [e] romances que não sejam tolos”¹³⁹.

No **Jornal do Commercio**, quando ele voltou a ser publicado quase no final de 1937, matérias de cunho educativo também eram publicadas com maior abundância na “Página Feminina”, abordando temáticas como ablactação, desmame, saúde dos bebês, etc. Contudo, o tom continua sendo sobretudo político,

¹³⁸ MARITERESA. Brinquedos Modernos. Crônica Feminina, **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jan. 1937, p. 06.

¹³⁹ MARITERESA. Leituras sadias. Crônica Feminina, **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 abril 1937, p. 06.

cheio de matérias objetivando promover a mulher moderna e criticar a perspectiva naturalizante do sexo.

Neste sentido, a presença de Edna Leite Gueiros é muito interessante, pois ela passa de uma série de matérias sobre as mulheres modernas, suas características, aspirações, desafios, defendendo uma modernização da mulher, com sua “independência, resolução, coragem para enfrentar a vida”, que não a afaste da “sua tarefa do lar”¹⁴⁰; a um escopo de notícias sobre temas mais gerais, não necessariamente ligados às mulheres e à luta por igualdade entre os sexos.

Vemos então que não havia unanimidade no discurso das escritoras de nenhum dos dois jornais, posto que algumas, como Beatriz Veras, defendiam uma desnaturalização mais forte do sexo, não reconhecendo em nenhum fator natural/biológico as pretensas sensibilidades e amorismos femininos; enquanto outras, como a Edna Leite Gueiros e a Mariteresa, procuravam conciliar as reivindicações da mulher moderna com certos comportamentos tradicionais, atestando a existência de valores naturais/universais, comuns a todas as mulheres.

Enquanto Edna Leite Gueiros passou, sobretudo a partir de 1935, a centralizar as ações da “Página Feminina”, escrevendo os artigos de maior destaque nas edições daquela seção no ano, que nem sempre versavam sobre temas exclusivamente “femininos”, transformando a “Página Feminina” em um espaço onde se podia ler também sobre a Guerra, a modernidade numa dimensão mais geral, além de crônicas e matérias sobre o cotidiano da cidade¹⁴¹; Beatriz Veras agarrava-se à orientação política, de intervenção através do discurso no cotidiano da cidade, como no domingo, 17 de maio de 1936, quando escreveu para a “Página Feminina” a matéria “Pelo progresso da mulher na sociedade”. Nela, Beatriz Veras defendeu a maior participação das recifenses na sociedade e no espaço público.

Para Beatriz Veras, um dos principais pontos sobre o qual as leitoras deveriam protestar era o da naturalização do amor como característica essencialmente feminina, sendo a quebra desta naturalização o ponto determinante para que se construíssem como novas mulheres:

A **nova mulher** entra na vida com exigências próprias, protestando contra a escravidão a que a querem jungir a família e a sociedade – esta

¹⁴⁰ GUEIROS, E. A mulher moderna. Página Feminina, **Jornal do Commercio**, Recife, 06 jan. 1935.

¹⁴¹ De 1935 em diante, Edna Leite Gueiros escreverá matérias sobre suicídios, conflagrações internacionais, paz mundial, religião, superstição, etc.; todas elas publicadas na “Página Feminina”.

representada por preconceitos caducos – mostrando que sabe bater-se pelos seus direitos, cõscia de sua utilidade em todas as modalidades da vida hodierna. [...].

Não procura [a mulher moderna], no amor, a finalidade da vida e sim o que é corrente entre os homens: um pouco de repouso e poesia para o espírito. Não reconhece, mesmo, ao homem amado, o menor direito sobre ela¹⁴².

Durante o ano seguinte, as discussões no **Commercio** continuaram ao redor das mulheres modernas, resistindo à presença não ignorável do jornalismo pedagógico, de crônicas sobre o cotidiano da cidade e matérias dedicadas aos temas “clássicos” do amor/matrimônio e beleza/estética.

Contudo, com a proximidade da Guerra, as matérias dos dois periódicos começaram a se voltar cada vez mais sobre a conflagração, num processo semelhante ao que já tinha acontecido na década de 1910; o que leva a um certo abandono/deslocamento das notícias e das colunas para tratarem de temas relacionados à guerra. Assim, mesmo a resistente Beatriz Veras, que depois do ano dourado de Edna Leite Gueiros tornou-se a principal contribuinte da “Página Feminina”, cedeu, passando a escrever menos e menos matérias sobre as mulheres modernas, suas lutas e direitos. Dali em diante, todos os “valores-notícia” seriam abafados pelo proeminente peso que a Guerra adquiriu no dia-a-dia da cidade, que, a crer na imprensa, via aquele acontecimento como se ele se desse no quintal de casa.

Fosse como fosse, até a Guerra, algumas mulheres ocuparam espaço de prestígio na imprensa pernambucana, que utilizaram como instrumento de luta nas suas reivindicações por ampliação de direitos e fim de preconceitos. Mas não se restringiram a escrever notícias apenas para as mulheres: a partir da metade da década de 1930, sobretudo no **Jornal do Commercio**, mulheres como Edna Leite Gueiros e Beatriz Veras tornaram-se referências a serem lidas sobre temas internacionais e locais, com suas crônicas sendo publicadas numa “Página Feminina” que deslanchava de sucesso, sendo a principal seção do jornal de domingo, dia em que os familiares das classes médias urbanas se reuniam para juntos lerem as novidades, passando, obrigatoriamente, por aquelas folhas cheias de imagens e boas histórias, que compunham a “Página Feminina”.

A incursão pelo mundo das relações de gênero nesse capítulo se justifica de maneira análoga as nossas caminhadas pela imprensa e modernidade no primeiro

¹⁴² VERAS, B. Considerações em torno da mulher moderna. Página Feminina, **Jornal do Commercio**, Recife, 16 ago. 1936.

capítulo. Para a composição da análise do amor, no terceiro capítulo, precisaremos do instrumental discutido até então, pois as formas e práticas de amar estavam extremamente ligadas às mudanças provocadas pelos elementos modernos na cidade, e às discussões acerca do gênero que tinham a imprensa por palco. Ou, em outras palavras: precisaremos do cenário que montamos no primeiro capítulo e das personagens que descrevemos no segundo.

CAPÍTULO 3

O CORAÇÃO QUER O QUE O CORAÇÃO QUER

Sua boca me cubra de beijos! São mais suaves que o vinho de tuas carícias,
E mais aromáticos que teus perfumes
É teu nome, mais que perfume derramado;
Por isso as jovens de ti se enamoram.
Leva-me contigo! Corramos! (Salomão 1: 1-5)

Estes escritos de Salomão no Antigo Testamento, mais conhecidos como “Cântico dos Cânticos”, estão entre um dos registros mais antigos produzidos no Ocidente acerca do amor. Contam a história do amor entre uma graciosa e formosa pastora e seu belo e nobre amado que se conhecem, apaixonam-se, declaram-se e amam-se em um jardim de lírios. Apesar da distância temporal, trazem uma série de metáforas, simbolismos e valorações amorosas que não nos são estranhas: a associação entre amor e gozo, alegria; a ligação entre o amor e o ciúme; a valorização da beleza, que se expressa por meio da pele, do rosto, do perfume e da voz; comparação da mulher com flores e frutos; descrição do amor como uma força sobrenatural, incompreensível e inapelável – “arrebataadora” – que toma o coração dos amantes a despeito de suas vontades; e assim por diante.

Entretanto, apesar do inegável prestígio que a Bíblia adquiriu no Ocidente, os escritos de Salomão permanecem de certa forma distantes quando se pensa no amor. Especialmente quando se pensa no amor enquanto um ideal, e não algo vivido. Isto provavelmente se deve ao banquete de Platão, que é tomado como base maior para muitas das nossas discussões e expressões acerca do amor, apesar de muitas vezes não nos darmos conta disso. Ao longo do banquete, os personagens descritos por Platão se empenham em discussões acerca dos aspectos e das facetas de Eros e Afrodite, com Sócrates valendo-se de sua maiêutica para desafiá-los a reverem suas definições e pensarem o amor guiados por uma visão filosófica.

Dentre outras coisas, no banquete são estabelecidos (ou retomados em um registro escrito) alguns dos nortes da nossa compreensão mediana acerca do amor. Mais especificamente a sua divisão em três diferentes modelos, cada um concernente a uma das formas de amar diferentes amásios(as): *ágape*, *Eros*, *philia*. O primeiro é o amor correspondente ao bem-querer puro que somente a alma é capaz de criar. Seu destino é normalmente um ser específico, por quem o(a) amante

nutre características como admiração e estima. O segundo é o amor que emana do corpo quando contemplamos algo belo, sensual, que nos desperta o interesse. Este amor pode ser dirigido para diferentes objetos e fins, não sendo exclusivo. Por fim, a *philia* é certamente o amor mais abrangente e suave de todos. Trata-se do “amor da mente”, que dirigimos a amigos, familiares, a nossa cidade, a nossa pátria, enfim.

Vários dos(as) antropólogos(as), psicólogos(as) e historiadores(as) que pensaram o amor, o fizeram (alguns mais, outros menos) dentro de prismas conceituais, modelos descritivos e metafóricos semelhantes aos encontrados no Cântico dos Cânticos e no Banquete de Platão, partindo quase sempre de uma compreensão idealizada, otimista e etnocêntrica do amor enquanto um aspecto universal, presente em todas as culturas, bastando tão somente procurar suas diferentes facetas e formas de expressão. E não somente eles: o senso comum trilha o mesmo itinerário.

Assim, de maneira semelhante a estes registros fundamentais, entendia-se o amor a partir de sua forma mais “básica”, Eros, o impulso carnal que atrai os seres para que procriem, constituam família, preservem a espécie e assim por diante. Numa relação entre dois amantes, buscava-se a presença tanto do ágape quanto do Eros, e no amor entre irmãos, procurava-se a *philia*. Desta forma, conduzia-se não somente a pesquisa, mas o fortalecimento destes mitos, ainda que sob palavras diferentes (como paixão, por exemplo). O amor era então renegado a nichos de pesquisa bastante específicos, que envolviam especialmente o gênero e a sexualidade, sendo encarado como um bem secundário e dependente, um subproduto derivado de outras categorias de análise. Ademais, quase sempre elegia-se a arte como fonte, seja a literatura, seja a escultura, seja a pintura, por achar-se – dentro de um dos inúmeros mitos que o Ocidente criou acerca do amor – que o amor é uma dádiva dos poetas e das mulheres; uma dádiva que somente a arte pode apreender da maneira correta.

Com o tempo, a condução de pesquisas em ciências humanas acerca do amor levaram os(as) pesquisadores(as) a evidências empíricas que desafiaram-nos a respeito de pontos seguros como os acima. Pesquisadores como Flandrin (1986) perceberam que entre os franceses, palavras como amor (*amour*), casamento (*mariage*) e paixão (*passion*) tiveram uma criação relativamente recente na história, sendo atribuídos muitas vezes a expressões emocionais, crenças ou atitudes

diferentes das que o pesquisador encontrou em seu próprio século. Theodore Zeldin (2008), estudando o mesmo espectro, chegou a resultados semelhantes, que lhe permitiram falar inclusive da criação e modificação de diferentes tipos de emoções dentro da história dos franceses. Contudo, a conclusão mais surpreendente a respeito do estudo das emoções em antropologia e história é com efeito a de Röttger-Rössler (2008) sobre os makacêses e o seu *garring lolo*: doença mágica de origem semelhante ao nosso “mal-olhado”, que assola sobretudo os/as jovens makacêses e cujos efeitos são os mesmos do que nos chamamos (e valorizamos) como paixão – quem estaria certo: nós ou eles?.

Diante de evidências como esta, os pesquisadores tiveram de rearranjar suas ferramentas teóricas e metodológicas de maneira a ultrapassar a simples relação universal/particular que os conduzia a rastrear as diferentes expressões, discursos, etc. das emoções; e chegar finalmente à compreensão de que as emoções são categorias históricas, tal qual a escravidão, por exemplo: tiveram uma criação temporal, certamente impossível de ser verificada, mas bastante específica, no sentido de não terem sido desenvolvidas por todas as culturas, em todos os momentos históricos; sendo criações circunscritas aos modos de ser, estar e fazer de determinadas culturas. Evidentemente, por estarmos inseridos numa cultura que valoriza tanto uma série de comportamentos emocionais normalmente descritos como “amor”, caminhar por uma trilha como estas oferece uma série de perigos, que podem muito bem ser resumidos a dois: reconhecer-se tanto no objeto de pesquisa que a análise torne-se impossível ou inviável; ver-se separado de idealizações amorosas que de certa forma confortam e alentam.

Ao longo deste capítulo, não serei tão pretensioso a ponto de querer fazer um trabalho como estes que descrevi acima. As fontes, o tempo e os recursos escassamente disponíveis (dificuldade de encontrar interlocutores, falta de acesso a livros e a documentos semelhantes ao utilizados por eles, dentre outras coisas) são impedimentos por hora intransponíveis. Entretanto, eu compartilho de expectativas e crenças semelhantes – baseadas nas experiências de pesquisa com fontes secundárias e primárias –, as quais tem a ver, basicamente, com o entendimento de que o estudo das emoções pode contribuir para construir novas formas de vivê-las e encará-las, bem como de entender a formação do “regime emocional” no qual

atualmente nos inserimos. E isto pode, certamente, ser dito de quaisquer outros estudos em História.

De agora em diante, minha atenção estará voltada para o “regime emocional” que se formou no Recife durante os anos 1920 e 1930, a partir das leituras dos periódicos mais importantes da época, mais as poucas (mas valiosíssimas) fontes orais que pude coletar. Diferente dos outros capítulos, porém, este não será dividido de acordo com a cronologia, mas segundo a análise das práticas e discursos que tornavam (ao menos nos dizeres dos periódicos) o amor de *ontem* (o amor moderno, dos anos 1920 e 1930) diferente do amor de *outrora* (o amor tradicional, das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX).

No transcorrer deste esforço, perceberemos que será difícil, senão impossível, classificar os amores discutidos nos periódicos dentro das opções existentes no que Boehm (1980 apud RÖTTGER-RÖSSLER, 2008, p. 194) chama de “definições populares” e que são, grosso modo, aquelas que discutimos no início deste capítulo – Agape, Eros, Philia. Isto porque há nas práticas e nos discursos sobre o amor elementos que caminham de uma classificação para outra. Na busca por uma definição do tipo de amor com o qual nos preocuparemos aqui, posso apenas dizer, de maneira ainda imprecisa, que será perceber a formação de um “regime emocional” ao redor de “o que o coração quer” – o amor enquanto uma emoção que atrai dois seres, os quais nutrem reciprocamente um conjunto de sentimentos como carinho, desejo, admiração, e assim por diante, por meio da mediação do que convencionamos chamar de “coração”, para muito além de meramente um órgão semelhante a uma pulsante bomba vermelha de tecido muscular. Ou seja, de um coração que também foi criado dentro das relações sócio-culturais.

Para facilitar a compreensão do texto, divido este capítulo em duas partes. Na primeira falaremos sobre a formação do regime emocional dos anos 1920 e 1930, focando os discursos sobre o que é o amor, por meio das opiniões modernas e tradicionais. Na segunda, focaremos as novas práticas amorosas e a relação delas com as invenções modernas. Isto não quer dizer que estas duas coisas acontecessem de forma distanciada ou independente (tampouco que eu as entendo assim), apenas que para fins de organização e didática será melhor apresentar o trabalho desta maneira.

1. A construção do regime emocional recifense e as disputas entre o amor moderno e tradicional

Um dos pontos pacíficos nos estudos em Antropologia e em Sociologia é que todo grupo sócio-cultural se organiza de acordo com leis, limites e garantias ao que fazem os indivíduos dentro do grupo. Regras culturais e sociais que vão desde a produção artística até a forma de lidar com os transgressores, passando certamente pela forma de tratar as emoções dentro do grupo social, o que os(as) autores(as) especialistas no assunto chamam de *regime emocional* (REDDY, 2001) ou *comunidade emocional* (ROSENWEIN, 2002).

Segundo a definição de Reddy (2001, p. 55), regimes emocionais (*emotional regimes*, no original) são espaços emocionais dentro de culturas e grupos humanos, criados com o objetivo de controlar as formas emocionais, definindo diferentes **valorações** para cada emoção (e suas diversas expressões), tendo em vista atender/sancionar as expectativas individuais. Desta forma, o regime emocional (ou um enorme superego, para usar um termo da psicanálise) determina como, quando e de que forma os desejos individuais podem ser atendidos sem prejuízos para a coletividade (REDDY, 2001, p. 60-62). Um regime emocional institui, portanto, quais **objetivos emocionais** (*emotional goals*, no original) são pertinentes, quais emoções devem ser vistas com **aversão** e quais devem ter seu **apetite estimulado**, bem como os limites de **valência** dentro dos quais é possível se expressar uma emoção (REDDY, 2001, p. 21-23). No nosso caso, perceberemos que o amor tem por objetivo hegemônico no regime emocional recifense vintista e trintista o casamento e a constituição de família; é uma emoção de apetite estimulado, cuja valência encontra seus limites no ciúme violento e no hedonismo, que são, por sua vez, emoções adversas e de baixa valência, pois seus objetivos são meramente a destruição do ser amado(a) quando este torna-se infiel, e a obtenção de prazer, tornado a emoção coincidente com seu objetivo.

Embora a literatura em filosofia e em psicologia tenha tendido para a associação estática entre ciúme e amor (ROUGEMONT, 2003), esta não é certamente uma junção correta para todos os grupos, ao longo de toda a história – e a forma como os(as) jovens do século XXI estabelecem relações *ficando*, e como eles lidam com o ciúme já parece ser suficiente para defender este argumento. O

ciúme como um elemento do amor faz parte de regimes emocionais bastante específicos, bem como sua valorização como algo, até certo ponto, desejável dentro de um relacionamento.

A presença recorrente de crimes motivados pelo ciúme, o elevado índice de processos por crimes passionais e a presença de artigos sobre honra e o direito do homem separar-se da mulher cuja virgindade tenha sido perdida antes do casamento são indicativos de que o ciúme era um componente presente nas práticas amorosas dos(as) recifenses vintistas e trintistas. Isso não quer dizer, entretanto, que o ciúme fosse necessariamente algo que se desejasse no amor.

Isto nos revela um traço bastante importante a respeito da construção dos regimes emocionais: as práticas amorosas não tem a ver, necessariamente, com os objetivos que a comunidade emocional elege. Em outras palavras, embora o ciúme não fosse algo valorizado como ideal amoroso, ele era certamente um item presente nas práticas amorosas. Reddy e outros argumentam que isto acontece por causa do difícil balanceamento existente entre os desejos, os ímpetos e as vontades dos indivíduos dentro de um regime, e as concessões que eles tem de fazer para manter este mesmo regime funcionando: conflitos entre instâncias distintas do eu e da sua interação com os outros; conflitos entre coisas que, grosso modo, os psicanalistas convencionaram chamar id, ego e superego.

Contudo, estas considerações não explicam por que uma mesma faceta de uma emoção pode flutuar de desejável a indesejável. No caso particular do Recife nos anos 1920 e 1930, a resposta parece estar localizada em outra emoção e na sua forma mais característica de expressão: a raiva e a violência. Vários autores (DEMAUSE, 1982; ELIAS, 1994b, 1995; STEARNS, apud ROSENWEIN, 2002) já se debruçaram sobre a relação entre a tentativa de controle do coração e das emoções, e o desenvolvimento da Civilização Ocidental. Na leitura desses autores, os indivíduos inseridos na Civilização Ocidental caminharam no sentido de tentar “controlar o coração”, fazendo com que os traços mais fortes e arrebatadores das emoções fossem amainados e controlados. Esta tentativa foi referendada pela vontade de controlar os elementos que aproximam os seres humanos de outros animais, para torná-los cada vez mais civilizados, fazendo com que a violência ciumenta passasse a ser encarada como indesejável e perniciosa para o mulher e o homem civilizados.

Em outros pontos deste trabalho já discorremos a respeito do repúdio de jornalistas das mais variadas frentes (jornais e revistas) a respeito dos homens que assassinavam ou espancavam suas amásias motivados por ciúmes, e como o repúdio estava associado ao “barbarismo” destes crimes, incompatíveis com uma cidade moderna e civilizada como o Recife. Esta forma de pensar não foi, como já dissemos, suficiente para dissociar ciúme e amor

Silencioso ou expansivo, calmo ou violento, educado ou escandaloso – o ciúme tem todas essas modalidades – ele vibra no coração da humanidade. E o amor do homem – a namorada, a amante ou a esposa (pois que o amor não distingue tais convenções) – é colocado bem alto, tão isolado de tudo, que ele não admite que outros olhos o olhem, nem ao menos que (como se isso fosse possível) pensamentos de outrem se fixem sobre o projeto em torno daquilo que se lhe tornou pensamento constante. Egoismos? Seja. **É ciúme: é o amor** (grifo nosso)¹⁴³.

Em seu discurso, Andrade admitia vários tipos de ciúme: silencioso ou expansivo, calmo ou violento, educado ou escandaloso. Localiza sua origem no amor do homem pela mulher, que o impede de aceitar que outro se coloque entre os dois. Constrói uma relação sintética e direta entre ciúme e amor: um é o outro, e o outro é um. Aquele que ama não pode, portanto esquivar-se de ser ciumento.

No mesmo ano da matéria de Andrade, Pamplona escreveu a matéria para o **Diário de Pernambuco** em que faz coro ao colega e ao time dos que achavam o ciúme algo desejável, que apimenta e complementa o amor

Há quem o pinte em cores tenebrosas, há quem o imagine doce e belo, julgando-o imprescindível à perfeição do amor. [...] Se o ciúme é a causa de muita desgraça pelo menos provoca, também, grandes alegrias e completa, de certo modo, o sentimento amoroso¹⁴⁴.

O mesmo ciúme que provoca coisas tenebrosas é o que traz alegrias. Pamplona completa: “A civilização não consegue domar o egoísmo humano; para a satisfação amorosa é necessário que ele exista”¹⁴⁵ – por maior que fosse a tentativa de controle, o coração sempre daria uma volta na civilização e continuaria a tentar atender seus desejos, a obter o que lhe dá prazer.

¹⁴³ ANDRADE, H. O ciúme. **Jornal do Commercio**. Recife, 1º out. 1937.

¹⁴⁴ PAMPLONA, M. S. O mal do ciúme. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 jul. 1937, p. 2.

¹⁴⁵ op. cit.

A pesquisadora Anne-Marie Sohn concorda que as coisas mudaram, pois a partir do período entre as guerras, “Para a opinião pública, o marido violento não era mais o senhor, mas um homem brutal, desaprovado” (SIMMONET, SOHN, 2003, p. 137).

Esta forma de perceber o ciúme e o amor como conexos tem a ver com outro mito que adquiriu força no Ocidente. Exploramos este mito da emoção amorosa no início deste capítulo e retomaremos agora.

Há pouco tempo, a conceituada revista **National Geographic** (Brasil) publicou uma matéria sobre a química e biologia do amor¹⁴⁶. Em outras palavras: aquilo que acontece no microverso que forma nossos cérebros e nossos corpos quando amamos. Um das conclusões foi particularmente interessante – amar é algo próximo da loucura, tanto nas características biológicas, quanto nas reações químicas provocadas no corpo: “O amor e o transtorno obsessivo-compulsivo podem ter um perfil químico similar. Tradução: pode ser difícil distinguir entre amor e doença mental. Tradução: não seja tolo, evite”¹⁴⁷.

O amor e os transtornos obsessivos-compulsivos guardariam entre si não somente o desequilíbrio nos níveis de serotonina (neurotransmissor que, dentre outras coisas, é responsável pela regulação do sono, do apetite e do ritmo cardíaco), mas as alterações comportamentais provocadas por ele. Obsessivos-compulsivos e amantes centrariam suas atenções nos objetos/seres que provocam o desequilíbrio, apresentando pouco ou nenhum interesse por outras coisas da sua vida, chegando, inclusive, a apresentar comportamentos bastante distintos do “regular” quando diante da coisa amada, compulsionada – o que reforça o ponto de vista dos makacêses e a sua interpretação de tais reações como próprias de uma doença com origem em magia má (*garring lolo*), e não em uma emoção.

A que retornamos com isso? Ao mito de Eros, do Cupido todo-poderoso que submete seus alvos a uma paixão desenfreada. Sim, paixão. O amor arrebatador e incontrolável imortalizado e consagrado em inúmeras expressões culturais do Ocidente.

É preciso dizer, entretanto, que o amor moderno não trazia as mesmas relações de apetite e de valência que o amor tradicional em relação ao ciúme (bem

¹⁴⁶ SLATER, L. A fórmula do amor. **National Geographic** (Brasil). São Paulo: Abril, fev. 2006, p. 36-53.

¹⁴⁷ op. cit., p. 43.

como em relação a outros elementos). As melindrosas e as modernas, os almofadinhas e os *flirtantes* não se preocupavam muito com a quantidade de parceiros e de *flirts* que uns e outras já tiveram, como já dissemos anteriormente. Isto porque a forma de perceber uma atitude como traição tem valência maior. Dentro do amor tradicional, *flirtar*, comprar presentes para diferentes *flirts* ou deixar mais de um homem assinar o seu álbum são exemplos de atitudes de traição. Para o amor moderno, não. *Flirtar*, presentear e assinar álbuns são atitudes comuns.

Segundo Rougemont (2003) a provável origem do mito do “amor arrebatador” repousa no descontrole apresentado por muitos dos amantes, que leva-os a agir em desacordo com seus interesses (objetivos) em outras áreas (emoções). A literatura romântica está cheia de exemplos de heróis e heroínas que complicaram suas vidas em nome de um grande amor: Hermengarda e Eurico, Ivanhoe e Rowena, Julie e Saint-Preux, Tristão e Isolda – analisados por Rougemont – são exemplos de protagonistas que padeceram deste mal. Todos eles nutrem um amor que não conhece limites nem freios – a não ser aqueles impostos pelo próprio amor, que repousa quase sempre no respeito pela e no receio de desonrar a amada (a imagem da espada entre Tristão e Isolda é exemplar a este respeito). Diferente de Rougemont, não me interessa aqui a análise da constituição do mito do amor e da paixão romântica, tampouco é nosso material privilegiado a literatura. Minha preocupação neste ponto é perceber a permanência e as formas de tratar esta relação amor-paixão no regime emocional em 1920 e 1930. Assim, continuemos.

Em 22 de janeiro de 1939, o **Diário de Pernambuco** publicou na sua seção de crônicas uma longa análise sobre os amores platônicos e impossíveis. Ele avisa que, apesar destes amores parecerem fruto apenas de novelas ou películas cinematográficas, eles eram bem reais, e atrapalhavam o desejo de casamento de homens e mulheres. O autor assumia o ímpeto de ingovernabilidade das emoções, mas discordava que elas fossem incontrolláveis *per si*

Conheço como todos os seres humanos o conhecem, o poder avassalador dos sentimentos quando, por falta de controle, chegam a alcançar o caráter de paixão. A paixão cega! É algo assim como uma vaga que sobe do coração à mente, dobrando-nos à vontade, e anulando-nos o discernimento. Quando a paixão se manifestou, então, sim, é difícil governar o coração, porque se perdeu por inteiro o domínio das faculdades e não na lógica nem razão que se oponha a idéia fixa e ao pensamento tumultuoso. Mas, será que todos os sentimentos são desde logo passionais? Força é responder que não. As paixões são sentimentos monstruosamente desproporcionais que chegam a tal extremo recebendo alimento da imaginação.

Apesar de reconhecer a força de uma paixão – “A paixão cega!” –, o autor acredita na possibilidade dos amálios controlarem o que sentem. A melhor forma seria então, diante de uma emoção forte como esta, tentar evitá-la e manter a razão. Uma pergunta, entretanto permanece: por que não se entregar à paixão, como os personagens dos filmes e dos livros?

A pergunta não lhe foi feita (ao menos não diretamente), mas o **Diário de Pernambuco** trouxe sua resposta alguns dias antes da matéria acima:

Qual o objetivo do casamento? Não deve ser a paixão, nem a mera atração do físico, sem um amor injustificável e egoísta. A paixão é uma loucura de um momento. Ela não dura. Morre de saciedade, e quando não está ligada a um forte sentimento afetoso e meigo, nada mais resta do que cinzas mortas do passado e a lembrança amarga de uma ilusão¹⁴⁸.

Semelhante ao que vimos com a **National Geographic**, ou ao que diziam os cátaros, segundo Rougemont (2003, passim), a matéria “Casar... para quê?” localiza na loucura o mal da paixão. A loucura breve, ilusória e egoísta não deve ser suficiente para adquirir um bom casamento, que é o fito do amor, neste caso. Assim, a paixão é repulsiva à emoção amorosa porque ela termina por afastá-la do seu objetivo, de sua recompensa: o casamento. Isto certamente não impede que ela exista, mas, como dissemos anteriormente, faz com que o regime emocional mantenha um esforço constante para afastá-la da prática, da realidade, da concretude, embora, adversamente, possa continuar a alimentá-la nas artes, na literatura, no cinema, por meio de vários mecanismos de sublimação e transferência.

Num sentido mais amplo, teme-se que a modernização da emoção amorosa e a valorização da paixão ataquem instituições milenares como a família e a infância. Daí em diante, o amor moderno passaria a ser visto como algo que atacava a própria sociedade, ameaçando sua continuidade devido à esterilização por ele trazida.

A intelectualidade católica¹⁴⁹ que escreve nos jornais, principal defensora das tradições e dos valores “passadistas”, é talvez o grupo mais resistente ao modernismo amoroso, que, no ponto de vista deles, busca a satisfação das sensações e o hedonismo

¹⁴⁸ Casar... para quê?. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 jan. 1939, p. 5.

¹⁴⁹ Ou seja, os(as) intelectuais que se classificavam como católicos e escreviam nas seções religiosas dos periódicos, sendo a maior parte deles composta por padres e clérigos.

A grande lei da perpetuidade do vínculo conjugal, tão imperiosamente exigida pelo bem da prole, é também o postulado psicológico da felicidade individual dos cônjuges. [...] **na origem de todas as decadências físicas e morais se acha quase sempre o desregramento da paixão violenta** [...] Fora da família, o frenesi do instinto reprodutor declina as responsabilidades, não se inquieta com a finalidade de suas funções e a expressão brutal do egoísmo alheio as conseqüências de seus atos. Na disciplina constante e benfazeja monogâmica alia-se à mais crisolada. [...] Mestra de sacrifício destruidor dos egoísmos sexuais, **a família é, por isso mesmo, a grande escala educativa do verdadeiro amor, nobre sentimento que decai sempre, onde o lar esquece a alteridade de suas tradições** (grifo nosso)¹⁵⁰.

A família constituída monogamicamente era o santuário sob o qual se construiria um lar feliz. A “paixão violenta” era, por outro lado, a origem de todas as decadências físicas e morais. Somente a família (a fidelidade ao lar, aos filhos e ao cônjuge) podia fazer com que o ser humano se apartasse de seu instinto reprodutivo, que o levaria a uma busca contínua por prazer através do amor livre e moderno, dos *flirts* e namoros apressados.

Para que um casamento desse certo era preciso que o noivo e a noiva reunissem uma série de habilidades que iam muito além de saber dançar o *foxtrot*, *flirtar*, fazer o *footing*. Era preciso ainda que os nubentes conhecessem a família um do outro e dessem tempo para que o namoro pudesse se transformar acertadamente em um casamento frutífero, no qual os cônjuges se conhecessem o bastante para evitarem suspensas indevidas

Os bons casamentos dependem de bons noivados, e por bons noivados, não se entendem bons negócios, bons arranjos de vida, mas sim, amor, muito amor sincero e cristão, piedade sólida e o santo temor de Deus no coração dos nubentes.

E como podem ter boas ‘disposições’ certas noivas modernas?

No baile, ao som de um escandaloso jazz banda, no cinema ou na agitação de um praça pública, ‘seu Zezinho Morango’ vê ‘Chiquitinha’, flor de abóbora. Uns olhares, um dedinho de prosa, umas risadinhas e... pronto...

São dois amiguinhos muito íntimos: daí a dias noivos, de casamento pedido, tratado e marcado.

Os pais de ‘Chiquitinha’ não indagam se o ‘seu Zezinho’ é ou não um moço digno e de linha, um rapaz de confiança, etc. – Eles se amam, dizem, deixemo-los; é o amor!

A pobre ‘Chiquitinha’ não sabe pregar um botão num paletó; não é capaz de lavar um trapo; não sabe preparar um bife, um ovo frito; nunca pegou numa vassoura. Dança muito bem, canta, sabe se rebocar, cair-se, pintar-se como ninguém; conhece o nome e o sabe da vida de todos os ‘astros’ e ‘estrelas’ de Hollywood; é um prodígio, um talento na ‘scena muda’, mas não sabe um dedinho de História do Brasil, uma página do catecismo...

Pois é com esse ‘trambolho’ que o ‘seu Zezinho’ vai se casar.

¹⁵⁰ A monogamia e a felicidade conjugal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 mar. 1937, p. 04.

O noivado continua... um, dois, três e até cinco anos. Afinal, se casam. Daí a dias, de meses, vêm eles a cair na realidade das coisas e a conhecer o peso e a responsabilidade da vida conjugal. E... sempre a mesma comédia: ciúmes, discussões, descomposturas, finalmente, bordoadas, brigas de sogras e demais separação, divórcio e consequência.

Qual a causa de tamanha desgraça? – A falta de critério na escolha de uma noiva.

Escolher uma noiva num baile ou no cinema, ou na promiscuidade de uma praça pública e sem mais nem menos, ir contratando casamento, é uma temeridade sem par, uma loucura¹⁵¹.

O padre entendia, portanto, que não podia haver um bom casamento que se sustentasse somente no amor, quando este fosse visto como desculpa para legitimar qualquer união. Do contrário: o amor deveria ser cristão e sincero; não esse tal amor moderno que chegava com a jazz band, o cinema etc. Para ele, o amor moderno, baseado na capacidade de seduzir e encantar, não tinha raízes sólidas e não resistiria ao enfrentamento com a realidade, que exigia dos noivos saber cuidar da casa, cozinhar e assim por diante. A culpa, contudo, não seria meramente dos nubentes, mas dos pais que tornaram-se condescendentes com os desejos efêmeros de seus filhos e de suas filhas.

Dentro das discussões sobre matrimônio, debatia-se também quais as competências, quais as habilidades necessárias ao casamento, bem como o que desagradava os cônjuges. A este respeito, o **Diário** publicou duas matérias congêneres em 11 de abril de 1937: “Qual a mulher ideal” (p.4) e “O que desgosta a mulher” (p.6).

De acordo com a primeira, os homens valorizavam as “condições físicas” das mulheres – preferindo as louras para “aventuras” e as morenas para casar –, as “aptidões domésticas”, e alguns poucos sonhavam que suas esposas tivessem determinada profissão.

Na segunda matéria, dizia-se que as mulheres não gostavam que seus homens olhassem para outras mulheres mais bonitas, tampouco que as cortejassem. Também não gostavam dos que teorizavam “sobre a razão pura e a metafísica”, não lhes dando atenção, trocando-as por livros. As damas valorizavam enfim a “assiduidade do homem, sua constância [e] seu sacrifício”, e esperavam que ele pudesse sustentar economicamente a casa. A matéria “A eleição de um

¹⁵¹ BRANDÃO, Pe. Ascânio. Noivos e Noivados... **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jan. 1930. Seção Religiosa: Igreja Católica.

marido”¹⁵², em complemento à anterior, diz que as mulheres preferem “os mansos, tímidos, condescendentes, ricosa, crédulos e dóceis”. Um cruzamento entre as duas revela a insistência do carinho, da tranquilidade e do provimento econômico como características valorizadas.

As gradações a respeito do que era e do quanto valia o casamento eram as mais diversas. Diferente do padre, havia quem discordasse e propusesse alternativas ao casamento, ou formas de terminar com ele quando não mais fosse satisfatório.

Algumas moças achavam que o divórcio *a vínculo*¹⁵³ já estava passando de tornar-se legítimo no Brasil. A luta política a este respeito é muito ampla para ser discutida aqui. O que nos interessa neste ponto particular são as estratégias possíveis para contornar o problema do casamento mal sucedido. A propaganda “Divórcio no Uruguai”, do **Jornal do Commercio** de três de janeiro de 1930 prometia algo que apenas se comentava na boca miúda, entre a classe média: ir até o país vizinho, onde havia a “conversão de desquite em divórcio”, e a possibilidade de “novo casamento”. Para tanto, bastava aos interessados buscar informações gratuitas – o que devia ser ainda melhor – junto ao Dr. F. Gicca, e depois pagar a excursão ao Uruguai, que transformara o divórcio em lei desde 1907.

A proposta da “Página Feminina” de 1º de janeiro de 1930 vai muito mais longe que o divórcio uruguaio do Dr. F. Gicca. Em “Casamentos Provisórios”, a autora argumenta que “não é só dos dentes, nem das pernas, nem das arias, nem dos toiles, que se faz e arquiteta a felicidade conjugal”, sendo mais importante conhecer as compatibilidades e incompatibilidades dos amásios, o que poderia ser feito através da extensão do noviciado através do próprio casamento. Isto tiraria das mulheres o peso do matrimônio e manteria acesa nelas a chama, o fogo do amor, o que, por sua vez, seria conseguido quando os maridos concordassem em se fingirem de amantes, dando as suas mulheres a liberdade de terem com eles enquanto perdurasse o amor

¹⁵² A eleição de um marido. **Jornal do Commercio**, Recife, 28 mar. 1937.

¹⁵³ O divórcio *a vínculo* é o divórcio pleno, concedido quando os dois cônjuges não desejam mais partilhar o mesmo lar. Ele permite aos dois a completa reestruturação da vida, incluindo nova união. Para maiores esclarecimentos: LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de campinas (1890-1938). 2002. Dissertação (mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2002

Muitas mulheres só enganam seus maridos porque os seus amantes não são... os seus maridos. Quando os maridos fingirem de amantes e perderem o direito legal da posse, as mulheres passarão a amá-los com furor e talvez mesmo com fidelidade... O casamento provisório elimina o marido eterno – o que vale dizer, liberta as mulheres da opressão de deveres que se prolongam até a morte

A já conhecida Edna Leite Gueiros entendia que uma das soluções possíveis para resolver os dilemas da felicidade conjugal e do divórcio era o casamento comercial, segundo o qual duas pessoas – que, muitas vezes, vinham de outro casamento – uniam-se por meio de um contrato, para darem maior legitimidade a relações que, sob o olhar severo da lei, permanecem ilegítimas. Embora discordasse do casamento comercial, Edna Leite Gueiros entendia que ele era praticado porque os homens “negaram-lhes [às mulheres], peremptoriamente, o divórcio votando contra o projeto [de lei a favor do divórcio]. Mas não se lembraram com isso que, muitas vezes, ‘o feitiço recai sobre o feiticeiro’”. Desta forma, o casamento comercial tornava-se uma alternativa viável para os(as) que não podem viajar até o Uruguai, mas desejavam divorciar-se e buscar um novo amor, apesar dos perigos da infração da lei

Essa absurda possibilidade de aventura amorosa garantida por um contrato, está dominando, principalmente, a nossa gente, inculta e indefesa. E se constitui, realmente, um crime em face da lei, - porque é unicamente, pelos nossos constituintes, que, obedecendo a simples preconceitos religiosos, não refletiram na situação moral a que levariam os brasileiros, com a inconsequência das suas mal pensadas decisões¹⁵⁴

Além das relações ciúme & amor, posse & casamento, outra associação bastante comum no regime emocional daqueles idos (e que permaneceu ao longo das décadas) é a entre beleza e amor. “Quem ama o(a) feio(a), bonito(a) lhe parece”, imortalizou o ditado. Explico-me: neste momento interessa-me mais a percepção de que o amor só pode surgir por intermédio da beleza, malgrado a relação entre gênero e amor que muitos vêem nesta frase, – afinal, por que não escrever o ditado (como manda a concordância da gramática) no masculino? Alguns entendem que isto resulta de dois fatores: a associação entre mulher e emoção, como se somente as mulheres expressassem o que sentem; e o entendimento de

¹⁵⁴ GUEIROS, Edna. Casamento Comercial. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 nov 1934. Página Feminina.

que para as mulheres a beleza é algo que torna-se secundário diante de um “bom partido” (de boa família, endinheirado e tudo o mais). Voltaremos a esta relação entre emoção e gênero quando for oportuno.

Em relação à beleza propriamente dita, há duas grandes explicações para que ela seja valorizada dentro do amor – para além do fundamental componente que ela tem na conquista. A beleza é vista como um dos itens de prestígio e distinção social. No jogo de busca por prazeres (que para muitos é o amor), a contemplação de algo belo é com efeito uma fonte primária de satisfação e contentamento.

Na visão daqueles que se contrapõem a uniões fundamentadas na beleza, caminha sempre o argumento da efemeridade e ilusoriedade desta qualidade. Se voltarmos ao capítulo anterior e à análise dos almofadinhas e das melindrosas, lembraremos que uma das características que atraíam os primeiros quando cortejavam as segundas era precisamente a sua beleza, cheia de decotes e maquiagens. Lembraremos também que a beleza das melindrosas era tida muitas vezes como um chiste, um embuste, um logro para capturar amásios incautos.

Retornando a uma das matérias de que falamos há pouco, temos um bom resumo deste poderoso argumento

[...] Não deve ser a simples beleza o ideal procurado no matrimônio. Um belo rosto e um corpo elegante atraem e às vezes um pouco do coração, mas não o conservam por muito tempo quando não estão reunidos a certos sentimentos mais profundos. Bem trágicos têm sido os casamentos de homens probos que levam para o altar bonitas bonecas róseas e louras mais desprovidas de um cérebro bastante forte para compreender as suas obrigações. Igualmente infelizes têm sido as mulheres que associam as suas vidas a homens insignificantes apenas por parecerem deuses da Grécia antiga.

Além do mais, aqueles que se casam devido à beleza acabam por perder pois a perfeição da plástica não dura sempre. O tempo é um inimigo poderoso e brutal que não respeita as criaturas por mais belas que já foram. É ele que torna cinzentos e brancos os cabelos mais loiros e belos; que enruga com sinais fatais da idade os rostos mais lisos e que torna pesadas e antiestéticas as mulheres mais atraentes e os homens mais elegantes. E como sobreviver o amor que se baseia apenas na carne?¹⁵⁵

O final da matéria traz mais uma pista a respeito das críticas acerca da relação beleza e amor. O corpo e a carne eram vistos como territórios perigosos e incertos, que podiam levar homens e, sobretudo, mulheres ao caminho do pecado. Mary Del Priore afirma que nas duas primeiras décadas do século XX, o cuidado

¹⁵⁵ Casar... para quê?. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 jan. 1939, p. 5.

com a sexualidade era tamanho que criava um tabu muito grande no comportamento, fazendo com que a simples pronúncia de palavras ligadas ao ato fossem mal vistas: “A repressão sexual era profunda entre mulheres e estava relacionada com a moral tradicional. A palavra sexo não era nunca pronunciada e saber alguma coisa ou ter conhecimentos sobre a matéria, fazia que elas se sentissem culpadas” (DEL PRIORE, 2005, p. 255-256). Isto começou a mudar a partir dos anos 1920 e 1930, com os fatores que já examinamos ao longo desta obra (participação das mulheres na vida política, modernização dos costumes, etc.).

Analisando um contexto diferente, Anne-Marie Sohn localiza uma “Revolução Amorosa” a partir do período entre-guerras, responsável pela inserção do sexo e do prazer no amor, e da queda (ou pelo menos atenuação) nos tabus em volta de palavras como sexo, sexualidade, pênis, vagina, etc.

A partir do período entre as guerras, a moral sexual foi se tornando cada vez mais elástica. Claro, a Igreja não aceitava a sexualidade conjugal, a não ser a serviço da fecundação ilimitada, e continuava manifestando bastante reticências em relação ao prazer. A sexualidade continuava sendo um pecado. Mas um número crescente de católicos afirmava que o amor e o prazer eram indissociáveis. E as interdições caíam. [...] As pessoas tinham menos vergonha dos prazeres da carne. E Falavam disso. [...] Não se hesitava mais em nomear com precisão as partes do corpo (SIMONNET, SOHN, 2003, p. 133-134)

Para a queda das interdições, para a mudança na forma de falar do corpo e para a associação entre amor e prazer certamente contribuíram os discursos médicos e higienistas, que encontravam no Estado normativo dos anos 1930 um espaço bastante fértil para cultivar suas idéias. Segundo Besse, o Estado brasileiro interferia cada vez mais na intimidade familiar, e na relação entre esposo e esposa, assumindo para si a responsabilidade que até então era da família e da Igreja, tendo por norte o “casamento moderno, higiênico”, que deveria se erguer sobre “laços de reciprocidade”, “compreensão mútua” que levariam a “relações felizes e estáveis [...] entre os sexo”, agora começando a perder o pudor de buscar prazer e satisfação sexual dentro da relação (BESSE, 1999, p. 6-7).

No caso brasileiro, além da ação do Estado, destacava-se a criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, em 5 de julho de 1933, no Rio de Janeiro, pelo médico José de Albuquerque. O CBES reunia grande parte da intelectualidade da época que se interessava pelo assunto e via no **Boletim de Educação Sexual**,

financiado pelo instituto, a chance de ter suas idéias publicadas. Segundo Albuquerque, o Boletim circulava em todo o território nacional e era

“um jornal de formato tablóide com oito páginas e uma tiragem média de cem mil exemplares por edição, impresso em papel linha d’água e submetido a todas as exigências que as leis e regulamentos impunham para a circulação dos grandes órgãos da imprensa, inclusive a famigerada censura do DIP” (ALBUQUERQUE, 1958, p. 33 apud REIS, RIBEIRO, 2003, p. 3).

O Boletim trazia várias idéias controversas para a época, como a defesa do divórcio, a crítica ao termo “sexo frágil” como algo deseducativo e depreciativo, e muitas outras. As idéias do médico e educador geravam muito desconforto e posicionamentos contrários, mas a grande tiragem (100 mil exemplares) e a longevidade da publicação (de 1933 a 1939) indicam que o pequeno periódico teve uma aceitação razoável. Apesar da afirmação do Dr. de que o boletim era publicado em todo o país, em Recife não encontramos nenhum exemplar dele nos principais acervos da cidade. Contudo, o **Jornal do Commercio** compilou vários dos artigos de José de Albuquerque.

No primeiro deles, publicado em 8 de janeiro de 1935, José de Albuquerque fez uma defesa contundente da ciência como o guia da humanidade para conduzir-nos a vidas mais felizes através da verdade. No caso específico da educação sexual, o Dr. argumenta que a religião exerceu uma influência perniciosa, colocando um medo infundado no coração das pessoas

a influência do sobrenatural, o temor de transgredir as determinações dos livros santos da religião que adotara, para não vir a sofrer castigo que a tal infração correspondesse, fazia com que os indivíduos abdicassem da faculdade de raciocinar sobre os atos que deveriam praticar em matéria sexual, cumprindo cega e piamente as determinações dos códigos religiosos¹⁵⁶

E segue afirmando que seria preciso superar essa idéia para criar uma “Nova Moral Sexual”, orientada pela ciência. Na Nova Moral, o prazer e a relação igualitária entre os sexos ocupariam um lugar central para a conquista da posterior felicidade e bom desenvolvimento do casal e de sua prole¹⁵⁷.

¹⁵⁶ ALBUQUERQUE, José de. A nova moral sexual: normatização do sexo segundo a ciência. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 jan. 1935.

¹⁵⁷ A atuação do higienismo, do eugenismo e da medicina na época são muito mais complexas do que me caberia explorar nesta dissertação. Por isso, trato-a de maneira breve aqui, apenas para ilustrar sua principal argumentação a respeito do meu foco, qual seja o amor. O mesmo vale para José de Albuquerque, para quem as questões sexuais iam muito além do ambiente familiar e da

Nesta disputa particular entre modernidade e tradição, que reunia, principalmente, intelectuais católicos de um lado e médicos de outro, Luis Sucupira resumiu bem os argumentos de um dos lados, em sugestivo artigo “Os deveres do casamento”

A mentalidade moderna vai-se deixando dominar por uma seqüência cada vez maior de preconceitos libertários. No tocante ao casamento, entendeu que o mesmo não deve ser uma reunião de deveres mútuos, porem uma simples aventura em que só há direitos [...] O primeiro dever do casamento é a procriação. A sociedade moderna olha para os filhos como para uma calamidade, e, nisso, está coerente. Dentro da mentalidade já formada, infelizmente, de que o casamento é tão só um acervo de prazeres, o filho, por sem duvida, tem que ser olhado como um estorvo a esses prazeres [...] o amor livre é um amor estéril [...] Sem força para reagir contra o mal que a cerca e a domina, a família vai desaparecendo pela anulação dos deveres que, devidamente cumpridos, a vitalizam e sublimavam. Levada, insensivelmente, pela civilização burguesa a desagregação, comunista [...] Só pela recristianização da família é possível reformar a mentalidade pagã do mundo moderno¹⁵⁸.

Para ele, a união moderna seria na prática uma relação carregada de preconceitos libertários. Uma aventura em que só há direitos. O casamento como acervo de prazeres. Enfim: uma série de ameaças à família e aos filhos, que tem na recristianização a única saída para reformar a mentalidade do mundo e garantir a preservação da sociedade.

Mas, no cotidiano, no dia a dia, o que seria então este amor moderno? Quais eram e como aconteciam as práticas deste novo amor que tanto provocava desavenças? O que era o *flirt*, o *footing* e qual o papel das invenções modernas em todo este processo?

2. *Flirts*, *footings*, cinemas, telefones e baratinhas: descobrindo novas formas de amar

Para entender melhor o amor moderno, comecemos com uma descrição de um dos seus principais elementos, o *footing*

- Estamos na hora da “bijou”
- É verdade

intimidade do casal, envolvendo a luta por leis mais justas para os dois sexos, sobretudo no tocante ao divórcio e ao rapto de mulheres (ALBUQUERQUE, 1937 apud REIS, RIBEIRO, 2003, p. 2).

¹⁵⁸ SUCUPIRA, L. Os deveres do casamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 mar. 1937, p. 4.

A rua Nova tinha aquela tarde de sábado um movimento pouco comum. Os fios de calçada cheios de almofadinhas, os bondes repletos, os automóveis passando uns após outro, dando-nos a idéia já da grande cidade que é o Recife.

Há muitos conhecidos que passam e trocam cumprimentos. [...]

Comenta-se o raid pedestre do dr. Pythagoras de Freitas, o chá dançante da Casa de Banhos, tendo enfim quem possa ocupar um pouco de tempo e desopilar o fígado.

Mlle. Bataclan corta a rua em direção à Casa Brack, deixando ver na claridade do sol as suas finas pernas.

Mlle. Bataclan é na nossa urbs um tipo de romance.

Dizem dela coisas que o Austro Costa comenta de permeio com estridentes gargalhadas.

Um tipo esguio que passa, de luto rigoroso.

As vistas se voltam interessadas, e todos, no grupo, dizem da formosura e da elegância da dama de preto.

O carrilhão do Diário acusa 5 horas.

- É a Bijou.

- Sim, bem lembrado.

E rumamos todos para lá. A elegante casa de chá da rua Nova está cheia. Uma mesa, uma cadeira disponível não se nota.

Conosco outros aguardavam na porta uma vaga. A orquestra está deliciosa. Ouve-se a Eva. Ouve-se a Princesa dos Dollars.

O Oliveira enfatizado em seu terno branco procura satisfazer os que estão de pé, impedindo-os que se retirem.

- Um momento, diz para um grupo alacre de senhoritas. Vou montar guarda a umas cadeiras.

Obrigado.

- Mas é difícilimo. Os que estão sentados já servidos fazem que não percebem as senhoras de pé.

- Mas que sujeito aquele. Pagou a despesa, não deu gorjeta ao garçom e quer passar o resto da tarde sentado.

- Assim vão precisar centenas de mesas.

- De mesas e de cadeiras.

Em conclusão:

A custo nos sentamos e às pressas saímos para ceder a localidade a um grupo de senhoras que chegavam¹⁵⁹.

Nos idos de 1920 e 1930, um dos pontos comerciais mais importantes era certamente a casa de chá Bijou, na rua Nova¹⁶⁰; um destino certo da classe média no entardecer de cada dia. Lá, das 17h em diante, era possível conseguir um delicioso chá e biscoitos, no melhor estilo inglês, assistindo ao pôr-do-sol tocar o Capibaribe. Certamente um dos cenários mais apropriados na cidade para estar com os amigos, jogar conversa fora e aproveitar boas companhias, não era à toa que este lugar atraía um sem-fim de pessoas, que lhe disputavam com afincos as cadeiras. Era neste cenário – o mais próximo de paradisíaco que a cidade podia

¹⁵⁹ Na hora do *footing*. **A Pilhéria**, Recife, 08 set. 1923, p. 14.

¹⁶⁰ Tamanha era a importância da rua para as classes médias da época, que com o seu nome foi batizado um dos semanários mais importantes dos anos 1920 – ficando atrás da **Pilhéria**, é claro.

oferecer – que muitos casais se conheciam, se aproximavam, se apaixonavam. Em suma, era lá que se davam alguns dos maiores *footings* e *flirts* da capital.

Embora pudesse acontecer em qualquer dia, o *footing* (que em Recife também era chamado de “Bijou”, por causa da casa de chá) normalmente era realizado nos finais de semana, quando não se tinha de ir ao trabalho. A sexta e o sábado eram os dias mais comuns, pois o fim de tarde do domingo era dedicado à missa. Ficava-se na rua até as 20h30, 21h00, que era, segundo D. Maria, “a hora das mulher se recolher. Até os homens de família, né?”¹⁶¹. Além dos(as) amásios(as), atraía transeuntes que iam para ver as vitrinas das lojas e degustar os lanches oferecidos em pontos como a sorveteria Gemba, na rua da Aurora, ou a Sertã e a Bijou, na rua Nova, nas lanchonetes e lojas da praça do Carmo ou da rua do Hospício¹⁶². O *footing* fazia parte do moderno, convivia com bondes, automóveis, almofadinhas e melindrosas esguias e de pernas de fora. Tinha importante papel para a sociabilidade, pois era o momento de colocar as conversas em dia e apurar os assuntos da semana (os chás dançantes, os raids...). Geralmente acontecia “nas novas ruas [...], nas praças, nas ruas do comércio *chic* de modas, nas sorveterias, nos cafés ou nos jardins” (Azevedo, 1986, p. 15).

O *footing* era ainda uma das principais oportunidades para que se desse o *flirt* – uma espécie de “paquera”¹⁶³ de início de século, através da qual homens e mulheres podiam se conhecer e, quem sabe, engatar um namoro:

Caminhando ao lado de outras jovens, em geral de mãos ou braços dados [i.e. no *footing*], a moça interessada em travar um namoro via diferentes rapazes, avaliava seus tipos, tentava decifrar seus sinais e símbolos exteriores, comparava-os até decidir-se por um deles (AZEVEDO, 1966, p. 15).

Desta forma, no novo ambiente das relações amorosas menos vigiadas e mais livres, o *footing* eram a oportunidade de conseguir aproximar-se de um(a) pretendente sem despertar tantas suspeitas, e, em seguida engatar o *flirt* (ANEXO J,

¹⁶¹ Entrevista concedida pela senhora Maria em junho de 2007.

¹⁶² Entrevista concedida pela senhora Maria em junho de 2007.

¹⁶³ É muito complicado o uso de palavras como “paquera”, “namoro”, “conquista”, pois algumas delas não eram usadas nos anos 1920 e 1930, ou o eram com uma conotação um tanto diferente. Por vezes, acredito ser interessante usá-las para aproximar o sentido das práticas vintistas e trintistas das que temos agora, facilitando assim a compreensão. Mantereí, entretanto, as aspas sempre que for apropriado.

p. 174), que podia ou não conduzir a um namoro, isto a depender de como as coisas se desenrolassem.

Sem dúvidas, o *footing* e o *flirt* só se tornaram possíveis porque duas outras coisas aconteceram: 1) as cidades tornaram-se mais modernas no sentido de reunirem maiores opções de transporte, lazer e comunicação, bem como de caminharem no sentido de uma maior urbanização (AZEVEDO, 1986, p. 15); 2) as mulheres começaram a tomar os espaços públicos, tendo de ir às ruas realizar tarefas que antes eram dos homens, elas puderam estabelecer novas redes de sociabilidade e ganhar mais liberdade.

Neste novo contexto, um dos locais mais importantes passou a ser o mercado, a feira ou as lojas, como a Bijou e a Sertã, pois, diferente das fazendas auto-suficientes e isoladas do século XIX, “as famílias urbanas dependiam cada vez mais dos bens de consumo e serviços fornecidos pelo mercado” (BESSE, 1999, p. 20), o que por sua vez criava uma nova característica dentro do contexto social e das relações de gênero, pois “fazer compras [tornava-se] uma instituição social importante” (BESSE, 1999, p. 21), a cargo das mulheres, responsáveis pela conservação e abastecimento do lar.

Estas duas novidades tiveram impacto maior sobre as classes médias, por serem elas as principais consumidoras das novidades das cidades e por serem as mulheres dessas classes as que mais necessitavam e tinham liberdade para ir às ruas, como argumenta Susan Besse (1999, p.8)

Um número maior de mulheres da classe média assumia novos cargos bastante bons de escritório, que iam sendo criados pela rápida expansão do setor de serviços. As famílias urbanas de classe média, diante do declínio do valor do trabalho doméstico da mulher, das altas taxas de inflação e da crescente necessidade de dinheiro, começaram a encarar de maneira mais favorável o trabalho assalariado feminino.

Contudo, a tomada das ruas pelas mulheres e a criação de novos espaços de sociabilidade não foi feita sem conflitos. Como já dissemos anteriormente, dentro das disputas entre antigo e moderno, sempre há movimentos de ida e retorno, de aceitação e de negação, que muitas vezes se confundem, porque os projetos de futuro são extremamente diversos e muitas vezes de difícil conjugação. Desta forma, desejava-se que as mulheres saíssem às ruas para – dentre outras coisas –

amenizar o impacto negativo da economia nos lares, mas esperava-se que isso fosse feito sem deixar-se de lado certas normas de conduta e comportamento

desde que não maculasse a reputação das mulheres (pela associação com trabalhadoras de *status* social inferior), não comprometessem sua feminilidade (colocando-se em competição direta com os homens), nem ameaçassem a estabilidade do lar chefiado pelo homem (fomentando ambições individuais das mulheres ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica) (BESSE, 1999, p. 15).

Estas ressalvas tiveram implicações diretas também sobre as redes de sociabilidade e os comportamentos das mulheres nos seus trabalhos e no tempo que passavam fora dele. Apesar de terem liberdade para conversarem com os homens do trabalho, dentro e fora dele, esperava-se que as mulheres o fizessem de forma a manter o decoro, o que envolvia não fazê-lo sozinha, por exemplo.

Com a maior liberdade conseguida pelas classes médias, não era mais tão fácil controlar os moços e as moças, que passavam a ter maior acesso aos espaços públicos. Os colégios eram talvez um dos primeiros lugares onde estes futuros amásios podiam se conhecer.

Os debates entre escolanovistas e educadores católicos na década de 1920 e 1930 acerca da necessidade/perniciosidade dos colégios de ensino mútuo são bastante conhecidas para retomá-las aqui (SAVIANI, 2005). Basta lembrar que Recife tinha certamente seus colégios e grupos escolares deste tipo, além de haver na cidade alguma discussão a respeito dos benefícios e dos problemas deste tipo de educação¹⁶⁴ que começava a se tornar cada vez mais comum a partir daqueles anos, com escolas e grupos escolares que permitiam meninos e meninas na mesma instituição e, mais tarde, na mesma sala¹⁶⁵.

Além disso, homens e mulheres das classes médias tinham maior liberdade para amar porque as relações econômicas a que estavam submetidos eram diferentes. Eles não precisavam dos dotes que um bom casamento poderia oferecer, tampouco tinham necessidade de firmar grandes arranjos que mantivessem fortunas

¹⁶⁴ Para Olívio Montenegro, em “As vantagens da co-educação” (**Diário de Pernambuco**, Recife, 8 dez. 1934, p. 2), era incorreto o argumento dos moralistas que a co-educação trazia o “o grave perigo de antecipar ou exagerar nos meninos uma grande concupiscência de desejos que tanto mais os aproximam pela carne como os separam pelo espírito”. Ainda segundo ele, a co-educação impunha-se como uma necessidade dentro da sociedade moderna, pois meninos e meninas conviviam cada vez mais cedo, independente do que desejasse a escola. Assim, seria melhor que a escola trouxesse um espaço em que este tipo de vivência pudesse ser bem aproveitada.

¹⁶⁵ Entrevista concedida pela senhora Nice em setembro de 2007.

e bens dentro da mesma família. Do contrário, muitas vezes para a classe média a questão do nome (e do dinheiro) tinha pouca ou nenhuma importância diante de um amor verdadeiro

Os profissionais liberais e os burocratas assalariados já não dependiam do recebimento de um dote substancial das famílias de suas esposas, uma vez que não precisavam da terra de plantio [...]. Assim, embora esses homens pudessem ainda deixar-se seduzir por luxo, *status* e ligações familiares vantajosas que podiam advir de um “bom” casamento, conseguiam ter muito mais liberdade para seguir as tendências do coração (BESSE, 1999, p. 18).

Debruçando-se sobre o amor entre as classes populares, Chalhoub (2001), em “Trabalho, Lar e Botequim”, afirma que um dos motivos que permitiram a construção de uma diferente forma de amar e de estabelecer laços sociais baseados no amor entre os populares cariocas do início do século XX foi justamente a liberdade e as responsabilidades com as quais as mulheres das classes mais baixas já se deparavam – para elas, ir a rua trabalhar, comprar, etc. já era uma necessidade, pois a configuração familiar em que viviam lhes forçava muitas vezes a suprir a casa diante da ausência de um marido.

Por outro lado, homens e mulheres das classes mais altas não faziam o *footing*, pois diferente das mulheres e dos homens das classes médias (que começavam a viver a liberdade de escolha amorosa já experienciada por outros grupos), as pessoas das classes mais altas seguiam com seus matrimônios arranjados para manter no seio familiar a tradição, o *status* e o dinheiro conseguido ao longo de décadas

Os filhos da elite eram educados para obedecer, a ponto de aceitarem o direito de patriarca de escolher os cônjuges deles. [...] as famílias da elite arrumavam os casamentos para seus filhos (frequentemente com primos ou parentes próximos), visando a consolidação de alianças políticas e a proteção da propriedade e do *status* (BESSE, 1999, p. 14).

O que era provavelmente uma prática bastante presente em Pernambuco, e em Recife, particularmente, uma vez que a cidade mantinha (mantém, até hoje, certamente) vários traços do patriarcalismo e do machismo que marcavam a elite oitocentista. Desta feita, as filhas da elite permaneciam trancadas nas varandas e sacadas de casa, saindo apenas para grandes festas, como as que haviam no Club Internacional, para a missa ou para festas nas casas de parentes (normalmente no

interior), sendo estas as únicas oportunidade possíveis para *flirtar* ou realizar o *footing*, como afirma Thales de Azevedo (1986, p. 30)

As missas, o mês de Maria, as trezenas de Santo Antônio são pretextos para que as moças rompam a sua reclusão e possam ir ao encontro de namorados, momentaneamente librtas dos controles imediatos da família e justificadas em se afastarem de casa sozinhas ou na companhia de companheiras e parentas.

Ainda segundo Azevedo, estas companheiras e parentas eram muitas vezes as responsáveis por aproximar os amásios, facilitando a sua comunicação, fiscalizando a aproximação dos pais ou fazendo vista grossa para os excessos (AZEVEDO, 1986, p. 29).

Na ambiência do amor de outrora, o *flirt* era algo extremamente raro, sem o significado que lhe seria atribuído nos anos 1920 e 1930. Seu palco principal eram as igrejas, um dos poucos locais em que moços e moças podiam se encontrar sem despertar muitas suspeitas. Este “*flirt*” (que raramente era chamado desta forma) tinha por objetivo o noivado, e o futuro casamento. Sua zona de alcance era muito mais restrita do que a possibilitada pelo *footing*. No “novo amor” de ontem (nos anos 1920 e 1930), o *flirt* passou a ser visto como uma diversão, algo que não possuía necessariamente um fim maior, como o namoro, o noivado ou o casamento

O namoro e o “flerte” diferem entre si como uma coisa boa difere de outra má. O namoro é belo, ao passo que o “flerte” é antipático e vulgar. Um novelista francês definia o flerte como uma taça vazia, o namoro embora possa ser também uma taça vazia seguindo o símile do nosso novelista ao menos tem algo em si que é a intenção e o proposto matrimônio. O “flerte”, a meu ver, é tão só detestável como digno de encômios e elogios é o namoro. É próprio de gente ociosa e vazia de sentido¹⁶⁶.

Desta forma, como já dissemos, o matrimônio tornava-se o norte que permitia diferenciar o namoro do *flirt*, uma vez que aquele permanecia sendo o objetivo maior dentro do regime amoroso recifense.

Para aqueles(as) que queriam casar-se, o *coquetterie* tornava-se então o meio pelo qual jovens podiam conhecer-se e engatar um namoro.

¹⁶⁶ CRÔNICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jan. 1939, p. 04.

Soe confundir-se o “coquetterie” com o “flerte” e este erro é outro que convém desvanecer. Uma “coquetterie” finamente dirigida, sem chispa de má fé nem de orgulho, pode ser uma arma inteiramente legítima na mulher quando com ela não visa outra coisa sendo avivar o amor do homem que adora¹⁶⁷.

Logo, a *coquetterie* podia ser a resposta para moças e rapazes de boa índole que se encantavam um pelo outro, desejavam-se, mas precisavam manter as aparências e conservar a moral. Não eram diferentes o *flirt* e a *coquetterie* somente porque este resultava em namoro e casamento, pois como dissemos na seção dois do capítulo anterior, as melindrosas – grandes *flirtantes* que eram – também sonhavam com o matrimônio. A *coquetterie* se fazia desejável porque ela preservava outro componente importante para o regime emocional amoroso dos mais conservadores. Ela mantinha preservada a fidelidade:

Em troca [à coquetterie] o “flerte” não se dirige jamais a um só e com fins nobres, e sim a muitos e com o mais turvo dos propósitos, mover a admiração com o objetivo de satisfazer sua vaidade de presumidas belezas¹⁶⁸.

Assim, enquanto a *coquetterie* destinava-se a apenas uma pessoa, um pretendente com quem se desejava constituir família por meio de um casamento, o *flirt* era volúvel, lançando-se a muitos de uma vez, tendo por objetivo maior a diversão e a satisfação da vaidade e da beleza.

Em uma de nossas entrevistas com senhoras e senhores entre 78 e 90 anos de idade, a D. Maria, proveniente de uma família bastante tradicional de Pernambuco, que tinha casas em Recife e fazendas em Vitória do Santo Antão, contou-nos que os encontros de seu pai e sua mãe (que eram parentes próximos) aconteciam dentro de uma rigidez extrema, o que, entretanto, não impedia que eles “namorassem” de outras maneiras, valendo-se da ajuda de outros personagens mais condescendentes, como tias, empregadas, etc. Disse ela:

“Mas eu tava falando de negócio de namoro. Era, namoro era uma coisa muito proibida. Mamãe botava essas poesias assim, na grade do chalé, papai passava e deixava um cigarro apagado pra dizer que tinha recebido.

¹⁶⁷ CRÔNICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jan. 1939, p. 04.

¹⁶⁸ CRÔNICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jan. 1939, p. 04.

Era a senha. Então cada poesia era um cigarro que ela ia apanhar. Ela sabia que ele tinha recebido”¹⁶⁹

Namorar assim era conhecido na época como “namoro de janela”, quando havia consentimento dos pais ou “namoro à rótula”, quando acontecia sem o consentimento dos pais, com a moça ficando de dentro e o rapaz de fora (AZEVEDO, 1986, p. 21)

A descrição de D. Maria é um bom exemplo de uma *coquetterie* (ou *flirt*, para outros). Era algo que se fazia de maneira indireta, por meio de signos e sinais que escondiam as reais intenções dos olhares sempre severos e alertas dos pais e das mães

O candidato, uma vez que havia captado a atenção da pretendida, passava a exibir uma variedade de sinais, por meio dos quais se comunicava à distância com aquela: flores à lapela do paletó, lenço disposto de maneira convencionada no bolso peitoral, movimentos com a bengala, enquanto a parceira cabia responder com flores e cores diferentes no vestido, com determinados modos de exibir o leque e o lenço (AZEVEDO, 1986, p. 16).

No caso dos pais de D. Maria do Carmo, o sinal – “a senha”, como ela disse – era trocar a poesia por um cigarro, para que um e outra soubessem que a mensagem havia sido passada.

Embora para nós isto possa parecer pouco, o esquema cigarro-poesia certamente atendia aos seus desígnios. Como afirma Reddy (2001, p. 14 et seq.), se percebermos que a emoção possui um componente cognitivo de aprendizando, de troca e circulação de mensagens através de sinais amorosos, por exemplo, entenderemos que um simples ato (código) de deixar um cigarro na janela pode se ampliar para uma textualidade (mensagem) tal qual “Recebi sua poesia. Estou ansioso para lê-la. Estimo-te. O teu de sempre” (como costumava-se encerrar as cartas de amor da época).

É preciso fazer outro recorte para diferenciar dois espaços dentro dos regimes do amor, que se distinguem pela diferente idade dos participantes. De um lado temos aquelas pessoas que nasceram na primeira década do século XX ou na última do século do XIX, e que, portanto, estavam ligadas ao *amor de outrora*: tendiam a encarar o amor como um complemento para o casamento, mas não seu fim precípuo, que encaravam o *flirt* e a *coquetterie* como perniciosos e desconfiavam

¹⁶⁹ Entrevista concedida pela senhora Maria em junho de 2007.

de namoros formados pelos próprios amásios. Do outro lado temos pessoas que nasceram da segunda década em diante, num ambiente em que eram comuns o *flirt*, a *coquetterie*, os grupos escolares mistos, e assim por diante. Estas pessoas estavam mais próximas do *amor de ontem*, e tendiam a encarar o amor como um componente indispensável para o matrimônio, que continuava sendo visto pela maioria como o objetivo maior das relações amorosas. Exemplificarei.

Ao contrário de seus pais, D. Maria pôde namorar bastante – “Ah, namorar! Namorei muito!” – o que tem a ver, dentre outras coisas, com dois fatores: o retorno de seus pais para Recife (de onde tinham saído em 1930) em 1937, quando ela estava entrando na adolescência; e a configuração diferente em que seus pais se inseriam como profissionais liberais e pessoas que valorizavam o “casamento moderno” (BESSE, 1999, p. 7), baseado no amor, que tornara-se um dos personagens centrais nas discussões acerca do casamento, do namoro e de outras formas de sociabilidade.

Outra senhora que nos concedeu entrevista, D. Nice, disse-nos que suas primas, moças da classe média olindense cujos noivados foram firmados na segunda metade da década de 1930, tiveram relações bastante tímidas com seus amásios, que dificilmente passavam de toques das mãos

[o namoro daquela época,] bem, não tinha liberdade de hoje em dia. Quando ia pegar na mão... ai, meu Deus! Eu me lembro de minha prima quando foi noivar, que o noivo foi pedir... Meu tio, o pai dela, ficou num sei quanto tempo sem falar com ela, e passou oito dias pra dar a resposta. Porque foi pedir pra noivar! Todas foram assim. Agora, já no meu tempo, não¹⁷⁰.

Isso se devia ao descompasso existente entre o regime emocional dos pais, para os quais um toque de mão e pedir a filha em casamento era muita liberdade, e o dos filhos, que provavelmente se conheceram na rua Nova, na rua da Aurora, ou ainda na época de grupo escolar.

Segundo Austro-Costa, era comum os moços escreverem pequenas poesias nos álbuns das moças, expressando assim sua admiração e bem-querer. O autor adverte entretanto, que, a julgar pelos álbuns das melindrosas, que ele define como “meninas burguesas, é impossível chegar a ser o escolhido do seu coração, pois estas damas tinham muitos amores

¹⁷⁰ Entrevista concedida pela senhora Nice em setembro de 2007.

Ora, eu nada mais sou que um pobre diabo
 Que nasceu poeta. Sentimento por excelência...
 Um poeta lírico... e nada mais.
 Ponho minha alma em tudo quanto escrevo.
 E alma, para essas pequenas deliciosas e felizes,
 É uma coisa muito complicada e “passadista”...
 Essas garotas estragam tudo.
 Acabou-se. **Morri para os álbuns das “melindrosas”**¹⁷¹.

Já João da rua Nova dizia que no Natal as melindrosas saíam para comprar lembranças nas lojas do centro e aproveitavam a oportunidade para *flirtar*. Ainda segundo ele, algumas melindrosas marcavam seu número de *flirtantes* pela quantidade de pulseiras que traziam no braço, pois cada uma delas era uma prenda de um homem diferente¹⁷².

As considerações destes autores reafirmam a importância da fidelidade e do ciúme dentro do regime emocional amoroso da época (e nos dão mais pistas sobre o porquê das melindrosas serem vistas com tanta desconfiança): as moças que *flirtavam* eram perigosas porque não definiam com qual amásio queriam ficar, com qual deles estava sua fidelidade, o que despertava ciúmes nos seus enamorados. Eles sentiam-se inseguros, pois podiam receber um “pé na bunda” a qualquer momento.

Em síntese, apesar das suas discordâncias, os discursos e as práticas acerca do amor tradicional e do amor moderno, ambos tinham um forte ponto em comum: a inserção do amor como condição essencial para o casamento e as relações afetivas. Para nós, isto é uma evidência de uma mudança relevante no tocante à construção de um novo regime emocional: em algum momento entre os períodos compreendidos entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX aconteceu um movimento de inserção do amor como uma emoção a ser valorizada e desejada, o que a credenciou a ser um elemento esperado (e basilár) dentro das relações entre homens e mulheres, especialmente do casamento. Além disso, o regime amoroso passou por uma série de modificações a partir deste período que levou a inúmeros debates acerca dos componentes envolvidos nesta emoção, e das práticas aceitáveis. Como vimos, por exemplo, o ciúme, que até o século XIX era visto como algo digno de ser levado a termo com a morte do(a)

¹⁷¹ COSTA, Austro. Álbum. **Diário de Pernambuco**, 2ª Seção, Recife, 21 fev. 1937, p. 02.

¹⁷² RUA NOVA, João da. Do “flirt”, do “footing”, da rua Nova... **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 dez. 1924, p. 24.

amásio(a) traidor(a) passou a ser visto como algo digno de suspeita, tendo por limite (valência) a violência. Neste sentido, os (ainda comuns) crimes passionais começaram a passar por um processo de desaprovação e deslegitimação, embora continuassem com o respaldo legal da “defesa da honra”¹⁷³. Por processo semelhante passaram o prazer e a procriação. O primeiro saiu de vilão para tornar-se – motivado, sobretudo, por parte dos médicos da época – algo indispensável para a vida do casal. A procriação, até então vista como objetivo maior do amor e do casamento – impulsionada assim pelo discurso religioso – começou, timidamente, o processo de desvinculação, que hoje conhecemos tão bem com pílulas anticoncepcionais e famílias construídas, intencionalmente, com dois membros.

Não podemos, contudo, pensar o processo de formação de um regime emocional como algo totalizante e/ou conclusivo. Afinal, ainda hoje vários grupos cristãos insurgem-se contra o uso da camisinha, do anticoncepcional, do divórcio e do prazer dentro do casamento. Se a história, e qualquer um dos processos que conseguimos analisar através dela, fosse linear e conclusiva, teríamos caminhado para uma “vitória” completa no sentido de amores livres, hedonistas, românticos, ou qualquer outro nome que se dê.

Tampouco podemos pensar as linhas desta dissertação como completas no sentido de dar conta de todo o regime amoroso. Homossexuais e as classes mais baixas, sobretudo, nos escapam. Não há muito que possa dizer sobre estes grupos com o corpo de documentos que escolhi. Nem esta é a minha preocupação central aqui.

Alguns dos mecanismos centrais nas mudanças na forma de experienciar e falar sobre o amor foram as invenções modernas, em suas mais diversas categorias. Algumas delas fizeram mais que isto, e tornaram-se responsáveis também por cooperar com uma certa universalização das formas de expressar e contar o amor.

O cinema contribuiu para a massificação de um componente importante das emoções, a expressão, através do beijo e das carícias entre os amásios, ao contar

¹⁷³ A “Legítima defesa da honra” envolveu um entendimento – hoje considerado incorreto – segundo o qual o homem poderia valer-se da legítima defesa (i.e. “usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”, art 25, Código Penal) para defender sua honra, atacada sempre que houvesse calúnia (i.e. imputar falsamente fato definido como crime), difamar (i.e. imputar fato ofensivo à reputação), ou injúria (ofender a dignidade ou o decoro). No caso específico, achava-se que flagrar a mulher em traição era uma injúria, podendo o marido agir em sua “legítima defesa” com o assassinio da mulher.

histórias carregadas de romantismo em que estas características repetiam-se indefinidamente.

As discussões acerca da cultura de massa (ou indústria cultural, para usar o termo de Adorno e Horkheimer) e das possibilidades de massificação (homogeneização) dos indivíduos e de seus comportamentos dentro da sociedade a partir dela, são muito complexas para serem discutidas aqui. Interessa-me focar na possibilidade que mecanismos como a televisão, o rádio, e, neste caso específico, o cinema tem de modelar e construir um regime emocional em particular, sobretudo no tocante às formas de expressar determinada emoção. Segundo Del Priore, poderíamos chamar o cinema de “máquina de difusão do amor [que] proporciona uma espécie de valorização do casal [que] dança, canta, sapateia, abraça-se, pula, flutua no ar e os problemas se desvanecem [enquanto o público] chora, canta junto, sai do cinema, compra o disco e, se tem a sorte de um braço para afagar, tanto melhor” (DEL PRIORE, 2005, p. 276).

Desta forma, quando o cinema construiu *standarts* como o casal amoroso ideal ao redor do qual toda a película se desenrolava, isto, com maior ou menor intensidade, impactava as vidas dos(as) espectadores(as). Portanto, na visão do casal são também valorizados os modelos de homem e mulher do par cinematográfico, a forma deles expressarem suas emoções, o seu final feliz, as roupas, o comportamento, etc. Isto tornava-se tão mais verdade conforme outros veículos da indústria cultural divulgavam e comentavam as películas. No caso recifense dos anos 1920 e 1930, este diálogo entre diferentes meios de comunicação dava-se, sobretudo, entre o cinema e os periódicos, que traziam seções com resumos dos filmes em cartaz, tradução de entrevistas com atrizes e atores hollywoodianos¹⁷⁴, e assim por diante.

Segundo R.G., importante colunista do **Jornal do Commercio** nos anos 1930, o beijo é um dos exemplos maiores do poder de intervenção do cinema no amor:

A evolução e o aperfeiçoamento do beijo, com o proveitoso auxílio do cinema, chegou a um ponto verdadeiramente inesperado, em tão poucos anos. Digo em tão poucos anos porque, antes da guerra, o valor específico

¹⁷⁴ Vale lembrar, *en passant*, que o cinema estadunidense, hollywoodiano, melhor dizendo, ascende justamente no período entre as guerras, junto com outros setores da economia dos E.U.A.: “Depois da Primeira Guerra Mundial, com o colapso da indústria cinematográfica europeia, Hollywood passa à frente da cena” (DEL PRIORE, 2005, p. 275).

do beijo não mereceu nunca a atenção dos estetas e dos pensadores. [...] Foi o espírito yankee que estandardizou o beijo, instituindo os seus tipos-padrões, cuja propaganda se confiou ao cinematógrafo. E isso é recente¹⁷⁵.

Para muitos(as) historiadores(as), a afirmação de R. G. é correta: até o período entre as guerras, os beijos (e outras formas de carinho) não mereceram a atenção dos estetas e pensadores, provavelmente porque não eram coisas vistas nas ruas, no dia a dia, e quando os beijos e carícias chegavam a ocorrer, eram dignos das maiores reprimendas. Anne-Marie Sohn afirma que “No período entre as guerras, as carícias, mais longas, mais hábeis, se generalizaram, assim como o beijo na boca” (SIMMONET, SOHN, 2003, p. 137), e este, até pouco tempo atrás era algo percebido como excessivo e abusivo, um verdadeiro atentado ao pudor: “uma sentença do Supremo Tribunal [da França], de 1881, julgou-o constitutivo do crime de atentado ao pudor (SIMMONET, SOHN, 2003, p. 137-138). De um momento para o outro, como testemunham Sohn e R.G. o beijo tornou-se não somente uma coisa aceitável, mas um símbolo da paixão, do amor, generalizando-se entre diferentes segmentos da sociedade (SIMMONET, SOHN, 2003, p. 138).

Admitir o poder da indústria cultural para homogeneizar comportamentos e massificar expressões amorosas não quer dizer que os(as) recifenses aceitassem de bom grado as mudanças trazidas pelo/com o cinema. Não foram poucas as matérias criticando de imorais as películas cinematográficas ou os comportamentos dos espectadores. A preocupação, quase sempre, era ao redor da influência perniciosa que tais coisas poderiam exercer sobre mulheres e crianças – que, como já discutimos anteriormente, eram importantes neste contexto graças ao papel central que ocupavam na forma das pessoas da época pensarem a família.

Em 06 de outubro de 1934, o **Diário de Pernambuco** publicou a tradução de uma matéria que lhe chegara através dos Diários Associados, sobre uma campanha que estava acontecendo nos E.U.A. pela moralização dos filmes, cujo resultado parecia estar sendo eficiente ao fomentar a indústria para a produção de filmes voltados para as crianças, e ao sensibilizar os diretores em relação à moralização de algumas películas¹⁷⁶.

¹⁷⁵ R. G. Notas Avulsas. **Jornal do Commercio**, Recife, 27 abril 1930, p.2.

¹⁷⁶ Resultado da campanha pela moralização dos filmes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1934, p. 3.

Ao que parece, para os(as) recifenses, a campanha estadunidense não foi tão exitosa. Em 02 de abril de 1937, Mariteresa escreveu uma matéria para o **Diário de Pernambuco**, na qual defendeu que era preciso criar revistas instrutivas para as mulheres: “Revistas que possam contrabalançar os efeitos da propaganda dos cinemas”¹⁷⁷. Segundo a autora, o problema não estava necessariamente nas películas, mas na falta da informação que as espectadoras tinham a respeito do enredo do filme, o que as conduzia a acreditar que a história retratada no filme era real

Se as moças brasileiras pudessem sentir em toda realidade a mentira das fitas de cinema, se fosse possível materializar publicamente a diferença entre a vida real americana e os romances da tela poderiam talvez compreender que são romances para lenitivo mera distração, do que a expressão verdadeira de rotina comum¹⁷⁸.

Mariteresa esperava muito pouco das espectadoras, ao considerar que elas não sabiam discernir entre a película e a fantasia. Contudo, sua matéria indicava a permanência de películas que desagradavam quanto às mensagens que passavam sobre moral e comportamento.

Além do valor como indústria cultural e do poder de transmitir mensagens e validar certos comportamentos, o cinema também se constituía num importante espaço de sociabilidade para a época, nada devendo à Bijou ou ao Gemba. Os namoros de cinema tornaram-se famosos graças ao metadiscorso cinematográfico, com cenas que retratam casais apaixonados encontrando-se nas salas de projeção, e aos ditados e personagens a ele associados, sendo o mais famoso, certamente, o “segura vela”.

Conforme pudemos perceber através de nossas entrevistas, o segura-vela não era outro senão o irmão (ou primo), normalmente mais novo, que ficava responsável de acompanhar os casais em suas saídas, sobretudo nas idas ao cinema. A expressão provavelmente surgiu porque o irmãozinho levava consigo uma “vela” (lanterna, possivelmente), que lhe permitia observar de perto o que faziam os namorados.

Para Limeyra Tejo, que deixava suas contribuições na **Pilhéria**, a cena de casais se excedendo nas carícias durante as películas não era de maneira alguma uma coisa rara. Descreveu ele – na sugestiva matéria “Uma história de todo dia” –

¹⁷⁷ MARITERESA. Leituras Sadias. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 abril 1937, p. 06.

¹⁷⁸ Op. cit.

“Eles trocaram beijos pela última amostra cinematográfica. As mãos dele acariciavam longamente os seus seios rijos. Ou avançavam por baixo do vestido até acima da liga, até o calor delicioso das suas coxas nuas”¹⁷⁹.

Na sociedade pré-motel recifense, não só o cinema representava uma oportunidade de ir um pouco mais longe nas carícias. Praças pouco movimentadas também eram uma boa pedida para aqueles que queriam se “conhecer” um pouco melhor.

Em carta recebida por Waldemar de Oliveira em 04 de agosto de 1937, de um remetente desconhecido, este afirmou que

Essa coisa de perseguição a namorados pela polícia já vai tomando caráter de verdadeira lenda, pois [...] um repórter ávido de novidades chegava à polícia exatamente quando o antipático ‘tintureiro’ trazia alguns casais, que podiam ser de namorados, mas cuja licenciosidade e falta de decoro em público, não deviam ser permitidas, mesmo em arrabaldes mais afastados e menos iluminados

Segundo o **Diário de Pernambuco**, os principais pontos onde ocorriam estas licenciosidades eram “as ruas Imperial (ANEXO K, p.175) e Cardoso Ayres (ANEXO L, p. 176), na praça Siqueira Campos e no Espinheiro”, onde no dia 24 de julho de 1937, “mais de 25 casais de namorados [foram] apanhados”. Consta ainda na matéria que um tratamento diferente fora dado a homens e mulheres: “As moças foram logo postas em libertação, enquanto alguns rapazes permaneceram algumas horas detidos”, o que deve ter sido feito para preservar o “resto” de reputação daquelas moças. Por fim, o jornal avisou que a intervenção policial atendeu às constantes reclamações dos moradores da área: “A medida tomada pelas autoridades visou a moralização daqueles logradouros, donde eram constantes as reclamações pelas famílias ali residentes”¹⁸⁰.

Entretanto, no **Jornal Pequeno** (fonte que pesquisamos, mas que quase não utilizamos para compor esta dissertação) que veio a melhor descrição de como se davam os namoros nas praças mal iluminadas

O Jardim da Praça do Entroncamento convertido em recanto repellido pelas famílias
A polícia deve lançar suas vistas para o que se passa toda noite no Jardim da Praça do Entroncamento.

¹⁷⁹ TEJO, Limeyra. Uma história de todo dia. **A Pilhéria**, Recife, 29 nov. 1930.

¹⁸⁰ Mais de 50 namorados conduzidos ontem a policia: levados à seção de investigação em “tintureiros”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 jul. 1937, p. 14.

Cenas as mais vergonhosas ali se desenrolam logo às primeiras horas do escurecer. Todos os bancos são ocupados por casais de gente despudorada, que se exhibe de maneira a desafiar a mais rigorosa e enérgica medida de repressão policial.

As famílias estão desta sorte impedidas de ali estar, senão, até, de transitar pelo local.

Automóveis para lá se dirigem conduzindo casais suspeitos, num atentado forte aos novos foros de civilização.

Estamos certos de que a pouca vergonha que ali se verifica terá paradeiro com esta advertência que aqui fazemos à polícia.

O **Jornal Pequeno**, certamente bem mais conservador e usuário de uma espécie de “poder de polícia” que cabia à imprensa da época¹⁸¹, denunciava a praça do Entroncamento (ANEXO M, p. 177) como outro dos pontos principais dos amásios, que para lá se dirigiam com seus carros, nos quais se davam as carícias. Além das praças, os carros também funcionavam como motéis: “O motel *avanta-la-lettre* era o carro. A baratinha, o instrumento de aproximação mais íntima e lugar de colóquios com o sexo feminino” (DEL PRIORE, 2005, p. 240).

Sem exagero podemos afirmar que o carro não era simplesmente mais uma das inveções que mexiam com a cabeça dos amantes da época: ele era a mais importante de todas. Na já conhecida “Perguntas às senhoritas”, a **Pilhéria** perguntou – desta vez a leitoras e leitores – “Qual a influência do automóvel nos casos de amor?”¹⁸². As respostas foram bastante variadas, e ali pesaram os gêneros dos diferentes escritores. Dentre elas destacamos a de Dr. Dustan Miranda, para quem “A mulher gosta de automóvel. Do seu alcochoado e da sua vertigem. [...] Do cheiro da gasolina. Do cheiro do homem torvo, matador de distância”¹⁸³; e a de Palmyra Wanderley, que se irritou com a pergunta: “Eu sei lá! Faça Favor! Mude de

¹⁸¹ O **Jornal Pequeno** foi um periódico que circulou durante a primeira metade do século XX no Recife, sob a responsabilidade do jornalista Ranilson de Sá Barreto, que também exercia funções políticas, tendo se filiado ao partido integralista e atuado como vereador. Durante o ano de 1937, Ranilson enfrentou problemas com o governo varguista em virtude da sua filiação à AIB, chegando a ser preso. Devido a sua visão política, o jornalista imprimia características bastante conservadoras ao seu jornal, que defendia a opinião dos grupos mais tradicionalistas da cidade. Constituíu uma terceira força e chamava-se pequeno por ter uma tiragem e um número de páginas (oito, em média) bem menor que os dos outros dois concorrentes. Para saber mais sobre o Pequeno, basta procurar a coleção de Luiz de Nascimento sobre a imprensa local, à qual já nos referimos anteriormente. Sobre Ranilson de Sá Barreto, veja RIVAS, Lêda. **Gilberto Osório**: um homem do Renascimento. Disponível em

<<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/GilbertoOsorio/03.html#nota9>>. Acesso em 05 fev. 2010; e RIVAS, Lêda. **Parceiros do tempo**. Recife: UFPE, 1997.

¹⁸² EDIVOR. Pergunta às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 24 dez. 1927.

¹⁸³ Idem.

pergunta!... É pior. Dos homens sei bem que o amor corre mais que um carro Ford.”¹⁸⁴.

Notemos que neste discurso “a mulher gosta de automóvel”. Não qualquer mulher; nem um tempo verbal que indique dúvida – como o subjuntivo –, mas o seco e certo “gosta”, no indicativo; que equivale a dizer “todas gostam”. E quanto à resposta de Palmyra? Ela é igualmente reta, afirmando que o “amor dos homens”, de todos eles, corre mais que um Ford.

Mais: as linhas de Palmyra não estavam sozinhas. Os bondes também brincavam nesse jogo de anedotas do amor, como em “Coração de Homem”, de Denise de Albuquerque no **Commercio** de 25 de abril de 1937; e na crônica o “Diário Social” de Yamilé, no diário de 22 de junho de 1934. Ambas se referiam à alcunha – segundo Yamilé, de bastante circulação pela cidade – “coração de homem”, dada aos bondes, sobretudo aos cheios, onde “cabe sempre mais uma”. Segundo Denise de Albuquerque, ambos eram grandes, maiores que os demais. Recebiam muita gente. “O Coração do homem parece elástico. Está sempre cheio de amores, havendo sempre lugar para mais um...”. Deste jeito, os homens eram representados como seres cujo amor era traiçoeiro, mudando de dona na velocidade do carro que mudava de rua a cada curva.

Os homens, a sua vez, pareciam usar mesmo o carro como elemento de sedução e conquista, pois – não bastasse a permanência desse marco em nosso tempo – foi-lhe dedicada toda uma matéria, intitulada com justeza “Don Juan de automóvel”, na “Página Feminina” do **Commercio** de seis de setembro de 1936. Nela, foi dito que apesar de não entender a natureza do fascínio – talvez devida à comodidade, pensa a autora –, este existia e tomava cada vez mais força, notadamente nos corações das moças, o que levava os “casanovas de automóvel” a largamente imitarem os modelos do sedutor ao volante do automóvel, tal qual se lhes mostravam os maiores sucessos de Hollywood.

O telefone também servia, timidamente, e ao seu modo, como forma de aproximar corações. Durante nossa pesquisa, encontramos apenas duas matérias que faziam menção ao telefone num contexto de namoro, mesmo porque este maquinário não era lá muito popular nestas duas décadas.

¹⁸⁴ EDIVOR. Pergunta às senhoritas. **A Pilhéria**, Recife, 07 jan. 1928.

A primeira matéria estava numa propaganda na **Pilhéria** de 05 de julho de 1930. Uma belíssima mulher, com vestido longo e chapéu da moda, posava com o telefone às mãos, diante de um ônibus parado à porta de um café, falando ao amásio “Que felicidade a de vos poder abraçar... chegarei aos cais imediatamente, e lembrem-se que é ao telefone automático e auto-ônibus, a que devo esse enorme prazer”.

Cá, foram utilizados o deslocamento do desejo da mulher para os objetos através das imagens e da construção textual (FAIRCLOUGH, 2001) – técnica que se tornou corriqueira e monótona, hoje em dia – e a divulgação do telefone através de uma nova prática a ele associada, o namoro por telefone.

A outra matéria, “Pelo telefone...”, teve lugar menos de dois anos depois, no **Jornal Pequeno** de cinco de janeiro de 1932, quando Mário Mello descreveu a sua conversa com uma admiradora secreta, que, depois de muito flirtar, seduzindo-o com comparações entre eles e Ana Pais, Maurício de Nassau e Vidal de Negreiros, convidou a Mário Mello, como recompensa, para um passeio ao lado de sua flirtante em uma baratinha – automóvel. Diferente dos outros recortes, neste é a dama que toma a iniciativa e oferece o passeio ao *flirtante*.

Nas matérias sobre o telefone e o carro percebe-se um forte contato entre as disputas dentro das relações de gênero e a construção do regime emocional amoroso. Como vimos anteriormente com Beatriz Veras, boa parte da relação entre gênero e amor desenvolvia-se ao redor da temática do casamento, que era visto como o único caminho possível para uma mulher: sem a proteção de um marido, não era possível viver corretamente, tampouco alcançar a tão sonhada felicidade. Entretanto, tal qual Beatriz Veras, muitas eram as mulheres que discordavam dessa linha de pensamento – com as propostas bastante diversas que já vimos anteriormente: casamentos provisórios, casamentos comerciais, casamentos anarquistas, divorciar-se assim que o casamento não for mais satisfatório, ou mesmo nem chegar a casar-se.

Ficar para a titia, tornar-se uma solteirona, ficar sozinha não era sempre visto como algo ruim. Como já disse Beatriz Veras no capítulo anterior, havia mulheres que desejavam estas condições, muitas vezes por não acharem um marido apropriado, que estivesse “à altura”. Além disso, algumas mulheres gostavam da liberdade proporcionada pela falta de companhia. L. do N. descreveu o desejo de

uma de suas heroínas, no artigo “Felicidade”, publicado na “Página Feminina” do **Jornal do Commercio** de 02 de dezembro de 1934, em que a felicidade, para uma das mulheres, é atrelada a uma boa casa, enquanto para a outra se liga à liberdade. Destarte, com uma invejando a outra, a primeira revela à segunda: “- Como você é feliz! Invejo a sua liberdade de andar só, ir ao cinema, fazer o que [bem] entende”.

O que era apenas uma inveja podia muito bem tornar-se, para algumas mulheres, a forma de levar a vida, como para a emblemática *Mlle. Futilidade* (ANEXO N, p. 178) da jornalista Lola Kneip, que desejava viver eternamente no *flirt*, sem jamais casar-se

“Amor, meu querido? Ora, isso é para os “trouxas”... o “flirt”, o “flirt” sim, esse eu o adoro e creio nele, como creio em Deus que me deu a vida’ [e] não tolera que lhe falem em casamento. Casamento? Só para quem não tem miolos na cabeça... A escadinha de filhos, os longos serões fastidiosos, as obrigações de toda esposa, nada disso entra na cabeça fútil de Mlle... Ela adora a liberdade e acha que isso é vida, por si tão ruim, só vale a pena de ser vivida pelas emoções que embalam os poucos anos de toda moça solteira...”¹⁸⁵

A *Futilidade* era tão valente que quando perguntada sobre o futuro e a velhice disse que não temia estar sozinha, respondendo com o sorriso no lábio e o desdém na voz “- Ora, quando for velha... ficarei então com idéias retrógradas e... farei ‘crochet!’”. Não há dúvidas de que a *Mlle Futilidade* (a começar pelo nome) é uma troça muito bem dirigida por Lola Kneip às moças *modernas*, às melindrosas que usavam e abusavam do *flirt*. Entretanto, como já discutimos, não são todas as *flirtantes* que excluem o amor e o casamento de suas vidas. Várias vêem o *flirt* como a oportunidade para que isso aconteça.

Uma das grandes dificuldades para as mulheres se dava quando elas pensavam em agradar os homens, afinal como ser uma mulher moderna, em busca de um casamento moderno e científico, sem agregar outros valores do mesmo discurso? Lola Kneip, que também escrevia para a **Pilhéria**, deixou-nos um testemunho interessante a este respeito:

O que fazer, porém? Se não somos modernas, chamam-nos de ‘jecas’, trintonas, titias, e outras lindezas mais... Se o somos, já se sabe, os moralistas logo engendram sermões... (muitas vezes são ‘mocinhas’ de trinta anos, magricelas e ossudas, que não podem deixar à mostra as suas ‘elegantes formas’, pela infração à estética; e cavalheiros maçantes, sem

¹⁸⁵ KNEIP, Lola. *Mlle Futilidade*. **Jornal do Commercio**. Recife, 09 dez. 1934. Página Feminina.

amor e sem alegria, que não sabem apreciar as formas voluptuosas de uma mulher bonita...) ¹⁸⁶.

Este é talvez o melhor resumo que poderíamos achar da dificuldade de se posicionar estaticamente diante das opções disponíveis, pois elas mesmas são construções, modulações, sendo bastante difícil seccioná-las de acordo com a conveniência e/ou conseguir quem fosse um “tipo ideal”, um “modelo”, um “espécimen puro” de qualquer uma delas. O mais comum era transitar, dialogar.

E era assim, diante de tantas propostas diferentes, de tantas formas de amar que homens e mulheres iam tentando ser felizes, conquistar seus(as) pretendentes e quem sabe constituir família. Não havia para nenhum deles a garantia de uma fórmula, uma receita de bolo que de fato funcionasse. Tampouco de um caminho que oferecesse somente ganhos. As vias se cruzavam, se interpenetravam, se misturavam, e muitas vezes elas pareciam diferentes apenas pelo medo dos(as) que por elas caminhavam. As escolhas, entretanto, não aconteciam motivadas apenas pelas emoções: *flirtar* ou esperar por um namoro arranjado? Casar ou não casar? Divorciar-se? O sim ou o não a estas perguntas mexia com muito mais coisas do que somente o coração. A família, para ficar no menor dos grupos, era sempre afetada. Desta forma, não amavam, não sentiam ciúmes, não se apaixonavam somente como queriam, mas de acordo com regras e limites de um regime, de um contexto específico.

¹⁸⁶ KNEIP, Lola. D. Moral e moda. **A Pilhéria**, Recife, 24 maio 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quatro anos, caso eu soubesse das dificuldades para se trabalhar uma temática como o amor em história, eu provavelmente não teria seguido adiante. Então, a ignorância é uma bênção, como dizem, pois foi a imaturidade característica dos que estão começando qualquer tarefa que me permitiu não ter medo de uma pesquisa como esta.

Depois destes quatro anos e destas mais de cento e sessenta páginas, acho que não teria o distanciamento necessário para dizer com a certitude necessária se esta dissertação atendeu ao que eu esperava quando comecei a pensar nela. Estou certo, entretanto, de que, ainda que ela tenha muitas vezes me deixado perdido em armadilhas das quais eu não sabia me desvencilhar, sempre que me permiti ser levado, as coisas fluíram.

A importância de pesquisar uma emoção deveria estar mais do que clara para todos nós, mas este não parece ser o caso. O preconceito – tanto em relação à história e ao mérito da temática, quanto de gênero – deve ser suficiente para entender o que digo: “E isto é história?”, “Mas você é gay, né? Não?! Tem certeza?!” são apenas algumas das frases que tive de escutar de professores e colegas do mestrado (isto, é claro, para não falar do que escutei de amigos, amigas e familiares de fora da academia).

Frases como as acima mostram que talvez não estejamos preparados para temáticas como esta. Não só por questões metodológicas ou teóricas – as quais, como já disse, podem sempre ser resolvidas –, mas por questões pessoais, e também culturais, sociais. Frases como as acima também nos mostram o quanto pouco refletimos sobre nossas próprias emoções.

Desprezar as emoções, não considerá-las um objeto digno da atenção do(a) historiador(a) é pensar que homens e mulheres construíram suas ações sem que carregassem qualquer juízo de valor, sem que se emocionassem a respeito delas. Não choraram, não amaram, não se sentiram tristes, não se desesperaram os(as) nossos(as) antepassados(as)? Ora, certamente que sim! Então por que não buscar estas emoções?

Deparei-me quase sempre com as três mesmas respostas: não há fontes que dêem conta de uma emoção; embora existam, as emoções não são o que move a

história, pois as questões sociais e econômicas são mais importantes; as emoções não mudam. Contudo, detrás destas respostas parecia esconder-se o medo de olhar de perto algo que nos toca tão profundamente. Alguns(mas) temem porque crêem inadvertidamente que conhecer uma emoção retira toda a magia da coisa. Outros(as) porque não querem admitir para si mesmos uma coisinha ou outra a respeito do que sentem.

E o que dizer das indagações a respeito da minha sexualidade? Bem, elas tem a ver com a crença bastante difundida segundo a qual homem não ama, não se emociona, não chora e assim por diante. Isto transportado para história resultaria mais ou menos numa obrigação dos homens (sejam eles quem forem) pesquisarem trabalho, cana de açúcar, imigração e outros “temas masculinos”. Afinal, nenhum de nós tem dúvidas de que só gays e mulheres tem e expressam suas emoções, certo? O que dizer diante desta linda carta de amor que a D. Maira me deu?

Belinha

Sinto-me, agora, às 9h40 da noite, muito doente, pois, o coração está trabalhando muito esforçado e temo o rompimento de algum vaso anexo. Vou me deitar pensando que não mais me acordarei. Isso faço de um modo natural, porque a morte é uma jornada a que ninguém escapará. Lamento que você e os filhos fiquem numa grande pobreza (de dinheiro, apenas, porque moralmente somos ricos) quase extrema, confortando-me, porém a consciência de que todos os meios empreguei para legar aos filhos um nome honrado e a instrução já suficiente para ganharem o pão honestamente. [...] Tenho a previsão de que os filhos serão felizes e que lhe ajudarão em breve. Sinto que mamãe já cansada e doente não mais tenha a minha assistência, mas a vontade do Eterno é que deve ser feita e não a nossa. Desejo que os nossos filhos sejam honrados e felizes.

Não chores. Resigna-te. O momento é supremo para mim; mas vê que estou senhor de mim e satisfeito ficarei se fechar os olhos sem martirizar aos meus. Adeus, meu amor. Perdoa-me se te ofendi. Pelo meu lado estou perdoadando a todos e levando no íntimo d'alma a gratidão a todos os que me estimulavam. Espero-te no infinito para o grande amplexo [abraço] espiritual, o teu de sempre.

Álvaro¹⁸⁷

A primeira coisa que me disse a D. Maria (e que infelizmente não me deixou registrar com o gravador) quando me deu a carta de amor de seus pais foi algo como: “admiro muito papai. Ainda hoje há homens que não conseguiriam escrever desta forma”.

¹⁸⁷ Carta de amor entre Belinha e Álvaro. **Acervo pessoal de D. Maria**, Recife, 21 fev. 1937.

Pensamentos preconceituosos que excluem os homens do amor só reafirmam a necessidade de uma pesquisa como esta: demonstrar, com todo o rigor pertinente a um trabalho científico, que as emoções foram construídas e são constantemente modificadas.

Quem ler atentamente a dissertação perceberá que há alguns autores que só aparecem na introdução, não sendo mais utilizados ao longo do trabalho. Não vejo nenhum problema nisso. Acredito que nem tudo que lemos devem servir como fonte historiográfica, como fonte de discussão. Alguns trabalhos servem para dar-nos coragem, para dizer “Ei, é possível”. Jurandir Costa e Peter Gay são pessoas que enquadro nesta categoria.

Gay é formidável por ter levado adiante o debate em torno das pesquisas desta natureza, mostrando-se como uma resistência coerente para aqueles(as) que queriam desmerecer as pesquisas em história orientadas pela psicologia, pela antropologia das emoções etc. Ao invés de refugiar-se no lugar comum da estetização das temáticas, Gay soube tratá-las de maneira séria sem torná-las menos interessantes por isto.

Já Costa não poderia ter colocado melhor a utilidade de uma pesquisa como esta: mostrar às pessoas que os regimes emocionais aos quais elas se submetem foram criados em momentos históricos específicos e, portanto não devem ser seguidos ao “pé-da-letra”, podem ser mudados, seccionados e assim por diante.

Pesquisar o amor serve, sobretudo, para diminuir preconceitos e pressões dos nossos superegos sobre nós mesmos. Serve para percebermos que outras pessoas já viveram, há um bom tempo atrás, questões parecidas com as nossas. Podemos não só aprender por eles, mas entender que muito do que nos disseram nossos pais, e a sociedade de uma maneira geral, se não eram mentiras, eram ao menos meias-verdades.

Ao longo deste trabalho, acompanhamos a luta de várias mulheres por maiores direitos, não só políticos, mas no amor. Deparamo-nos com homens que maquiavam-se e perdiam a cabeça por um amor. Vimos que apesar do controle social e paternal mais rígido, os casais procuravam ludibriar a “fiscalização” para terem mais liberdade com os carinhos e a companhia uns dos outros. Conhecemos o *flirt* e o *footing*, que, se parecem pouco para uma sociedade acostumada ao *ficar* e ao *sexo casual*, eram o bastante para deixar de cabelos em pé uma parte

considerável da sociedade recifense. Enfim, fomos apresentados a personagens que na cidade do Recife tentaram construir seus sonhos e seus amores, com objetivos não tão diferentes dos que temos hoje, mas por caminhos certamente diversos.

Por fim, seria honesto de minha parte dizer que o preconceito inicial muitas vezes deu lugar a uma curiosidade genuína que raramente vi com outras temáticas. As pessoas me perguntavam, pediam que eu falasse da pesquisa para elas, e então me questionavam ainda mais sobre uma melindrosa, um almofadinha, o *flirt*. Ficavam surpresas como o carro já era um símbolo de conquista, ou com a origem de termos e expressões que ainda usamos hoje em dia. E assim, meio sem querer, iam-se deixando levar, perdendo o medo e se *apaixonando* pelo amor. Talvez Públio Siro tenha nos avaliado da maneira correta: “Ninguém pode fugir ao amor e à morte”.

Bem, se esta dissertação puder de alguma maneira ajudar a diminuir preconceitos ligados ao amor, ou fazer com que entendamos um pouco mais acerca de nós e do que sentimos, ela já terá atendido ao seu propósito. Em outras palavras, se pudermos aprender com nossos(as) antepassados(as) que assassinatos e violências passionais são hediondos e não menos criminosos porque envolvem paixão, já teremos aproveitado alguma coisa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Periódicos

Diário de Pernambuco 1918, 1919, 1921, 1922, 1930, 1934, 1937, 1939

Jornal do Comércio 1919, 1921, 1923, 1925, 1929, 1930, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938.

Jornal Pequeno 1931, 1932, 1933.

Pilhéria 1923, 1924, 1925, 1927, 1928, 1930, 1931.

Entrevistas

D. Zezé, em fevereiro de 2007.

D. Maria, em junho de 2007.

Sr. José, em agosto de 2007.

D. Nice, em setembro de 2007.

Fontes secundárias

AGUALUSA, J. **O vendedor de passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

ARAÚJO, R. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, 2003, p. 133-150. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf>>. Acesso em: 11 abril 2009.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades Ocidentais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 29 out 2008.

AZEVEDO, T. **As regras do namoro à antiga**: aproximações socioculturais. Ática: São Paulo, 1986.

BARBOSA, M. **História Cultura da Imprensa**: Brasil – 1900-200. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007.

BARCELLOS, A.; BARROSO, L. **O começo da história**: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/31274/public/31274-34849-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2009.

BARROS, N. **As mulheres na escrita dos homens**: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife dos anos vinte. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOSI, A. **Historia concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, ano XI, abr.-jun. 2005, n. 43, p. 156-245.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**: Lei nº 10.406, de 10.1.2002. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm#capituloII. Acesso em: 28 mar. 2009.

_____. **Código Civil Brasileiro**: lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 23 jul. 2009.

BREMMER, J. **Uma história cultural do humor**. São Paulo: Record, 2000. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=zqOLop3SVlwC&oi=fnd&pg=PA5&dq=hist%C3%B3ria+humor&ots=nzyk7snMk2&sig=WK2vQeK9orfKrGLWIAG0rxY-1S4>. Acesso em: 01 jul. 09.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 8. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

CAPDEVILA, L.; PEDRO, J. M. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a06v13n1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CHALHOUB, C.; NEVES, M.; PEREIRA, L. (Orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos da história social da crônica do Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. Ed. UNICAMP: Campinas, 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18, July, 2008. doi: 10.1590/S0103-40141991000100010

COMTE-SPONVILLE, A. **O amor A solidão**. São Paulo: Martins editora, 2006.

COSTA, A.; SCHWARCZ, L. **Virando séculos**: 1890-1914: No tempo das certezas. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, J. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, S. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. **Novos estudos - CEBRAP**. São Paulo, n. 73, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000300008&script=sci_arttext&tlng=>>. Acesso em: 28 Set 2007.

DANTAS, J. Teoria das Mediações Culturais: Uma Proposta de Jesús Martín-Barbero para o Estudo da Recepção. **X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste** – São Luis, MA – 12 a 14 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0015-1.pdf>. Acesso em: 29 mar 2009.

DEMAUSE, L. **Foundations of psychohistory**. Nova Iorque: Creative Roots, 1982. Disponível em: <http://www.psychohistory.com/htm/contents.htm>. Acesso em: 23 jan. 2010.

D'INCAO, M. (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Pinsky, 1989.

DIOGO, M. O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, C., NEVES, M.; PEREIRA, L. (Orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos da história social da crônica do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. _____ : formação do Estado e da Civilização. V.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FILGUEIRAS, C. **Em nome da lei, em defesa da honra**: crimes passionais no Recife da década de vinte. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

FLADRIN, J. L. **Le sexe et l'Occident**: Évolution des attitudes et des comportements. Paris: Seuil, 1986.

FRANSCISCATO, C. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: **11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS**, no Grupo de Trabalho 'Estudos de Jornalismo'. Rio de Janeiro (RJ), jun. 2002. *Anais do 11º Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Rio de Janeiro, COMPOS, 2002. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&ct=res&cd=1&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Fgtjornalismocompos%2Fdoc2002%2Ffranciscato2002.doc&ei=YzZSfuZA8qLtgeLo6jhDw&usq=AFQjCNGpYRz8wo8W4gbF2ucK3ULHSW6nlw&sig2=D84P2vkB1O539GqAlwe1ug>. Acesso em: 06 abril 2009.

FREUD, S. **Civilization and its discontents**. London: Penguin Books, 2004.

FROMM, E. **A arte de amar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GAY, P. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: A educação dos sentidos. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: A paixão terna. V. 2. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: Cultivo do ódio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: Coração desvelado. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: Guerras do prazer. V. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, C. Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário. In: _____. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000300017&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 30 out 2008.

GOMINHO, Z. **Veneza americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife** (décadas de 30 e 40). 1997. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 1997.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil** (1936). Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

JANKOWIAK, W. **Romantic passion: a universal experience**. Columbia University Press, 1997.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1978.

KOURY, M. **Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7178191/1041-O-Que-e-Imaginario-Colecao-Primeiros-Passos>>. Acesso em 18 set 09.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LOPES, C. **Quod deus conjuxit homo non separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de campinas (1890-1938)**. Dissertação (mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

LUCA, T. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, C. B (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTIN-BARBERO, J; BARCELOS, C. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol XXIII, n. 1, jan-jun. 2000. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewDownloadInterstitial/3663/3451>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MATOS, M. I. de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2658/2195>. Acesso em: 28 jul. 2009.

MATTAR, C.; RODRIGUES, J.; SÁ, R. Solidão e relações afetivas na era da técnica. **Revista do departamento de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 02, p. 111-124, jul./dez. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200009&lng=pt>. Acesso em: 30 set. 2007.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Histórias das teorias da comunicação**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO, L. **História da Imprensa de Pernambuco**. V. I. Diário de Pernambuco (1821/1954). 2. ed. Recife: Universitária, 1968.

_____. _____. V. III. Diários do Recife (1901/1954). Recife: Universitária, 1967.

_____. _____. V. VIII. Periódicos do Recife (1916-1930). Recife: Universitária, 1962.

NERUDA, P. **Cem sonetos de amor**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

NEVES, A. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007, p. 609-627.

NUSSBAUM, M. Ethics Chapter: Love. **Routledge Encyclopedia of Philosophy CD-ROM**, London, v. 10. Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Rhodes/3724/Cytrix/cdrom3/Routledge_love.htm>. Acesso em: 20 set. 2007.

OVÍDIO. **A arte de amar**. Porto Alegre: L&PM editores, 2001.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004. Acesso em: 24 jun 09.

PESAVENTO, S. Sensibilidades no Tempo, Tempo das Sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, nº 4, março 2004. Disponível em: ftp://www.ehess.fr/pub/cerma/Fichiers_revue/Materiales/Sandra.pdf. Acesso em: 01 abril 2009.

PETTINELLI, M. **The psychology of emotions, feelings and thoughts**. [S.l.: s.n.], s/d. Disponível em: <<http://cnx.org/content/m14358/latest/>>. Acesso em: 30 set. 2007.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates. O Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRIORE, M. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAGO, L. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REDDY, W. **The navigation of feeling**: A framework for the history of emotions. New York: Cambridge University Press, 2001.

REIS, G.; RIBEIRO, P. José de Albuquerque e a Educação Sexual nas décadas de 1920-1950: um estudo bibliográfico. **26ª reunião anual da ANPED**: Novo governo, novas políticas?. Poço de Caldas, MG. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/tpgt02.htm>>. Acesso em 03 fev. 2010.

REZENDE, A. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. **O Recife**: Histórias de uma cidade. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura, 2005.

ROSENWEIN, B. Worrying about emotions in History. **The american historical review**. 2002. Disponível em: <<http://historycooperative.press.uiuc.edu/journals/ahr/107.3/ah0302000821.html>>, acesso em: 05/07/2008.

RÖTTGER-RÖSSLER, B. “Emoção e Cultura: Algumas questões básicas”. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 20, pp. 177 a 220. Agosto de 2008. ISSN: 1676-8965.

ROUGEMONT, D. **História do Amor no Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2003.

SALIBA, E. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAVIANI, D. As concepções pedagógicas na História da Educação brasileira. **HISTEDBR**: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html. Acesso em: 04 fev. 08. p. 4-30.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio. In: NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do rádio. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, J. **O encanto da velocidade**: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SIMONNET, D. et al. **A mais bela história do amor**: do primeiro casamento na Pré-História à Revolução Sexual no século XXI. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SOIHET, R. **Formas de Violência, relações de gênero e feminismo**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/text34.PDF>>. Acesso em: 14 abril 2009.

SUÁREZ, M. Desconstrução das categorias “mulher” e “negro”. **Série antropologia**, n 133, Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie133empdf.pdf>. Acesso em: 29 mar 2009.

TEIXEIRA, F. **As cidades enquanto palco da modernidade**: o Recife de princípios de século. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

TELLES, N. Fragmentos de um mosaico: escritoras brasileiras no século XIX. **Labrys**: estudos feministas, ago/dez 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/literatura/norma.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

THÉBAUD, F. A grande guerra. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**. v. 5. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 27-93.

VEIGA-NETO, A. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23, Maio/jun/jul/ago 2003. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE23/RBDE23_03_ALFREDO_VEIGA-NETO.pdf. Acesso em: 13 fev 2009.

ZELDIN, T. **Uma história íntima da humanidade**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

ANEXO B – Rua da Aurora



2. **Rua da Aurora** – endereço do famoso sorvete do Gemba e local certo para o *footing*. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em 11 fev. 2010.

ANEXO D – Do *flirt*, do *footing*, da rua Nova


**DO "FLIRT,"
DO "FOOTING,"
DA RUA NOVA...**

Tu és um paródico em forma de chapeau.
O Afonsoite — garotão de cinco anos.
Por ti a Intelligencia, a Sociidade, a Graça,
distancando os estílicos mundanos
em expando-te a nós, em alegre drama...

O Silveira te quis assim: garbosa e gentil,
elegante, travessa, bem vestida,
bem tratada, bem à Moda...
E, porque o quis de facto, foi mais fácil
do que diffieil, enfiar-te
assim, tal como estás, em toda parte,
requintada e querida
em toda
roda.

Mas caro Alfredo Paris da Silveira,
mas querido José Penante,
que hão de en fazer... senão, talvez, desta maneira
a vossa amadíssima aniversariante?

"A Pihéria" é, sem dúvida, entre as minhas
amigas, aquela
que mais me quer e importa,
que mais me ilude,
que mais me amara,
que mais me comprometta e sacrificia
(e estas coisas são boas, heitichas!)
Por ella é que ainda vivo a alarde
tyricamente,
tyricamente,
serenamente,
serenamente
amante, por causa della,
as pseudistas,
as falsas referencias,
as preferencias e as afecções
dizem que anda a quitar andras de mentira
e a esculpir esculhaes sem virtude,
as envas de como elles, procerar

NO ANIVERSARIO DESTA MINHA NAMORADA

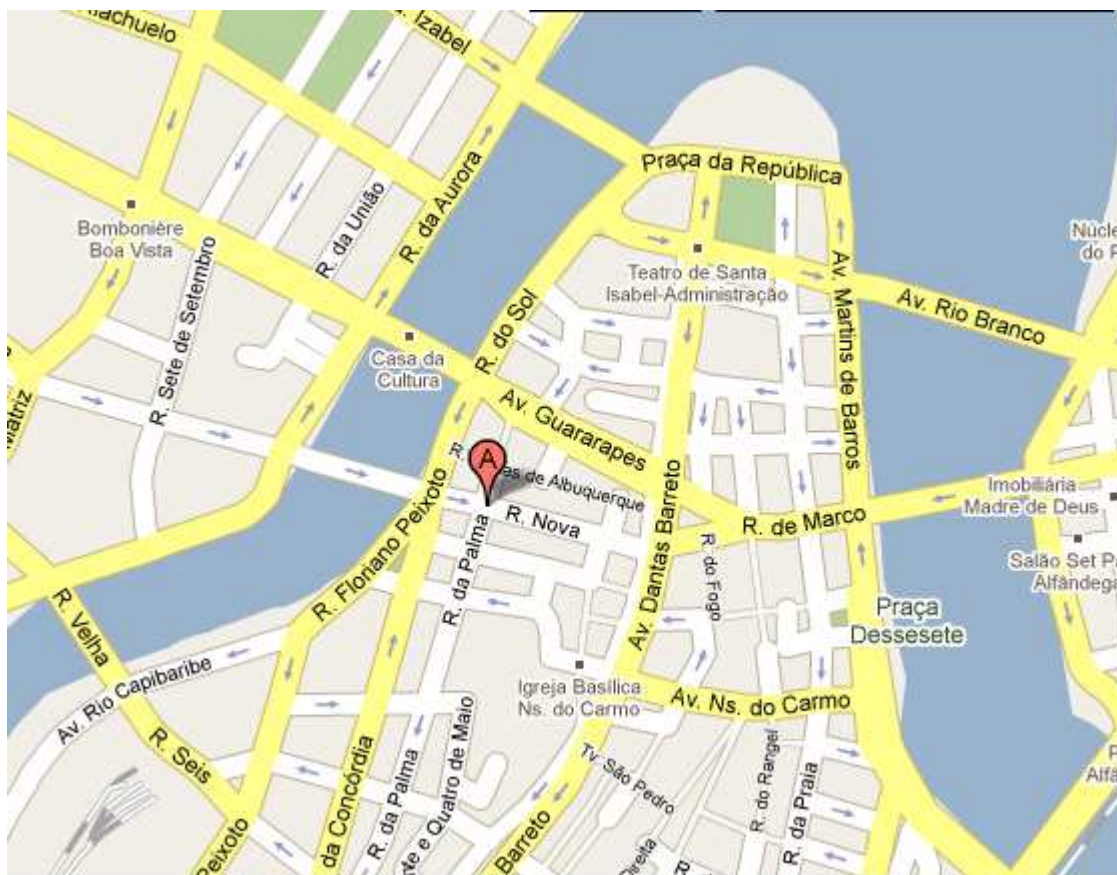
Vamos trair de outra sorte,
sem láquez, sem patine, sem tremia,
sem sorridente, tyrico e ufana,
andamos "A Pihéria"
que a viver, hoje, principia
as suas eternas atores.

Linda garbosa trunca e esculhada,
como é que, ainda tão sensita e tão trunca,
já te fazes tão notada,
tão requintada
tyricamente?

E' a influencia do século e do meio
agido em nome da Prossidude?
Fois, assim tão garbosa e tão trunca,
opente de teu nome quasi teio.

4. Do *flirt*, do *footing*, da rua Nova - exemplo de ilustração da seção, com uma melindrosa e um almofadinha. Revista *A Pihéria*, 1924, nº 153, p. 28.

ANEXO E – Rua Nova



5. **Rua Nova** – um dos principais pontos para fazer o *footing* nos anos 1920 e 1930, na rua Nova ficavam a Sertã e a Bijou. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em 11 fev. 2010.

ANEXO G – Rua do Hospício



7. **Rua do Hospício** – local onde ficavam importantes lojas e centros de cultura, como o Teatro do Parque. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em 11 fev. 2010.

ANEXO H – Almofadinhas



8. Almofadinhas – gravura na seção “Efeitos do Progresso”. Revista **A Pilhéria**, 9 jun 1923, p. 13.

ANEXO I – Melindrosa



9. Melindrosa - fotografada na seção "Modas". Revista **A Pilhéria**, 2 jun 1923, p. 10.

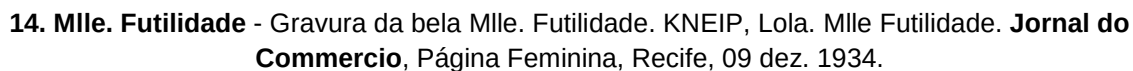
ANEXO J – *Flirt & Footing*

10. *Flirt & Footing* - durante um passeio na rua Nova, homem olha a *derrière* de melindrosa. Revista **Rua Nova**, nº 73, p. 29.

ANEXO M – Praça do Entroncamento



- 13. Praça do entroncamento** – segundo a polícia local, era comum ver os casais se excedendo nas carícias nesta praça. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em 11 fev. 2010



14. Mlle. Futilidade - Gravura da bela Mlle. Futilidade. KNEIP, Lola. Mlle Futilidade. **Jornal do Commercio**, Página Feminina, Recife, 09 dez. 1934.